



Foto da capa: Acervo Flona Carajás



Relatório de Gestão 2015

República Federativa do Brasil

Presidenta

Dilma Vana Rousseff

Vice-presidente

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministra do Meio Ambiente

Izabella Monica Vieira Teixeira

Presidentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Roberto Ricardo Vizenin

Cláudio Carrera Maretti

Diretores de Planejamento, Administração e Logística

Anna Flávia de Senna Franco

Rogério Guimarães

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Sérgio Brant Rocha

Diretores de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

João Arnaldo Novaes Júnior

Renato José Rivaben de Sales

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira



Organização do material

Gabinete da Presidência

Revisão

Fernanda Oliveto









Projeto gráfico/Diagramação

Bruno Bimbato - DCOM

Celise Duarte - DCOM

Narayananne Miranda - DCOM

Sumário

17	Pesquisa e monitoramento da biodiversidade	
31	Manejo para conservação	
49	Populações tradicionais, consolidação territorial e gestão socioambiental	
67	Criação, planejamento e avaliação de unidades de conservação	
91	Gestão de pessoas	
99	Planejamento operacional e orçamento	
104	Finanças e arrecadação	
111	Administração e tecnologia da informação	



Siglas

ACADEBio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
AGU – Advocacia-Geral da União
APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CCDRU – Contratos de Concessão de Direito Real de Uso
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CR – Coordenação Regional
Deter – Detecção de Desmatamento em Tempo Real
Encea – Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação
Esec – Estação Ecológica
Flona – Floresta Nacional
Funai – Fundação Nacional do Índio
GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente
GDAEM – Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTur – Ministério do Turismo
MMA – Ministério do Meio Ambiente
Mona – Monumento Natural
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAN – Plano de Ação Nacional
Parna – Parque Nacional
PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM – Plano de Manejo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PPA – Plano Plurianual

PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais

Prodes – Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REB – Relação de Extrativistas Beneficiários

Rebio – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

Sisbio – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SMI – Sala de Monitoramento e Informações Ambientais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação



Tabelas

Tabela 1. Número de espécies avaliadas, por grupo taxonômico

Tabela 2. Total de espécies ameaçadas, por grupo taxonômico

Tabela 3. Número de famílias cadastradas por UC

Tabela 4. Subsídios resultantes do cadastramento que são utilizados no processo de definição do perfil de família beneficiária da Resex Marinha de Soure

Tabela 5. Número de CCDRU por UF

Tabela 6. Unidades de conservação federais de posse e domínio públicos

Tabela 7. Listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição

Tabela 8. Servidores capacitados em gestão participativa

Tabela 9. Número de pessoas capacitadas em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Tabela 10. Número de projetos elaborados na formação em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Tabela 11. RPPNs criadas em 2015

Tabela 12. Planos de manejo publicados em 2015

Tabela 13. Avanços obtidos junto aos projetos especiais

Tabela 14. Número de visitantes em UCs, de 2007 a 2015

Tabela 15. Portarias de ordenamento das atividades turísticas em UCs

Tabela 16. Ações de estruturação nas UCs

Tabela 17. Desmatamento PRODES das 18 unidades de conservação com maiores valores de desmatamento

Tabela 18. Quantitativo total de servidores capacitados: 1.591

Tabela 19. EaD: Relação dos cursos prontos e em desenvolvimento

Tabela 20. Relação das comunidades de pesquisa

Tabela 21. Aposentadorias até 2015

Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020

Tabela 23. Contratações e desligamentos de brigadistas em 2015

Tabela 24. Servidores do quadro efetivo por cargo

Tabela 25. Nomeações por cargo

Tabela 26. Macroprocessos selecionados para o mapeamento

Tabela 27. Evolução dos valores depositados na Caixa Econômica Federal

Tabela 28. Execução anual de compensação ambiental

Tabela 29. Evolução da execução por ação no período de 2009 a 2015

Tabela 30. Demonstrativo da estimativa e arrecadação das receitas próprias do ICMBio

Tabela 31. Análise da evolução da arrecadação no período de 2011 a 2015 por tipo de receita

Tabela 32. Resultados da Ouvidoria em 2015

Tabela 33. Resultados do SIC em 2014

Tabela 34. Resultados do SIC em 2015

Gráficos

Gráfico 1. Número de projetos de pesquisa para conservação e manejo da biodiversidade, de 2010 a 2015

Gráfico 2. Número de bolsistas e voluntários a cada Ciclo PIBIC

Gráfico 3. Número de participantes nos seminários de pesquisa, por ano

Gráfico 4. Solicitações de autorização analisadas antes do término do prazo, de 2010 a 2015

Gráfico 5. Tempo médio de análise de solicitações de autorização, em dias corridos, de 2010 a 2015

Gráfico 6. UCs com maior quantidade de autorizações Sisbio emitidas em 2015

Gráfico 7. Tempo para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores

Gráfico 8. Indivíduos registrados por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

Gráfico 9. Ocorrências por grupo taxonômico verificadas a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

Gráfico 10. Publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio

Gráfico 11. Distribuição do número de autorizações emitidas, por coordenação regional

Gráfico 12. Número de espécies avaliadas no primeiro ciclo (valor acumulado por ano)

Gráfico 13. Número de oficinas realizadas por ano

Gráfico 14. Número de pesquisadores envolvidos no processo por ano

Gráfico 15. Porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs

Gráfico 16. Número de espécies ameaçadas e número de espécies ameaçadas contempladas em PAN, por grupo taxonômico

Gráfico 17. Desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs

Gráfico 18. Número de CCDRU por UF

Gráfico 19. Situação atual dos planos de manejo

Gráfico 20. Distribuição de planos de manejo publicados por categoria de unidade de conservação

Gráfico 21. Evolução do número de unidades de conservação com plano de manejo

Gráfico 22. Comparativo de visitação em UCs do âmbito federal e parques nacionais

Gráfico 23. Percentual de polígonos de desmatamento DETER com relação à localização (interior e entorno de UC)

Gráfico 24. Total desmatado (DETER) por UC – Comparativo anual

Gráfico 25. Desmatamento PRODES (total e dentro de UCs): antes e depois do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam)

Gráfico 26. Desmatamento PRODES - Quatro unidades de conservação respondem por quase 80% do desmatamento total em UCs

Gráfico 27. Tipos de infração (2015)

Gráfico 28. Área atingida por incêndios em unidades de conservação federais desde 2010

Gráfico 29. Número de brigadistas contratados em unidades de conservação

Gráfico 30. Período de ocorrência de incêndios

Gráfico 31. Distribuição total de ações de fiscalização autorizadas em 2015

Gráfico 32. Visitação – Acumulado de R\$ 168.202.342,70, entre 2011 a 2015

Gráfico 33. Arrendamento – Acumulado de R\$ 89.211.366,63, entre 2011 a 2015

Gráfico 34. Licenciamento – Acumulado de R\$ 168.768.590,60, entre 2011 a 2015

Figuras

Figura 1. Capa da revista Biodiversidade Brasileira

Figura 2. Tela inicial do Portal da Biodiversidade – PortalBio

Figura 3. Tela do PortalBio disponibilizando os registros de ocorrência da biodiversidade brasileira

Figura 4. Ciclo de Capacitação do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio

Figura 5. UCs de elevada importância para espécies ameaçadas de extinção e altamente pressionadas por atividades antrópicas (tons de laranja mais escuros)

Figura 6. Distribuição geográfica de espécies ameaçadas capturadas na pesca industrial

Figura 7. Orientação para discussão do perfil das famílias beneficiárias

Figura 8. Capa do Guia dos Conselhos Gestores

Figura 9. Unidades onde ocorrem ações de educação ambiental

Figura 10. Mapa das UCs e suas interfaces territoriais

Figura 11. Alertas PREPS enviados aos chefes das unidades

Figura 12. Sistema de Voluntariado acessível pela Intranet

Figura 13. Mapa estratégico

Figura 14. Mapa estratégico





Apresentação

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio apresenta para a sociedade suas realizações no ano de 2015.

O conjunto dos servidores e o corpo diretivo trabalharam dedicadamente em 2015 para servir a sociedade e implementar um conjunto de ações que podem ser observadas no presente Relatório. Mesmo enfrentando um ano desafiador à luz dos ajustes orçamentários e dos acontecimentos políticos, procurou-se cumprir a missão de conservar a biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Buscou-se a inovação por meio de uma série de ações a serem implementadas em 2016 e a integração entre o conhecimento do Instituto, dos centros, da

academia, das comunidades locais, da ciência e do saber tradicional às diretrizes e à gestão. Trabalhou-se para consolidar as UCs, ampliar as unidades planejadas, regularizar áreas nas unidades de domínio público, além de melhorar as condições de visitação de algumas UCs e, conseqüentemente, ampliar a visitação, incrementar as pesquisas e consolidar a gestão sustentável, contribuindo para a melhoria da condição de vidas das comunidades locais extrativistas.

Além dos avanços que podem ser observados neste Relatório, o presente documento é uma forma de prestar contas à sociedade de como o ICMBio está cuidando deste valioso patrimônio que pertence a nós todos: a biodiversidade.



Introdução

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem como principais atribuições a gestão das unidades de conservação – UCs do nível federal, incluindo a proposição de novas UCs ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e as avaliações do estado de conservação de espécies, em particular as da fauna, ameaçadas de extinção, além de coordenar ou promover planos de ação nacional para redução das suas ameaças, sempre como executor das políticas públicas definidas pelo Governo Federal por Meio do Ministério do Meio Ambiente. Assim, o ICMBio foi criado para promover maior eficiência e eficácia na implementação das ações da natureza, como citado, bem como apoiar as populações tradicionais extrativistas e promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

Essencialmente, sua criação possibilitou a existência de uma instituição especializada na gestão das unidades de conservação e proteção da biodiversidade, seguindo os principais exemplos no mundo. Desde sua criação, há pouco mais de oito anos, o Instituto Chico Mendes tem envidado esforços e apresentado resultados positivos na proteção das espécies ameaçadas e na gestão de unidades de conservação federais distribuídas por todos os estados da federação, por meio de atividades de proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento, entre outras, que envolvem desde o combate armado à liderança de redes de cientistas e instituições de pesquisa.

As unidades de conservação são o instrumento mais eficaz de conservação da natureza e da sua biodiversidade. Das 320 UCs geridas diretamente pelo ICMBio, uma parte significativa colabora com a proteção social. São 83 as unidades de conservação de uso sustentável destinadas à conservação da biodiversidade aliada ao uso sustentável dos recursos naturais e à manutenção do modo de vida dos povos tradicionais. Mais de 60 mil famílias de extrativistas dependem dessas UCs, e a proteção dessas áreas está relacionada diretamente com o desenvolvimento cultural e econômico das comunidades locais.

Uma parte importante dessas áreas está localizada na região Amazônica e em locais de acesso difícil, berço do movimento de luta para garantia dos territórios dos povos da floresta. Uma outra parte, abrangendo um número ainda maior de famílias, está no litoral marinho, com atenção especial às áreas como o Salgado Paraense e o litoral da Bahia.

O volume das tarefas operacionais cotidianas e de enfrentamento de situações difíceis é muito significativo, o que pode ser traduzido pelo fato de o ICMBio ser responsável pela gestão de cerca de 76 milhões de hectares (aproximadamente 9% do território brasileiro terrestre), em 320 unidades de conservação, além da supervisão de outras quase 660 reservas privadas oficialmente reconhecidas (as reservas particulares do patrimônio natural), além de 14 centros de pesquisa e conservação, 11 coordenações regionais e nove unidades avançadas de administração e finanças.

O ICMBio possui estrutura com altíssima capilaridade, sendo atualmente um dos órgãos públicos federais com maior presença permanente em municípios, atuando diretamente em mais de 1.000, em grande parte remotos, com baixo índice de desenvolvimento humano, de difícil acesso ou em áreas de fronteiras.

Por ser, em muitos casos, o único órgão público federal presente, inevitavelmente o Instituto é demandado a apoiar diversas ações que aproximem a população das políticas públicas de desenvolvimento social, justiça, saúde e educação. Tal atuação tão descentralizada requer um esforço de gestão, além de, principalmente, pessoas qualificadas para atividades específicas ligadas às unidades de conservação.

Assim, procurando superar os desafios e desempenhar com qualidade suas atribuições, o ICMBio apresenta neste Relatório os principais resultados obtidos em 2015.





PESQUISA E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Fomento e execução de pesquisa para conservação da biodiversidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem como missão “fomentar e gerar conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas, e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação”.

Para o alcance desse objetivo e, ainda, com o intuito de estimular o pensamento e o conhecimento sobre temas-chave para o manejo de unidades de conservação e a recuperação de espécies ameaçadas de extinção, o Instituto conta com a Coordenação de Apoio à Pesquisa – COAPE, que implementa diversas ações para apoiar a pesquisa, sendo esta realizada por pesquisadores do próprio ICMBio, por meio de parcerias ou mesmo por outras instituições. Abaixo destacam-se algumas dessas iniciativas:

Apoio a projetos com recursos orçamentários

Nesta linha são apoiados projetos de pesquisa propostos diretamente por técnicos do Instituto com seus parceiros. Além dos projetos, todo ano são realizados seminários coordenados pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto e por unidades de conservação, que constituem importantes fóruns de compartilhamento de conhecimento e de articulação de ações.

Em 2015 a chamada restringiu-se aos projetos de pesquisa já iniciados. Foram totalizados 29 projetos, dentre os 44 avaliados, além de eventos a serem realizados.

Gráfico 1. Número de projetos de pesquisa para conservação e manejo da biodiversidade, de 2010 a 2015



Apoio a projetos com recursos de compensação ambiental

Em 2015 foram elaborados protocolo de cooperação com o CNPq, termo de cooperação e plano de trabalho para aplicação de recursos de compensação ambiental destinados à pesquisa em 2016. O ICMBio estabeleceu parceria com o CNPq para lançar editais de pesquisa objetivando a adoção de estratégias para maior internalização e sociabilização do conhecimento gerado e fortalecer a relação entre pesquisa e gestão.

Programa de Iniciação Científica – PIBIC – CNPq/ICMBio

O Programa de Iniciação Científica do ICMBio é realizado em parceria com o CNPq desde 2007, com contrapartida em bolsas pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. No ano de 2015, foram concluídos os trabalhos dos 26 bolsistas e seis voluntários de iniciação científica do Ciclo PIBIC 2014/2015 (Gráfico 2). Os trabalhos foram apresentados no VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio.

Gráfico 2. Número de bolsistas e voluntários a cada Ciclo PIBIC



Seminários de pesquisa

Em setembro de 2015, foi realizado o VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio. O Seminário abordou o tema “Conservação e Sociedade” e teve uma participação recorde desde a sua primeira edição – ao todo foram 176 participantes (Gráfico 3).

Para fazer o evento, o ICMBio contou com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – Fap/DF (R\$ 41.500). Durante o Seminário, foram apresentados 84 trabalhos. Os anais do encontro estão disponíveis no link <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa.html>.

Revista Biodiversidade Brasileira

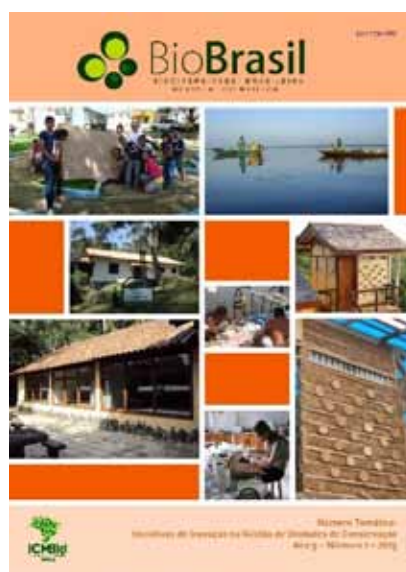
Em 2015 foi lançado o número 1 (Ano 5) da revista Biodiversidade Brasileira com o tema “Iniciativas de inovação na gestão de unidades de conservação”. Esta edição buscou valorizar algumas das experiências de inovação na gestão de unidades de conservação em diálogo direto com a conservação da biodiversidade, apresentadas no Seminário de Práticas Inovadoras, realizado em 2014, com detalhamento de métodos, resultados, discussão e com aprofundamento teórico e reflexivo sobre a contribuição para a gestão das unidades.

Gráfico 3. Número de participantes nos seminários de pesquisa, por ano



Foram abertas, ainda, três chamadas para a Revista, com os seguintes temas: (i) monitoramento de biodiversidade e gestão de unidades de conservação; (ii) manejo integrado e adaptativo do fogo em áreas protegidas; e (iii) efetividade das ações de conservação de peixes ameaçados de extinção. A edição está disponível em <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/issue/view/36>.

Figura 1. Capa da revista Biodiversidade Brasileira



Portfólios de pesquisa

O ICMBio conta com a publicação Venha Pesquisar Conosco, lançada em 2014, que apresenta as condições para a realização de pesquisa e as linhas prioritárias, associada a *links* com informações atualizadas sobre as unidades de conservação e os centros nacionais de pesquisa e conservação. A publicação está disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/venha-pesquisar-conosco.html>. Tem-se ainda a estratégia de elaboração de portfólios regionais ou temáticos, mais detalhados.

Em 2015 foi lançado o Portfólio de Pesquisa sobre as Florestas Nacionais (Flonas) do Sul. A publicação tem como objetivos apresentar a importância das Flonas do Sul; caracterizá-las e localizá-las, bem como descrever o que oferecem ao pesquisador; e fornecer sugestões de pesquisas e indicar como contatá-las.

O destaque da publicação está na oportunidade de implementar experimentos de restauração florestal com vegetação nativa e consórcios com espécies exóticas, aproveitando ampla rede de pesquisadores na região e o *timing* da venda de pinus e eucalipto.

Projeto Estratégia para Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás – Projeto Cenários

O ICMBio participa das ações do Projeto Cenários, auxiliando no planejamento, na execução e na revisão dos produtos da equipe científica. Em março de 2015, foi realizada a Oficina de Produção de Cenários de Priorização de Áreas para a Conservação da Flona de Carajás, que gerou subsídios para uma negociação com a Vale a respeito do zoneamento da Floresta Nacional de Carajás, com a definição de zonas de conservação e zonas com mineração suspensa. Ainda em 2015, foi realizada uma reunião com a equipe científica do Projeto Cenários, que definiu fundamentos para o Plano de Pesquisa da Flona de Carajás e o planejamento das etapas finais do Projeto Cenários, cuja conclusão está prevista para outubro de 2016.

Oficina de Gestão do Conhecimento com UC do Arpa

Visando a maior integração no planejamento e na identificação de questões-chave para investigação, de modo a subsidiar as estratégias de conservação, foi realizada, em agosto de 2015, a Oficina de Gestão do Conhecimento para as Unidades de Conservação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) com Metas de Pesquisa e Monitoramento, com o objetivo de orientar o planejamento das atividades de pesquisa e monitoramento do biênio 2016–2017. Participaram da Oficina 24 gestores de UC do Arpa, representantes de 7 centros nacionais de pesquisa e conservação, além de representantes do ICMBio, Ministério do Meio Ambiente – MMA, WWF/Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

As orientações voltaram-se à integração das atividades de pesquisa, monitoramento e manejo, bem como a gestão do conhecimento resultante. Além das orientações para o planejamento do próximo biênio, foi traçado um plano emergencial para a execução do saldo restante dos recursos do biênio 2014–2015.

Gestão da informação

A Coordenação de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade – COINF visa o desenvolvimento, gerenciamento e articulação de sistemas de informação e bases de dados de biodiversidade. Além de gerenciar o Sisbio (ver abaixo), coordena o Portal da Biodiversidade com o objetivo de disponibilizar à sociedade os dados de diversas bases científicas sobre biodiversidade mantidas pelo ICMBio.

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio

O Sisbio permite aos pesquisadores a solicitação, a distância, de autorizações para a realização de pesquisas e a coleta de material biológico em todo o território

nacional, sobretudo aquelas que envolvem espécies ameaçadas, pesquisa em unidades de conservação federais ou cavernas. O Sistema possibilita ao ICMBio gerir a informação resultante das pesquisas por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto e que agregam sugestões de manejo e conservação para as unidades de conservação e espécies ameaçadas. Graças a seu formato automatizado, interativo e simplificado, o Sisbio melhorou significativamente o atendimento e a prestação de serviços junto aos pesquisadores e a interação entre estes e os gestores.

O Sistema opera de forma descentralizada, dando celeridade à tramitação das solicitações de autorização. Ao longo de 2015, foram concedidos, por meio do Sisbio, 2.993 documentos contemplando projetos a serem executados dentro ou fora das UCs federais, incluindo 2.249 autorizações com finalidade científica, 239 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 439 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 66 licenças permanentes.

Considerando o período de 2007 (ano de lançamento do Sisbio) a 2015, foram emitidos 22.412 documentos, incluindo 15.998 autorizações com finalidade científica, 1.503 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 3.507 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 1.404 licenças permanentes. Atualmente, há 43.873 pesquisadores cadastrados no Sistema.

Até o final 2015, 99,07% das solicitações de autorização foram analisadas antes do término do prazo de 45 dias úteis estipulado na Instrução Normativa nº 03/2014, que regulamenta essas atividades. A média de dias transcorridos para a análise das solicitações, considerando a manifestação de todas as UCs e centros envolvidos até o recebimento da resposta, foi de 18

dias. O aumento da média, se comparado ao ano de 2013, deve-se, principalmente, à diminuição no número de pareceristas colaboradores, sendo estes, servidores do ICMBio com especialização em determinado grupo taxonômico que analisam as solicitações de pesquisa para os quais não existe centro nacional de pesquisa e conservação específico. As providências para solução dessa questão já foram tomadas e a expectativa para 2016 é a diminuição no tempo de análise das solicitações.

Mesmo com esse leve aumento na média, os resultados, observados nos Gráficos 4 e 5, demonstram a eficiência e o comprometimento do Instituto na prestação de um relevante serviço à comunidade científica brasileira e com a geração de conhecimento sobre a biodiversidade.

Gráfico 4. Solicitações de autorização analisadas antes do término do prazo, de 2010 a 2015

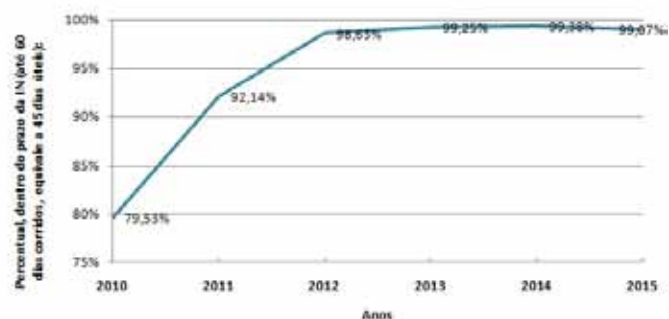
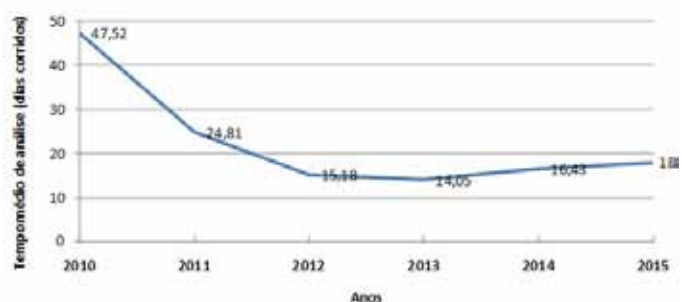


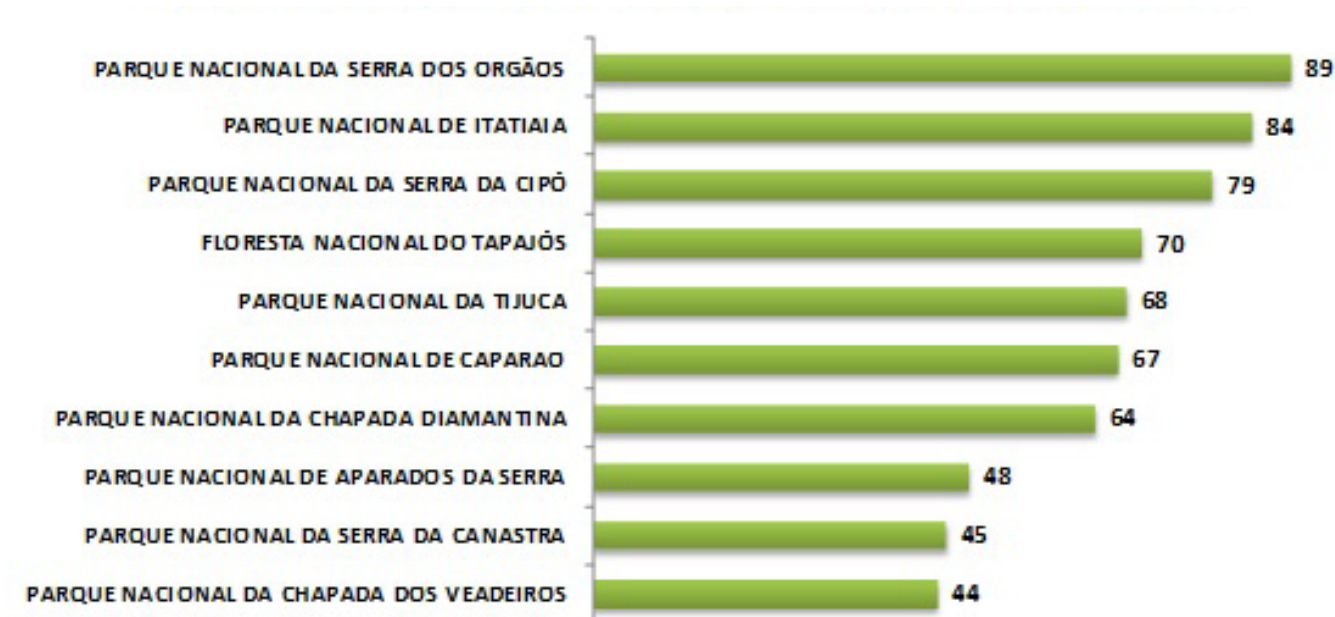
Gráfico 5. Tempo médio de análise de solicitações de autorização, em dias corridos, de 2010 a 2015



Pesquisas em unidades de conservação federais

Em 2015 foram autorizados 1.453 projetos de pesquisa científica em UCs federais, envolvendo a participação de cerca de 2.615 pesquisadores. As UCs com maior número de autorizações emitidas em 2015 estão dispostas abaixo, no Gráfico 6.

Gráfico 6. UCs com maior quantidade de autorizações Sisbio emitidas em 2015



Dados de biodiversidade provenientes dos projetos autorizados

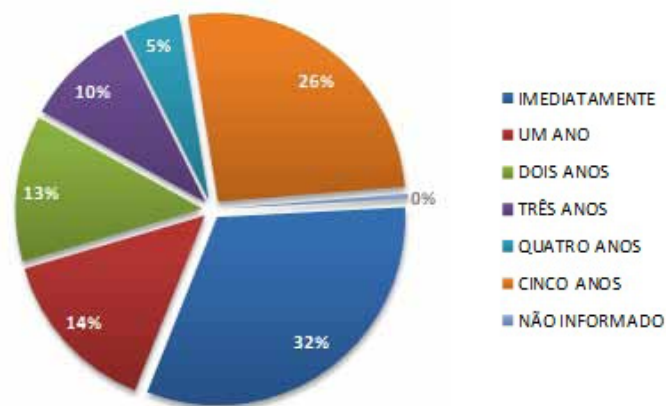
O módulo relatório do Sisbio possibilita ao pesquisador informar ao ICMBio os resultados e produtos da sua pesquisa. As informações fornecidas são armazenadas em um banco de dados, facilitando a busca e permitindo a melhor utilização para planejamento e manejo de espécies, ecossistemas e unidades de conservação. Até dezembro de 2015, foram submetidos 13.770 relatórios.

Os dados gerados pela pesquisa são de propriedade intelectual do pesquisador, que, ao preencher o relatório, informa um período de carência para os dados que está

relatando, que pode variar de 0 a 5 anos. Os dados podem ser utilizados durante esse período de carência para processos de planejamento e gestão da biodiversidade, mas apenas após transcorrido o período determinado podem ser disponibilizados à sociedade em geral.

Ao analisar os períodos de carência selecionados, foi verificado que cerca de 32% dos pesquisadores optaram por disponibilizar seus dados imediatamente (Gráfico 7), sendo que aproximadamente 59% deles optam por disponibilizar os dados em até dois anos, indicando que os dados poderão ser disponibilizados publicamente em um período bastante curto.

Gráfico 7. Tempo para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores



Nos estudos autorizados, foram registrados, até 2015, 33.333.895 indivíduos da biodiversidade brasileira em 414.145 registros de ocorrência (coordenadas geográficas), totalizando 43.048 espécies registradas. A distribuição por grupo taxonômico pode ser observada no Gráfico 8.

Os relatórios ainda permitem conhecer o quantitativo de registros de ocorrência de táxons dentro e fora de unidades de conservação (126.321 e 287.824, respectivamente), o quantitativo dos registros de ocorrência por grupo taxonômico (Gráfico 9) e das publicações originadas das pesquisas realizadas (Gráfico 10). As publicações são anexadas ao formulário de relatório e ficam disponíveis para serem consultadas pelos servidores do ICMBio cadastrados no Sisbio.

Gráfico 8. Indivíduos registrados por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

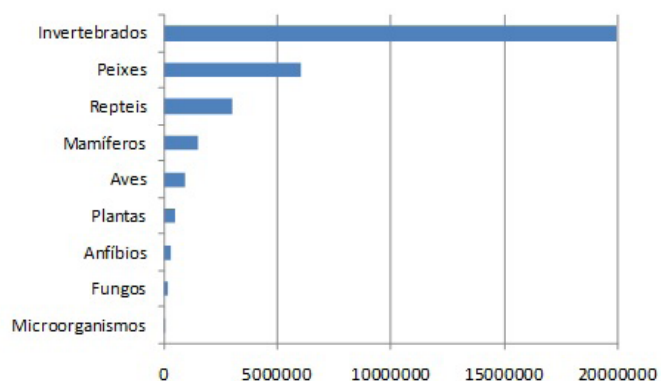


Gráfico 9. Ocorrências por grupo taxonômico verificadas a partir dos relatórios recebidos pelo Sisbio

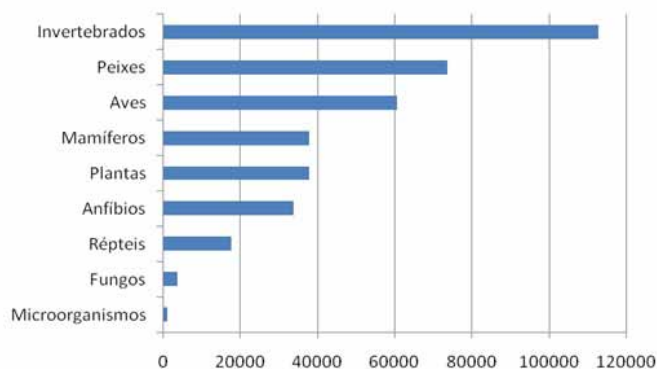
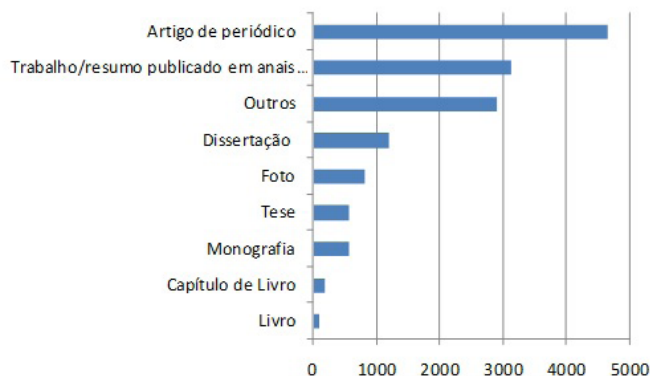


Gráfico 10. Publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio



A sistematização dos dados gerados nos estudos autorizados e sua disponibilização constituem um importante mecanismo para possibilitar o acesso e uso da informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.

Portal da Biodiversidade – PortalBio

Foi iniciado em 2013 um projeto visando a integração de sistemas de informação e bancos de dados de biodiversidade do ICMBio, realizado em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Epusp, com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH).

O projeto tinha como visão agregar conhecimentos e apoiar a gestão de informação de biodiversidade gerada ou custodiada pelo Instituto. A primeira atividade realizada no âmbito do projeto foi o levantamento dos

sistemas e bases de dados sobre biodiversidade existentes nos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio.

Os resultados apontaram que o ICMBio custodiava aproximadamente 1,2 milhão de coordenadas de ocorrência de espécies em seus diferentes sistemas. No ano de 2013 foram realizados o “Workshop para testes de integração de bases de dados de biodiversidade” e a “Capacitação em ferramentas para integração de sistemas e bancos de dados de biodiversidade”. Após dois anos de muito empenho de toda equipe técnica, em novembro de 2015 foi lançado o Portal da Biodiversidade (Figura 2).

Figura 2. Tela inicial do Portal da Biodiversidade – PortalBio

1.824.182
Registros de Ocorrências

891.982
Registros Públicos

210.575
Registro de Espécies Ameaçadas

43.740
Espécies

11.490
Espécies Ameaçadas

10
Bases de dados

Bem vindo ao Portal da Biodiversidade

O Portal da Biodiversidade tem como objetivo disponibilizar à sociedade brasileira dados e informações sobre a biodiversidade brasileira gerados ou recebidos pelo Ministério do Meio Ambiente e as instituições a ele vinculadas. Atualmente, estão disponíveis as bases de dados de alguns dos sistemas mantidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), principalmente nos seus Centros de Pesquisa e Conservação, pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e outros parceiros.

O Brasil é um país de dimensões continentais e hospeda uma das maiores diversidades da flora e fauna do mundo. Os dados disponibilizados no Portal formam uma ampla visão sobre a distribuição da biodiversidade brasileira.

A partir do Portal, é possível a pesquisa, visualização, download e análise de registros dos bancos de dados de biodiversidade atualmente disponíveis. Para ter acesso à descrição detalhada das funcionalidades disponíveis no Portal, acesse o [Manual do Usuário](#).

O objetivo do Portal da Biodiversidade (<https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br>) consiste em disponibilizar à sociedade dados e informações sobre a biodiversidade brasileira gerados ou recebidos pelo

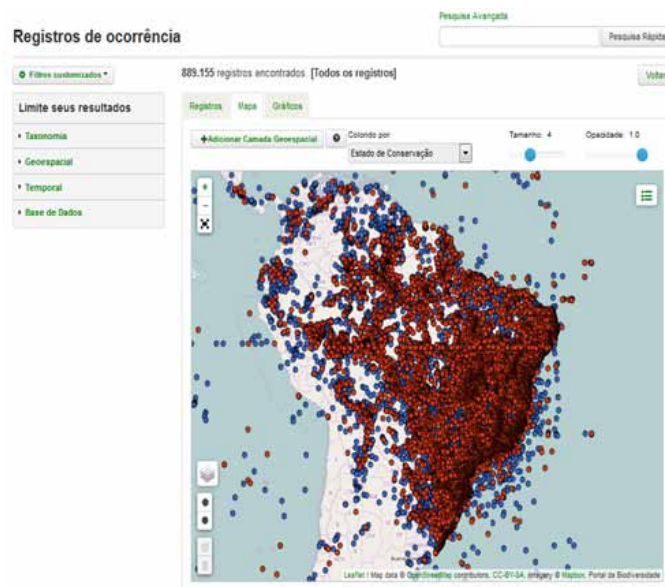
Ministério do Meio Ambiente e pelas instituições a ele vinculadas. Atualmente, 10 bases de dados estão disponíveis no Portal:

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:

- Atlas de Registros de Aves Brasileiras – ARA;
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP;
- Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação Federais – Programa de Monitoramento;
- Sistema de Apoio ao Monitoramento de Mamíferos Marinhos – SIMMAN;
- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio;
- Sistema de Gestão e Informação dos Quelônios Amazônicos – SisQuêlonios;
- Sistema de Informação sobre Tartarugas Marinhas – SITAMAR;
- Sistema Nacional de Anilhamento de Aves Silvestres – SNA;
- Sistema para Avaliação do Estado de Conservação de Primatas Xenartros Brasileiros – SAGU-Í;
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e
- Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – RB

O Portal da Biodiversidade disponibiliza dados de ocorrência espacial da biodiversidade brasileira, possibilitando visualizar e consultar os registros de ocorrência das espécies em um mapa (Figura 3). O PortalBio permite a realização de buscas textuais e geoespaciais, visualização e *download* de registros de ocorrência de espécies. Pode-se, a partir de seu nome científico ou popular, realizar a busca dos registros de ocorrência de cada espécie, individualmente. Os registros podem ser usados para subsidiar o mapeamento da distribuição das espécies, elaboração de modelos de distribuição potencial e diagnósticos sobre a biodiversidade brasileira, por exemplo, para as avaliações do estado de conservação das espécies da fauna brasileira.

Figura 3. Tela do PortalBio disponibilizando os registros de ocorrência da biodiversidade brasileira



Política de Dados de Biodiversidade do ICMBio

Atualmente, o Portal da Biodiversidade disponibiliza 1.824.182 registros de ocorrência de espécies brasileiras, sendo 210.575 de espécies ameaçadas de extinção, correspondendo a 43.740 espécies registradas. No entanto, nem todos os dados estão disponíveis a todos os usuários. Os dados em carência não são disponibilizados publicamente. A Instrução Normativa nº 03/2014 (que fixa as normas do Sisbio) e a Instrução Normativa nº 02/2015 (que trata da Política de Dados de Biodiversidade do ICMBio) possibilitam aos provedores de dados definirem um prazo de carência de até cinco anos para sua disponibilização pública. Este prazo foi idealizado para que os pesquisadores possam dispor de tempo para realizar análises e elaborar publicações com base em seus dados, e também está condizente com os prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os

registros que já se encontram fora do período de carência são disponibilizados imediatamente. Estes totalizam atualmente 899.226 registros de ocorrência. Já o conjunto total de dados (com e sem carência) pode ser acessado apenas por servidores do ICMBio, de acordo com regras específicas, visando sempre a gestão e o planejamento de ações de conservação da biodiversidade. É importante ressaltar, no entanto, que a restrição de acesso é temporária e todos os dados serão disponibilizados publicamente, em até 5 anos.

O Portal da Biodiversidade tem potencial para se tornar um integrador de bases de dados de biodiversidade de diversas instituições relacionadas ao MMA e tem como perspectiva o alinhamento com iniciativas de maior abrangência como o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SIBBr, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

Monitoramento in situ da Biodiversidade

A Coordenação-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – COMOB tem como meta prevista no Plano Plurianual – PPA a efetivação de 40 UCs no Programa Nacional de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade.

Até 2015 foram efetivadas 34 unidades de conservação, em diferentes graus de implementação do Programa (nas UCs marinhas foi implementado o protocolo Reef Check, nas demais está em fase de implantação em campo o monitoramento de indicadores globais):

Unidades de Conservação Marinhas

- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;
- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos;
- Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais;
- Reserva Biológica do Atol das Rocas; e
- Reserva Extrativista Marinha do Corumbau

Unidades de Conservação da Caatinga

- Estação Ecológica Raso da Catarina;
- Parque Nacional da Serra da Capivara; e
- Floresta Nacional Contendas do Sincorá

Unidades de Conservação do Cerrado

- Parque Nacional de Brasília;
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
- Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;
- Parque Nacional da Serra do Cipó;
- Parque Nacional da Serra da Bodoquena; e
- Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

Unidades de Conservação da Mata Atlântica

- Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
- Parque Nacional do Superagui;
- Parque Nacional do Iguaçu;
- Parque Nacional da Serra da Bocaina; e
- Reserva Biológica de Una

Unidades de Conservação da Amazônia

- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;
- Parque Nacional do Jaú;
- Parque Nacional do Cabo Orange;
- Parque Nacional do Juruena;
- Parque Nacional da Serra do Pardo;
- Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema;
- Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns;
- Reserva Extrativista Rio Unini;
- Reserva Extrativista Arapixi;
- Floresta Nacional do Jamari;
- Reserva Biológica do Uatumã;
- Reserva Biológica do Gurupi;
- Reserva Biológica do Jarú;
- Reserva Biológica do Tapirapé; e
- Estação Ecológica da Terra do Meio

Como importantes resultados no período, pode-se citar a aprovação do Protocolo Mínimo dos Indicadores Globais (Componente continental, Ambiente florestal) no comitê científico do Arpa para sua execução obrigatória

por todas as UCs; a inserção do Programa do ICMBio no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas; e ainda o suporte às UCs estaduais apoiadas pelo Arpa para planejamento da implementação do referido Protocolo.





Etapas do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade – capacitação, deslocamento, obtenção de dados

Participação social

O Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio tem como diretrizes a promoção e o fortalecimento do envolvimento social, em diferentes graus, conforme contexto e desenvolvimento do Programa. Na Amazônia, essas diretrizes vêm sendo reforçadas com o apoio do Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade em Unidades de Conservação da Amazônia, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, com recursos da Fundação Moore. Foram desenvolvidos e implementados protocolos complementares aos globais, com foco em espécies/questões priorizadas localmente, tais como manejo de quelônios, pressão de felinos, manejo florestal comunitário, dentre outros.

O Programa Reef Check também tem ênfase no envolvimento social, com discussão local dos dados, decisões de manejo e envolvimento de voluntários. Os demais programas se beneficiam dessas experiências.

Capacitação para monitoramento de biodiversidade e clima

Em processos participativos é importante que ocorram eventos formativos constantes visando o alinhamento de saberes dos diversos envolvidos. Neste sentido, foi publicado o livro Monitoramento da Biodiversidade – Estrutura Pedagógica do Ciclo de Capacitação. Abaixo está, de forma esquemática, o Ciclo de Capacitação do Programa

Figura 4. Ciclo de Capacitação do Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio



de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio:

Em 2015 foram realizados o 4º e o 5º Curso de Capacitação no Protocolo Mínimo dos Indicadores Globais (Componente continental, Ambiente florestal) orientado aos indicadores globais (em maio de 2015, na Resex Tapajós-Arapiuns; e em novembro de 2015, na Esec de Maracá) voltados para as UCs apoiadas pelo Programa Arpa – Grau II e Fase III, além das UCs apoiadas pelo Fundo Clima (via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD). Desta forma, até o momento, 43 UCs foram capacitadas no Programa (27 na Amazônia, 10 na Mata Atlântica e 6 no Cerrado).

Bioma marinho e costeiro

Em 2015 foram realizadas reuniões de planejamento do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (conhecido como GEF-Mar), algumas delas coordenadas pelo MMA. O GEF-Mar é um projeto do Governo Federal, com duração de cinco anos, com vistas a promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar a criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – AMCPs no Brasil, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. O Sistema integra diferentes categorias de UCs e outras áreas protegidas, sob diferentes estratégias de gestão.

Visando promover a articulação entre os Programas GEF-Mar e GEF-Mangue para inserção de estratégia de monitoramento da biodiversidade em UCs de manguezal na Estratégia Nacional de Monitoramento da Biodiversidade em Áreas Marinho-Costeira, foram realizadas as seguintes ações coordenadas pela equipe do Projeto Manguezais do Brasil e equipe da Coordenação-geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ, com recursos do GEF-Mangue:

- Oficina para Coleta de Pressupostos para a Elaboração da Estratégia Integrada de Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação de Manguezal, realizada em 26/08/2015; e
- Oficina para definição das Bases Estruturantes da Estratégia Integrada de Monitoramento da Biodiversidade

em Unidades de Conservação de Manguezal, realizada no período de 10 a 12/11/2015.

Em relação ao monitoramento de recifes de corais, em 23/10/2015 foi realizada uma reunião com a Coordenação-geral do Reef Check Brasil/UFPE para retomar o planejamento das ações do mesmo com a proposição de metas de curto prazo e levantamento de metas de médio e longo prazos, tendo também em vista a reflexão de como promover o caráter de participação e envolvimento social intrínseco ao Reef Check.

Os centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio voltados à agenda marinha têm focado o monitoramento no impacto da atividade pesqueira sobre espécies ameaçadas, que podem ser alvo direto da pesca ou afetadas indiretamente, no que se chama de *bycatch*. É feito o monitoramento da pesca industrial, principalmente na região Sul (pelo Cepsul e Tamar) e na região Norte (pelo Cepnor).

A pesca artesanal é monitorada por todos os centros marinhos, especialmente dentro de unidades de conservação, de forma atrelada aos instrumentos de gestão – acordos de pesca e melhoria de práticas, por exemplo. São atividades realizadas em parceria com ampla rede de pesquisadores e instituições. Os dados e análises resultantes apoiam diversos outros processos, como as propostas de criação de unidades de conservação, avaliação continuada do estado de conservação das espécies da fauna, estratégias de conservação como a interação com licenciamento ambiental, dentre outras. Tem-se ainda a promoção do monitoramento participativo por meio da aplicação da metodologia SOCMON, principalmente pelo Cepsul nas UCs do sul do País.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO

Cabe ao ICMBio a emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA de empreendimentos e atividades que possam afetar as unidades de conservação ou sua zona de amortecimento, assim considerado pelo órgão licenciador, com fundamento em Estudo de

Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, conforme disposto no artigo 36, da Lei nº 9.985 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), de 18 de junho de 2000.

No que tange às atividades não sujeitas ao processo de licenciamento ambiental, que possam afetar diretamente a UCs federais ou sua zona de amortecimento, o ICMBio autoriza diretamente as atividades, de acordo com as regras estabelecidas no plano de manejo da referida unidade, e também em conformidade com os objetivos de sua criação.

No exercício de 2015, o Instituto Chico Mendes emitiu 278 autorizações, sendo 134 ALAs e 144 Autorizações Diretas – ADAs (Gráfico 11), envolvendo as demandas de licenciamento ambiental regidas pela Resolução Conama nº 428/2010, e internamente, pelas Instruções Normativas nº 04/2009 e 007/2014.

Gráfico 11. Distribuição do número de autorizações emitidas, por coordenação regional



Foi realizada também a revisão e atualização da Instrução Normativa nº 005/2009, que dispõe sobre os procedimentos para autorização no âmbito do licenciamento ambiental, culminando na publicação da Instrução Normativa nº 007/2014. Ainda foi efetuada a revisão do Roteiro de Valoração dos Produtos não Madeireiros, subsídio para atualização e revisão (em andamento) da Instrução Normativa nº 009/2010, que dispõe sobre procedimentos para supressão da vegetação em unidades de conservação de uso sustentável.



MANEJO PARA CONSERVAÇÃO

Avaliação do estado de conservação da fauna brasileira

Promove o levantamento, a organização e a análise de dados da fauna brasileira, em um processo cíclico, executado pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio. O primeiro ciclo de avaliação foi encerrado no final de 2014, com a avaliação do risco de extinção de todos os vertebrados da fauna brasileira e de alguns grupos de invertebrados. Ao todo, foram avaliados 8.922 vertebrados e 3.332 invertebrados, totalizando 12.254 táxons (Tabela 1 e Gráfico 12). Em todo o processo, foram realizadas 73 oficinas de avaliação, que contaram com a participação de mais de 1.100 colaboradores da comunidade científica brasileira e internacional.

O resultado subsidiou o MMA na publicação das listas oficiais de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (Portarias MMA nºs 444/2014 e 445/2014).

A Portaria nº 445/2014 (peixes e invertebrados aquáticos) gerou reação do setor pesqueiro que, através do então Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, solicitou a revisão das categorias de ameaça de algumas espécies. O ICMBio, juntamente com o MMA, coordenou uma série de reuniões para a elaboração de estratégias que garantissem os interesses de todos os setores envolvidos (pesqueiro, meio ambiente e científico). Ficou acordado também que apenas uma espécie seria reavaliada ainda em 2015, o atum-azul. Em dezembro, o Cepsul organizou uma oficina para a avaliação da espécie.

Tabela 1. Número de espécies avaliadas, por grupo taxonômico

Grupo biológico	Número de espécies	Centros responsáveis
Mamíferos	732	Cecav, CMA, Cenap, CPB
Aves	1979	Cemave
Répteis	732	RAN, Tamar
Anfíbios	973	RAN
Peixes continentais	3149	Cepan, Cepta
Peixes marinhos	1357	Cepsul
Invertebrados terrestres	2423	Cecat, CGESP
Invertebrados aquáticos	909	Cepsul, CGESP
TOTAL	12.254	

Gráfico 12. Número de espécies avaliadas no primeiro ciclo (valor acumulado por ano)

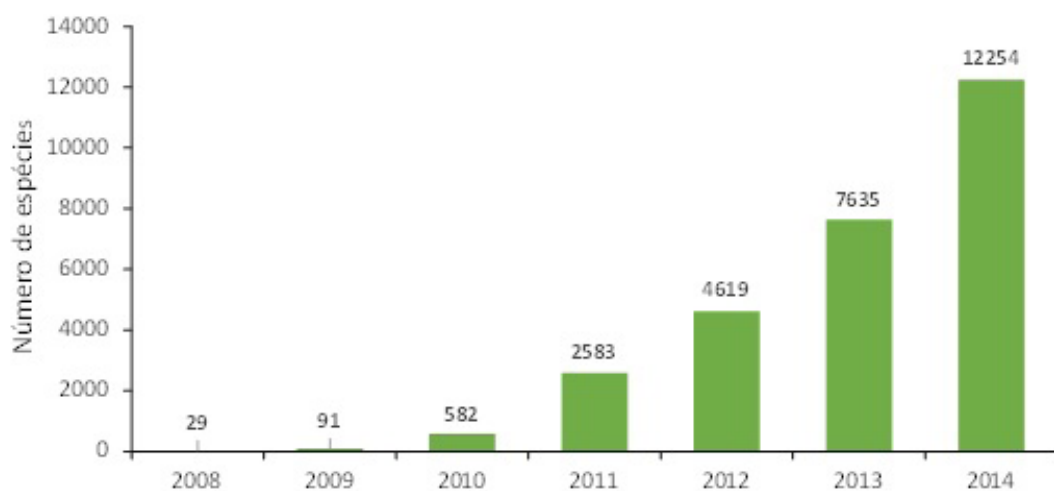


Gráfico 13. Número de oficinas realizadas por ano

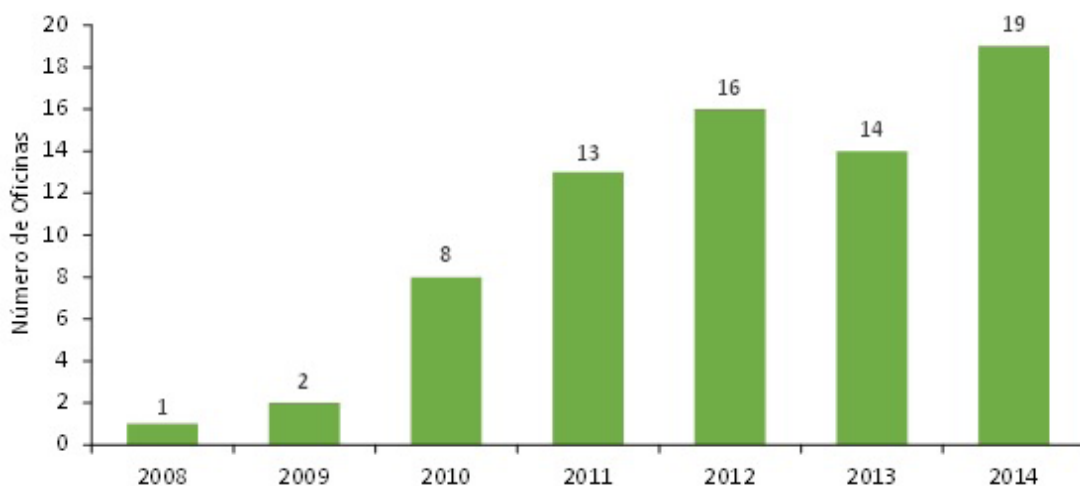
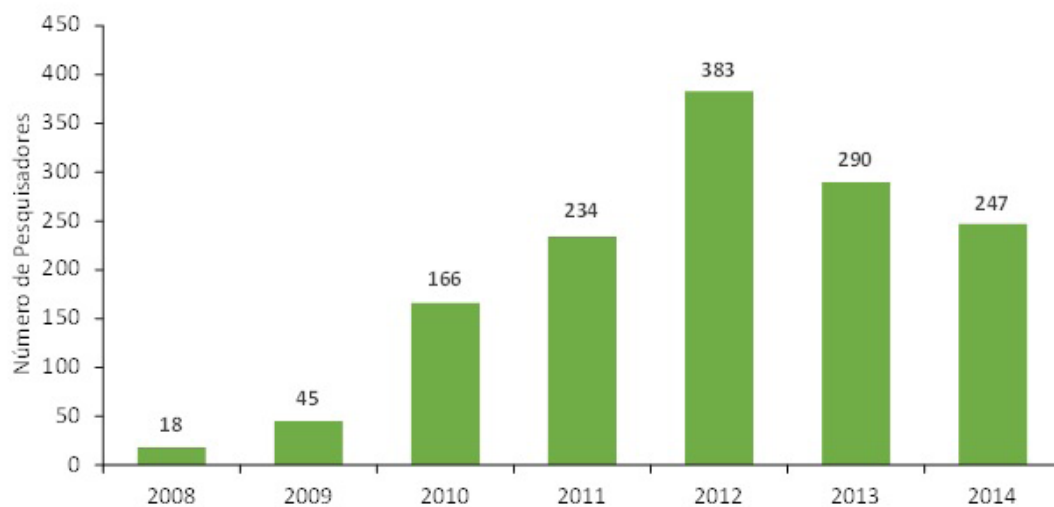


Gráfico 14. Número de pesquisadores envolvidos no processo por ano



Em 2015 as informações das espécies ameaçadas geradas pelo processo, incluindo distribuição geográfica, foram mais bem organizadas para posterior publicação. O próximo passo é dar início a um novo ciclo de avaliação, cujos resultados permitirão identificar tendências no estado de conservação dos diferentes grupos da fauna brasileira.

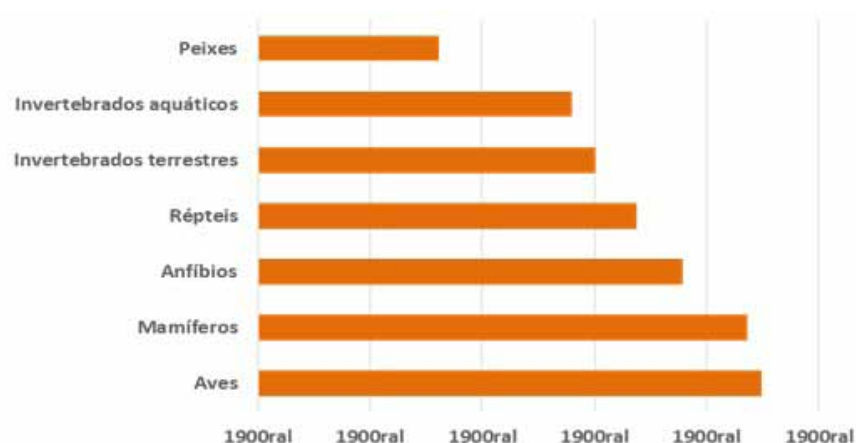
Identificação de oportunidades de conservação e risco de extinção de espécies

De acordo com dados da avaliação do estado de conservação da fauna, atualmente são 700 espécies ameaçadas com registro em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais (Tabela 2), que correspondem a cerca de 60% das espécies ameaçadas de extinção. A porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs, por grupo taxonômico, é mostrada no Gráfico 15.

Tabela 2. Total de espécies ameaçadas, por grupo taxonômico

Grupo biológico	Total de espécies ameaçadas	Número de espécies registradas em UCs
Mamíferos	110	96
Aves	234	210
Répteis	80	54
Anfíbios	41	31
Peixes	409	132
Invertebrados terrestres	233	140
Invertebrados aquáticos	66	37
TOTAL	1.173	700

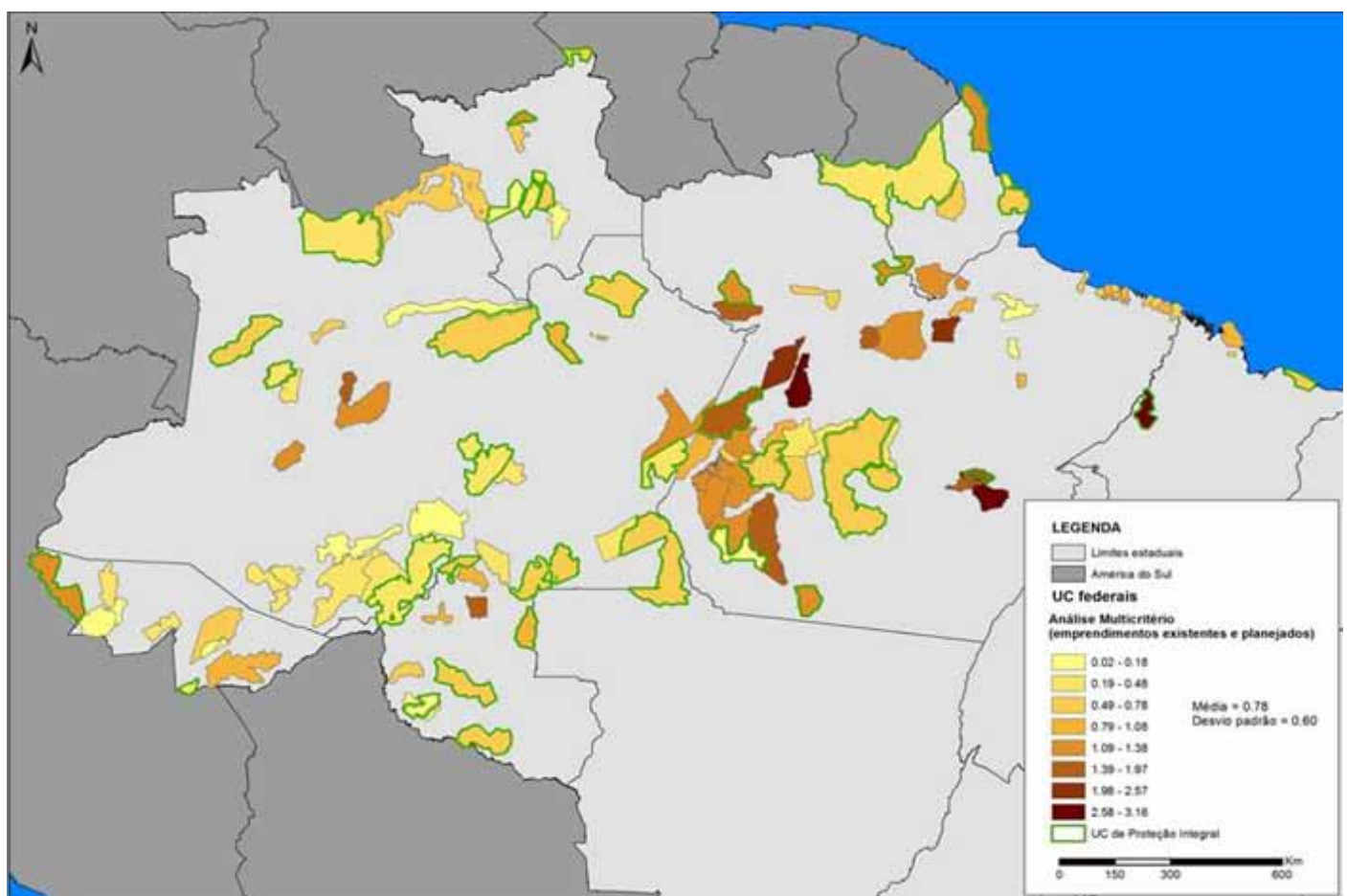
Gráfico 15. Porcentagem das espécies ameaçadas com registros em UCs



A parte de compilação de dados sobre as espécies do Projeto Vulnerabilidades, em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG, foi finalizada em 2015, permitindo a realização de análises iniciais que identificaram as espécies mais suscetíveis à perda de hábitat devido a empreendimentos atuais e planejados em sua área de distribuição. Deste modo, é possível identificar também quem são e onde estão os empreendimentos com maior potencial de impacto sobre as espécies ameaçadas. Serão realizadas análises ainda mais robustas em 2016, objetivando-se produtos específicos por tipologias de empreendimentos, como espécies ameaçadas mais afetadas por mineração e petróleo.

Devido à recorrente situação de recursos escassos, um dos projetos realizados em 2015 foi o estabelecimento de critérios e metodologias para identificar unidades de conservação com elevada importância biológica e, simultaneamente, bastante pressionadas por atividades antrópicas. Assim, em um primeiro trabalho realizado para o bioma Amazônia, constatou-se que as áreas protegidas do Pará são as que mais precisam de urgência em sua implementação (Figura 5).

Figura 5. UCs de elevada importância para espécies ameaçadas de extinção e altamente pressionadas por atividades antrópicas (tons de laranja mais escuros)



Em 2015 iniciou-se o trabalho com análises de planejamento sistemático de conservação considerando também as mudanças climáticas e as possíveis alterações nas áreas de distribuição das espécies ameaçadas. Este trabalho inicial consistiu no mestrado profissional do servidor Tiago Castro, da COAPRO/CGESP/DIBIO, e os resultados foram apresentados em reuniões da DIBIO, com a presidência do ICMBio e com o MMA. A inclusão das mudanças climáticas nas análises de vulnerabilidade do SNUC está prevista como projeto estratégico para 2016.

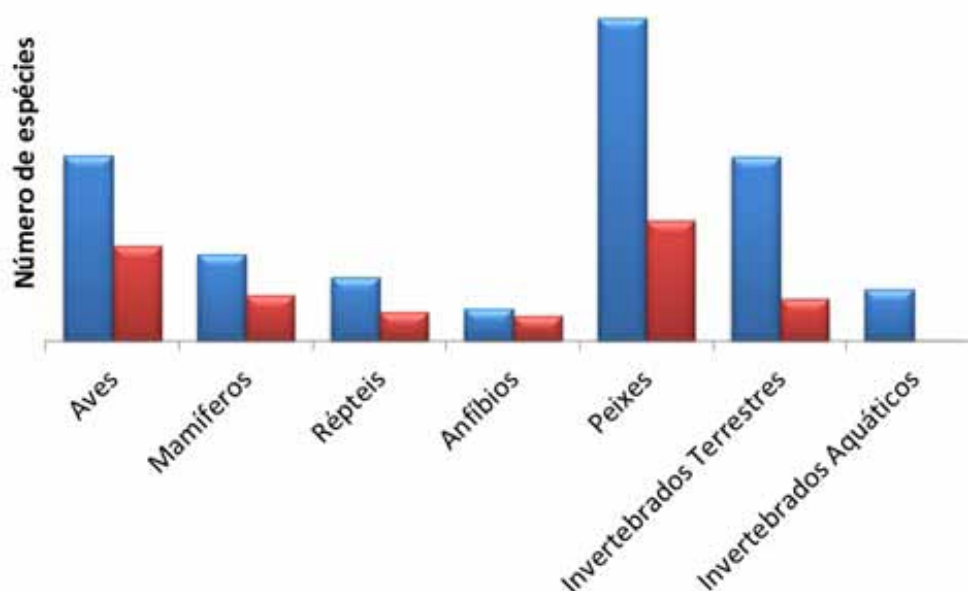
Elaboração de planos de ação

Dentre as ferramentas focadas na conservação de espécies ameaçadas, têm-se os Planos de Ação Nacionais – PANs. Neles são pactuadas ações estratégicas envolvendo diversos setores, com vistas a diminuir o risco de extinção das espécies ameaçadas da fauna brasileira (universo amostral = 1.173) e do patrimônio espeleológico.

Foram elaborados e aprovados, em 2015, quatro PANs (Manguezal, Quelônios, Fauna Aquática do São Francisco e Herpetofauna do Sudeste). Também foi elaborado, num novo conceito de planejamento estratégico para a conservação da biodiversidade, tomando-se como base uma tipologia de ameaça, um PAN referente ao impacto da infraestrutura viária nas populações de espécies ameaçadas de extinção e outras, o PAN Estradas. Esses cinco PANs abrangem 44 novas espécies, aumentando para 455 (39%) as espécies ameaçadas com estratégia para conservação, no formato de Plano de Ação (Gráfico 16).

As oficinas de elaboração dos PANs contaram com a presença de 308 participantes e de 160 instituições parceiras que se prontificaram a articular várias das ações constantes dos PANs.

Gráfico 16. Número de espécies ameaçadas e número de espécies ameaçadas contempladas em PAN, por grupo taxonômico



Total de espécies ameaçadas = 1.173

Total de espécies ameaçadas com PANs = 455

Todos os planos de ação são coordenados pelos centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio, seguindo uma lógica de descentralização dos processos. Cada PAN possui um Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, num conceito de trabalho em rede, que auxilia o centro coordenador na monitoria, avaliação e implementação dos PANs. Os centros são responsáveis por todas as etapas de elaboração e acompanhamento do PAN, desde as reuniões preparatórias para a organização do planejamento, bem como sua logística e a organização do documento final do PAN para publicação. Também coordenam as monitorias anuais dos PANs, os momentos de averiguação do andamento das ações pactuadas e as avaliações, momento de análise da eficácia e efetividade do plano, quando se observam se as mudanças de patamar necessárias à conservação das espécies ameaçadas estão, de fato, ocorrendo.

Monitoria e avaliação dos planos de ação nacionais

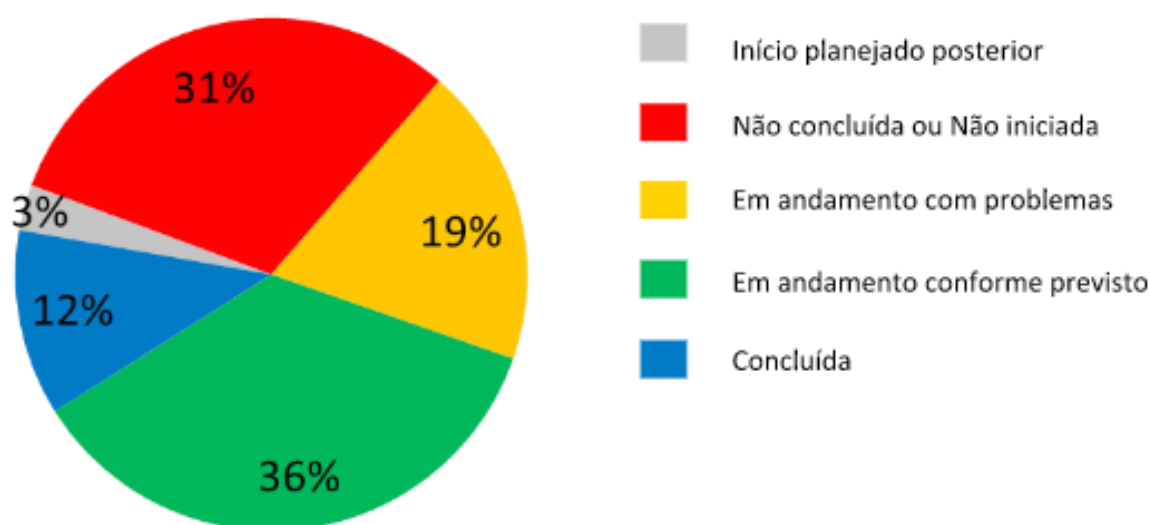
Foram realizadas 24 oficinas de monitoria, contemplando 24 PANs. Ao todo, cerca de 70% das ações previstas estão em andamento ou concluídas. Estiveram

presentes nessas oficinas 308 participantes e cerca de 150 instituições.

Como se observa no Gráfico 17, houve uma melhoria no desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs quando comparado aos exercícios de 2013 e 2014: cerca de 60% das ações estão em andamento e mais de 10% foram finalizadas (o horizonte temporal dos planos, em média, é de cinco anos). Essa melhoria se deve à experiência adquirida pelos centros e os respectivos Grupos de Assessoramento Técnico dos PANs que passaram, cada vez mais, a incluir ações focadas numa abordagem de caráter estratégico para a conservação das espécies.

Em virtude da limitação do orçamento do ICMBio, não foi possível realizar as monitorias e avaliações de todos os planos de ação previstos para 2015, com exceção dos marinhos, que contaram com recursos oriundos de doação internacional do Projeto Manguezais do Brasil – GEF-Mangue e do Projeto Áreas Marinhas Costeiras Protegidas – GEF-Mar.

Gráfico 17. Desempenho das ações estratégicas constantes nos PANs



Diagnóstico das ações prioritárias para a conservação das espécies ameaçadas

Os PANs, como ferramenta de planejamento sistemático da conservação, apontam e coordenam as diversas ações necessárias para garantir a execução das estratégias de conservação para espécies ameaçadas e seu habitat. No entanto, a gestão e o planejamento dessas ações enfrentam vários entraves que comprometem o andamento dos planos e, conseqüentemente, reduzem sua eficácia como estratégia de conservação.

Para melhor entender os fatores que dificultam sua implementação, foi iniciado um diagnóstico amplo de todas as ações em andamento nos 52 PANs. Esse levantamento identifica entraves estruturais que afetam a principal ferramenta que monitora e avalia o desempenho dos planos: a matriz de monitoria. Além do mais, esse diagnóstico analisará padrões que permeiam múltiplos PANs.

Resultados preliminares desse diagnóstico também fundamentarão eventuais revisões de certos elementos na matriz de monitoria e no processo de elaboração dos PANs. As recomendações dessa análise possuem potencial de detalhar melhor o estado das ações individuais. Atualmente, tal nível de análise ainda não está automatizado dentro do painel de gestão e, portanto, sua implantação facilitará o processo de tomada de decisões.

Ao pesquisar ações comuns e transversais nos PANs, o diagnóstico traz insumos para que recortes alternativos sejam trabalhados na elaboração de novos planos. Não obstante, a forma de inserção das novas atividades associadas à gestão da fauna ameaçada também está sendo reavaliada. Assim, é necessário considerar e planejar como tais inovações deverão ser monitoradas futuramente. Valendo-se de um viés analítico mais forte que compara a efetividade das ações individuais usando novas métricas, tais como temporalidade, abrangência institucional e financiamento, o diagnóstico incentiva uma mudança de ótica na definição de “ações prioritárias”. A construção desse conceito está sendo refinado pelo ICMBio.

Relatório de áreas sensíveis e seu papel no licenciamento ambiental

Uma das maiores dificuldades da sociedade moderna é a ambivalência entre o crescimento econômico e a conservação da biodiversidade. Neste cenário, o licenciamento ambiental se destaca por acompanhar e propor obrigações legais prévias à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora ao meio ambiente.

Para auxiliar a eficiência e eficácia do licenciamento ambiental surgiu a iniciativa de antecipar e subsidiar os órgãos licenciadores com um arcabouço técnico das pressões ambientais causadas pelos diversos empreendimentos, de forma espacialmente explícita e com orientações estratégicas de medidas preventivas e mitigadoras. Essa proatividade resultou em relatórios de áreas sensíveis às atividades impactantes focadas nas espécies ameaçadas de extinção atingidas. Os relatórios permitem aos licenciadores uma análise mais célere e minuciosa da severidade do impacto. Já para os empreendedores, os relatórios podem orientar as operações para áreas consideradas de menor impacto ambiental que resultarão em menores passivos ambientais.

Com esse intuito, foram produzidos três relatórios. A atualização do Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentração de Aves Migratórias no Brasil, pelo Cemave, apresenta áreas sensíveis a aves migratórias frente à pressão de parques eólicos. O Guia de Diretrizes para Avaliação e Mitigação de Impactos de Empreendimentos Costeiros e Marinhos sobre as Tartarugas Marinhas, produzido pelo Tamar, apresenta áreas da costa brasileira relevantes para as populações de tartarugas, suas sensibilidades aos diferentes empreendimentos impactantes e orientação mitigadoras aos danos ambientais. O Relatório de Áreas Sensíveis de Espécies Ameaçadas de Extinção Relacionadas a Aeroportos, fruto de uma parceria do ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em breve apontará áreas do território brasileiro com maior sensibilidade para a fauna e flora brasileiras ameaçadas à instalação e operação de aeroportos.

Há previsões para que os principais empreendimentos impactantes ao meio ambiente sejam contemplados com relatórios de orientações estratégicas ao licenciamento ambiental, e que estes sejam revisitados ciclicamente para atualizações.

Papel dinamizador dos centros no alcance das metas da Diretoria

Há 14 centros nacionais de pesquisa e conservação vinculados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO. Trata-se de unidades descentralizadas que coordenam e executam a avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas, subsídio para as listas oficiais publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Também são responsáveis pela coordenação, elaboração, monitoria, avaliação e implementação de PANs, que são a estratégia para reverter o quadro de risco de extinção das espécies ameaçadas. Ademais, executam atividades de elaboração de relatórios de orientações prévias ao licenciamento ambiental, também visando à conservação das espécies ameaçadas. Participam ainda da seleção de espécies

indicadoras, culminando na formulação de protocolos de monitoramento da biodiversidade, que objetivam aferir o grau de efetividade das unidades de conservação, no que tange à proteção da biodiversidade nelas circunscritas.

São também operadores do Sisbio, responsáveis pela emissão de autorização para pesquisa em unidades de conservação, e como ação estratégica da Diretoria, orientam e recomendam condicionantes e a execução destas para proteção de espécies ameaçadas de ocorrência nas áreas de influência de empreendimentos licenciados pelo Ibama e órgãos estaduais de meio ambiente. Executam ainda atividades de pesquisa, em sua maioria aplicada à conservação de espécies ameaçadas de extinção com registros dentro e fora de UCs.

Destacam-se as seguintes realizações dos centros nacionais de pesquisa e conservação, no âmbito da missão da DIBIO:





Cecat – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga



Fonte: Cecat (Ricardo Augusto Gomes)

Em 2015 o Cecat foi reestruturado, com nova sede no Jardim Botânico de Brasília, fruto de Termo de Reciprocidade Conjunta ICMBio/JBDF. Coordenou e consolidou o ciclo de cinco anos (2010–2015) do PAN Lepidópteras, absorvendo as lições apreendidas do PAN, com foco em novo escopo, em termos de recorte geográfico para abarcar mais espécies e ecossistemas. Além disso, contribuiu para definição de Protocolo Global de Monitoramento de Lepidópteras, como espécies indicadoras de conservação da biodiversidade. Encerrou o Projeto Rede Nacional de Pesquisa e Conservação dos Lepidópteros – RedeLep, que subsidiou boa parte das ações do PAN Lepidópteras. Foram publicados vários artigos sobre conservação de espécies de lepidópteras ameaçadas. O Cecat publicou o Guia de Restauração de Áreas do Cerrado, executou o Projeto Restauração do Cerrado da Chapada dos Veadeiros e realizou um seminário para estabelecimento do Museu do Cerrado, sendo ponto focal deste.



Fonte: Cecav



Cecav – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

O Cecav, tendo como norteador de suas ações o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem desenvolvendo suas ações nos projetos: Inventário Anual do Patrimônio Espeleológico Nacional, Monitoramento e Avaliação de Impactos sobre o Patrimônio Espeleológico, Definição de Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro e

Estudo em Áreas Piloto para Definição de Área de Influência sobre o Patrimônio Espeleológico, bem como na implementação das ações do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco – PAN Cavernas do São Francisco. Um dos resultados foi o inventariamento de 567 cavernas no ano de 2015. Foram realizadas também atividades de inventário e monitoramento do patrimônio espeleológico na Flona de Carajás, Parnas da Furna Feia, das Sempre Vivas, de São Joaquim, da Serra do Gandarela e APA de Chapada do Araripe com objetivo de contribuir com o plano de manejo dessas UCs.



Cemave – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves

O Cemave desenvolveu uma plataforma digital sobre a avifauna brasileira, o ARA – Atlas de Registros de Aves Brasileiras. O objetivo do ARA é reunir e disponibilizar para consulta, continuamente, diferentes informações sobre as espécies de aves do Brasil, incluindo história natural, dados populacionais, estado de conservação e distribuição geográfica. O Atlas já está disponível e contém quase 150 mil registros de ocorrência de aves. O ARA possui uma interface colaborativa que permite aos interessados cadastrar-se e enviar dados, seja por meio de foto, vocalização ou mesmo



Fonte: Cemave (Ciro Albano)

observação pessoal. Atualmente coordena e implementa 15 PANs.



Fonte: Cecat (Ricardo Augusto Gomes)



Cepam – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica

Após concluir a avaliação do estado de conservação de cerca de 1.660 espécies amazônicas de peixes, em 2015 focou-se na revisão e formatação das fichas de avaliação para publicação, dando atenção especial às espécies ameaçadas. Como parte desse processo

contínuo também foi aprovado, junto ao CNPq, um projeto em parceria com o Cepta que, além de dar continuidade ao processo de avaliação do estado de conservação das espécies, visa o planejamento e implementação dos planos de ação nacionais para a conservação das espécies de peixes ameaçadas, com o objetivo de melhorar o estado de conservação dos táxons ou dos ambientes que são focos dos respectivos planos. O Centro também organizou as reuniões de revisão do defeso, demandadas pela Portaria Interministerial nº 152/2015, articulando diferentes pesquisadores e parceiros para aprimorar medidas de gestão pesqueira para a Amazônia.

Ainda no que se refere aos planos de ação nacionais, o Cepam concluiu a revisão de meio termo do PAN Xingu – Fauna, onde pelo menos 45% das ações estão em andamento ou foram concluídas. Em relação à execução do PAN Sauim de Coleira (*Saguinus bicolor*), o Centro conseguiu realizar algumas campanhas de conscientização em 2015, como a Campanha do Ano do Sauim, em março, e, posteriormente, a Campanha SOS Sauim, em outubro,

articulando diversas parcerias. Como resultado de alguns estudos e levantamentos, foram encaminhadas propostas para o Secretário Municipal de Meio Ambiente e representantes do Ministério Público Federal e Estadual para a criação de um corredor ecológico urbano, ligando o Parque Municipal do Mindu à Reserva Adolpho Ducke. Também foi apresentada outra proposta envolvendo áreas prioritárias para a conservação e potenciais locais para a criação de UCs nas regiões de Itacoatiara e Rio Preto da Eva, que compreende o corredor ecológico do sauím de coleira. Além disso, realizou o 1º Encontro da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN do Estado do Amazonas: “Do processual à efetivação”, como uma das estratégias para conservar áreas onde a espécie ocorre.



Fonte: Cenap (Adriano Gambarini)



Cenap – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros

Durante o ano de 2015, o Cenap realizou atividades de pesquisa, educação ambiental, monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação e controle de conflitos relativos aos mamíferos carnívoros, com vistas à execução dos planos de ação do lobo-guará, onça-pintada, cachorro vinagre, pequenos felinos, Xingu, ariranha e cervídeos.

O Centro analisou dados provenientes do processo de avaliação do risco de extinção de espécies ameaçadas, para subsidiar as listas oficiais de espécies ameaçadas.

Também foram realizadas apresentações e treinamentos sobre ações emergenciais de manejo de carnívoros, métodos de prevenção de predação de animais domésticos e mitigação de conflitos direcionados a produtores rurais, técnicos ambientais e outros profissionais. Ainda podem ser citadas visitas em locais de conflito para fins de avaliação, orientação e monitoramento, como em condomínios e centros urbanos nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Realizaram-se, além disso, atividades experimentais relacionadas ao monitoramento de área protegidas e amostragem de fauna.

O Cenap passou a dar apoio ao Programa de Monitoramento in situ da Biodiversidade em diferentes UCs da Amazônia. Foram feitas oficinas de avaliação final dos Planos de Ação Nacional para a Conservação da Ariranha e Cervídeos Brasileiros; monitorias virtuais dos planos de onça-parda, onça-pintada e lobo-guará; oficina de Avaliação de Viabilidade Populacional – PVA de cachorro-vinagre; além da coordenação das oficinas de elaboração e de consolidação do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Fauna Afetada por Infraestrutura Viária – PAN Estradas (Brasília/DF) e monitoria do PAN-Xingu (Belém/PA).

O Cenap também esteve envolvido na preparação das fichas e dos mapas das espécies de roedores, carnívoros, lagomorfos, artiodáctilos e marsupiais, para a publicação oficial do Livro Vermelho das Espécies de Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.



Cepnor – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte

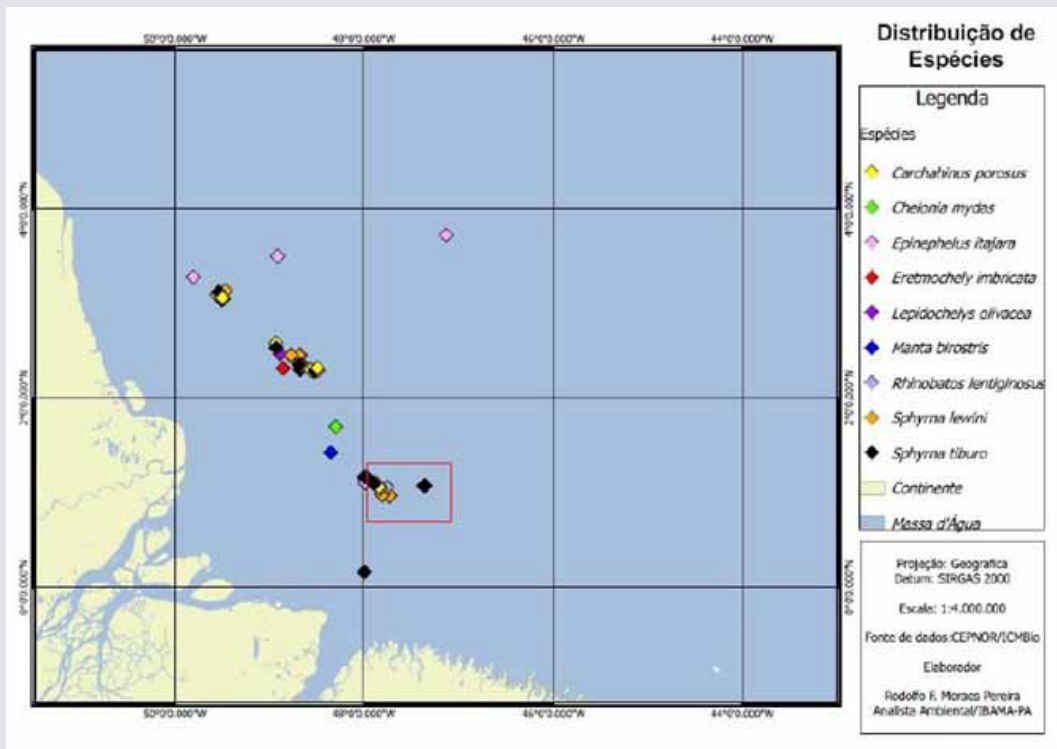


Fonte e Foto: Cepnor

O Centro realizou pesquisas variadas com o objetivo final de identificar espécies ameaçadas de extinção, impactadas pela pescaria industrial, e desenvolver estratégias para a sua conservação. Em 2015 o maior impacto diagnosticado foi sobre as espécies de tubarão *Sphyrna tiburo*, *Sphyrna lewini* e *Carcharhinus porosus*. Além dessas, duas espécies de peixes ósseos (*Epinephelus itajara*, *Lutjanus purpureus*), três de tartarugas marinhas (*Chelonia mydas*, *Eretmochely imbricata*, *Lepidochelys olivacea*) e seis de elasmobrânquios foram também afetadas pela pescaria industrial.

Através desses estudos foi também possível identificar duas áreas de agregação de espécies ameaçadas, especialmente elasmobrânquios neonatos (00°58'N, 01°02' N e 47°47'W, 47°58'W e 00°20'N, 01°10'N e 47°00'W, 47°55'W). Uma dessas coordenadas coincide com a área conhecida como “lixeria”, o que reafirma a importância deste pesqueiro como ponto de agregação e reprodução de espécies ameaçadas de tubarões, sendo essencial sua proteção permanente (Figura 6).

Figura 6. Distribuição geográfica de espécies ameaçadas capturadas na pesca industrial





Necropsia de *Prochilodus* sp no laboratório da Rebio Comboios, peixe que morreu no rio Doce



Cepta – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental

O Cepta elaborou nota técnica, que avaliou os impactos na biodiversidade aquática da bacia do rio Doce, provocados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco Mineradora S.A e identificou os tributários com potencial de fornecer espécies para repovoar o rio Doce. Iniciou um banco genético *ex situ* com peixes ameaçados do rio Doce, para possíveis trabalhos de recuperação da ictiofauna

afetada. Em conjunto com o Parque Nacional do Juruena, realizou expedição ao rio Juruena, dando início ao monitoramento da ictiofauna do Parque. A ictiofauna que ocorre na calha do rio Juruena é em parte resguardada pela existência do Parque Nacional do Juruena, o qual abrange trecho do rio que segue em direção à sua foz no rio Tapajós. Contudo, caso os planos de implantação de várias usinas hidrelétricas na bacia do Tapajós venham a se concretizar, a ictiofauna da região deverá ser grandemente afetada. Em conjunto com a Universidade Estadual Paulista – UNESP, o Cepta mapeou as populações naturais de Piracanjuba (*Brycon orbignyanus*) e propôs área de conservação para a espécie, que servirá como espécie guarda-chuva. Com relação às pesquisas desenvolvidas no Cepta, destaca-se o “Laboratório de Biotecnologia de Peixes”, que atua na coleta, manutenção, reprodução e desenvolvimento de tecnologias avançadas em peixes, objetivando o estabelecimento de um efetivo banco genético *ex situ*. O Cepta participou da reunião de ordenamento da pesca para subsidiar a revisão do defeso na Região Amazônica e Bacia do Nordeste. Ao todo, os analistas do Cepta publicaram nove trabalhos científicos e participaram de 20 congressos.

Além disso, o Cepta executou ações prioritárias para a implementação de quatro PANs sob sua coordenação: PAN Paraíba do Sul – 11 espécies de peixes ameaçadas e uma de quelônio; PAN Rivulídeos – 125 espécies de peixes ameaçadas; PAN São Francisco – oito espécies de peixes ameaçadas; e PAN MPSPG – 10 espécies de peixes ameaçadas. Dentre elas, destacam-se os cursos de capacitação para policiais ambientais sobre identificação de espécies ameaçadas de extinção, contempladas nos PANs Paraíba do Sul e PAN MPSPG. Também foi realizada campanha de coleta na bacia do rio São Francisco, a fim de gerar informações primárias sobre o estoque de quatro espécies de peixes de interesse comercial (*Conorhynchos conirostris* – pirá, *Lophosilurus alexandri* – pacamã, *Pseudoplatystoma corruscans* – surubim e *Salminus franciscanus* – dourado). Atualizou também as espécies ameaçadas desses PANs, visando medidas de conservação e a diminuição do risco de extinção, após a publicação da Portaria MMA nº 445/2014 (alterada pela Portaria MMA nº 98/2015). Ações de educação ambiental, pesquisa e articulação institucional também foram desenvolvidas.

Com relação à Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, foram consolidadas 224 fichas de espécies de peixes ameaçadas, para publicação do Livro Vermelho.

Devido ao início do projeto “Diagnóstico de peixes e invertebrados aquáticos continentais”, o Cepta, em conjunto com o Cepam e em parceria com o CNPq, passou a coordenar o projeto, que tem como objetivo a continuidade do processo de avaliação do estado de conservação dos peixes continentais do Brasil e a implementação dos planos de ação nacionais para peixes e invertebrados aquáticos brasileiros ameaçados de extinção.



Fonte: Cepene (Antônio Henrique)



Cepene – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste

Alinhado ao planejamento institucional do ICMBio, o Cepene realiza pesquisas e desenvolve atividades de monitoramento da biodiversidade marinha e avaliação do estado de conservação das espécies. Em 2015 o Centro retomou as atividades de monitoramento das pescarias mais impactantes sobre a fauna acompanhante, com ênfase nas espécies ameaçadas na costa nordeste.



CMA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos



Fonte: CMA (Fabia Luna)

Em 2015 o CMA, que foi reestruturado e teve a sua nova sede transferida para o município de Santos, em São Paulo, participou de fórum sobre conservação da toninha, articulando estratégias para conservação da espécie, como a execução do PAN Toninha. Integrou, como implementação do PAN de Pequenos Cetáceos, o grupo de discussão de minuta de portaria que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na autorização e desenvolvimento de atividades de interação intencional com a finalidade de lazer e/ou turismo com cetáceos e sirênios em águas jurisdicionais brasileira.

Como efetivação do PAN Sirênios, executou a translocação de três espécimes de peixes-bois marinhos, além de ter participado, como representante brasileiro, nos fóruns internacionais sobre conservação de grandes cetáceos, em especial para execução da Comissão Internacional da Baleia – CIB, em cumprimento ao PAN Grandes Cetáceos.



Fonte: Cepsul (Guy Marcovaldi)



Cepsul – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul

O Cepsul, em 2015, ampliou áreas e metodologias de monitoramento da biodiversidade associada à atividade pesqueira artesanal e industrial no sul do Brasil, agregando também protocolos de monitoramento socioeconômico em unidades de conservação.

Em paralelo, a partir da publicação da Portaria MMA nº 445/2014 (alterada pela Portaria MMA nº 98/2015), que determina as espécies de peixes e invertebrados marinhos ameaçados de extinção, o Centro atuou ativamente na proposição de planos de recuperação e na disseminação de informação sobre as espécies ameaçadas, bem como na discussão e proposição de medidas e políticas para sua conservação.

Além disso, o ano de 2015 marcou o início das atividades do projeto "Ação integrada para melhoria do estado de conservação das espécies marinhas ameaçadas", a partir da articulação dos centros nacionais de pesquisa e conservação da biodiversidade marinha do ICMBio. Coordenado pelo Cepsul e apoiado pelo CNPq, o projeto tem como foco ampliar a avaliação do estado de conservação das espécies marinhas, fortalecer e integrar processos de monitoramento da biodiversidade, otimizar ações de monitoramento e pesquisa nos PANs de ambientes costeiros e marinhos e propor novas metodologias para o desenvolvimento de planos com abordagem territorial e ecossistêmica, tendo o ecossistema de marismas (RS e sul de SC) como área piloto.



CPB – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros



Fonte: CPB (Adriano Gambarini)

O CPB publicou no site do ICMBio as fichas sobre o estado de conservação dos 139 primatas e dos 19 xenartros que tiveram seu risco de extinção avaliado. Dentre os cinco planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas de extinção coordenados pelo Centro, o destaque ficou para o *Saguinus bicolor*, que foi contemplado pelas campanhas "Ano do Sauim" e "S.O.S. Sauim" e foi abordado durante o 2º Workshop para Manejo de Calitriquídeos.

Foram realizados também inventários e diagnósticos sobre os primatas na Reserva Biológica do Jarú (RO) e Parque Nacional da Serra do Pardo (PA), no âmbito do projeto Primatas em Unidades de Conservação da Amazônia – PUCA.



Fonte e foto: CNPT



CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

O CNPT tem a responsabilidade de possibilitar a incorporação dos saberes tradicionais aos processos de conservação da biodiversidade. Atua no desenvolvimento de projetos de manejo e de pesquisa, destacando-se: Manejo

Participativo de Tracajás, Caracterização da Atividade da Caça de Subsistência (ambos executados na Resex do Alto Tarauacá) e Etnoconhecimento Zooterápico de Populações Tradicionais (executado nas Reservas Extrativistas do Cazumbá-Iracema, do Alto Tarauacá e entorno da Resex Chico Mendes, além das Flonas Macauã e São Francisco, no estado do Acre). Acompanhou as ações de monitoramento de 24 ninhos de *Podocnemis expansa* na Resex Lago do Cedro, em Aruanã/GO, com a liberação de 2.014 filhotes da espécie em áreas próximas aos tabuleiros de desova, porém mais protegidos (em parceria com o RAN). Realiza pesquisa e manejo do turismo interativo com botos-vermelhos no Parque Nacional de Anavilhanas/AM.

Desenvolve estudos socioambientais, visando a ampliação de áreas protegidas no ecossistema manguezal, em processos de criação das Reservas Extrativistas Itapetinga, Porto Rico, Baía do Tubarão e Arapiranga Tromai (nesta última, em parceria com o Cepene), com o apoio do Projeto Manguezais do Brasil e da Coordenação de Criação de Unidade de Conservação – COCUC/DIMAN.

Em parceria com a Coordenação-geral de Populações Tradicionais – CGPT trabalha na facilitação do processo de elaboração de Perfil de Beneficiários nas Resex Marinha do Arraial do Cabo/RJ, do Rio Cajari/AP, Marinha da Baía do Iguape, de Canaveiras/BA, do Ciriaco, Chapada Limpa, do Quilombo Frechal/MA, Lago do Cedro/GO, do Alto Tauruacá, Chico Mendes/AC e Pirajuabaé/SC. Coordena o PAN Manguezal, que se estende por toda a costa brasileira, aprovado em portaria, em 2015, tendo sido publicado o Sumário Executivo. Na fase atual, encontra-se a elaboração de livro sobre o ecossistema manguezal e processo de elaboração do PAN, bem como os arranjos necessários para a continuidade de sua realização.



RAN – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios

Coordenou e executou ações de quatro PANs: Herpetofauna do Sul, Herpetofauna do Espinhaço, Herpetofauna do Nordeste e Herpetofauna do Sudeste. Além disso coordenou, em parceria com o Ibama e Cepta, outros dois PANs: Quelônios Amazônicos e Paraíba do Sul.



Fonte e foto: RAN

Foram concluídos o PAN Insular, com 51% das ações implementadas; um roteiro metodológico para inventários e monitoramentos populacionais de quelônios continentais, publicado pela Revista Biodiversidade Brasileira; e um manual técnico para o manejo conservacionista e monitoramento de quelônios amazônicos, a ser publicado pelo CNIA/Ibama.

Foram disponibilizados no *site* do ICMBio fichas e mapas resultantes da avaliação do risco de extinção dos quelônios continentais e dos crocodilianos. Realizaram-se expedições científicas nos diferentes biomas nacionais para inventariar áreas com lacunas amostrais de espécies da herpetofauna ameaçadas ou com dados insuficientes. O RAN também consolidou uma Área Técnica de referência em geoprocessamento e gestão de banco de dados geoespaciais. Além disso, ministrou cursos de educação socioambiental e manejo reprodutivo de quelônios da Amazônia por demanda de UCs.

Por mais de duas décadas, o Centro tem coordenado e executado projetos de pesquisa e socioambientais na região do médio Araguaia, visando a proteção, educação e manejo para a conservação dos quelônios e crocodilianos historicamente explorados pelo turismo desordenado e o comércio ilegal local.



Fonte e Foto: Tamar

“tartarugueiros”, monitores e pesquisadores. Com este esforço, houve um incremento médio de 10% no número de desovas por temporada.

Também foi feito o monitoramento de esforço de pesca e de índices de captura e de mortalidade por pescarias prioritárias, ou seja, aquelas que interagem mais fortemente com as espécies de tartarugas marinhas – este monitoramento é efetuado nos principais portos de pesca que acolhem essas frotas, e por meio de observadores de bordo, que embarcam em viagens de pesca para coletar informação e testar medidas mitigadoras para cada caso.

O Centro realizou a oficina de elaboração do PAN Tartarugas Marinhas Fase II, em novembro, em Regência, Linhares, no Espírito Santo.

Em função do desastre ambiental do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, o Centro Tamar atuou, desde o início, nas áreas de desova de tartarugas marinhas, próximas da foz do rio Doce, contemplando estratégias de coleta de dados de toxicologia, de qualidade ambiental das praias de desova e efetuando transposições de ninhos, localizados em áreas impactadas pela lama do rejeito. Ademais, tem atuado como ponto focal do ICMBio para o tema, em articulação com outras unidades do ICMBio, Ibama, MMA e órgãos ambientais estaduais e municipais, universidades e Marinha do Brasil.

Além disso, o Tamar integrou o conjunto de autores de 12 publicações científicas, abordando temas de biologia e ecologia de tartarugas marinhas – revistas internacionais, nacionais e eventos, tendo analistas ambientais como autores ou coautores.



Tamar – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas

O Tamar, em 2015, realizou o acompanhamento dos processos de reprodução de tartarugas marinhas, que compreendem o registro de desovas e de nascimento de filhotes nas praias e, ao mesmo tempo, a proteção dessas áreas, mediante a presença constante de

“tartarugueiros”, monitores e pesquisadores. Com este esforço, houve um incremento médio de 10% no número de desovas por temporada.

O Centro realizou a oficina de elaboração do PAN Tartarugas Marinhas Fase II, em novembro, em Regência, Linhares, no Espírito Santo.

Em função do desastre ambiental do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, o Centro Tamar atuou, desde o início, nas áreas de desova de tartarugas marinhas, próximas da foz do rio Doce, contemplando estratégias de coleta de dados de toxicologia, de qualidade ambiental das praias de desova e efetuando transposições de ninhos, localizados em áreas impactadas pela lama do rejeito. Ademais, tem atuado como ponto focal do ICMBio para o tema, em articulação com outras unidades do ICMBio, Ibama, MMA e órgãos ambientais estaduais e municipais, universidades e Marinha do Brasil.

Além disso, o Tamar integrou o conjunto de autores de 12 publicações científicas, abordando temas de biologia e ecologia de tartarugas marinhas – revistas internacionais, nacionais e eventos, tendo analistas ambientais como autores ou coautores.



POPULAÇÕES TRADICIONAIS, CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Inclusão social e políticas públicas

Para propiciar condições de inclusão social às populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação federais de uso sustentável e possibilitar o acesso às políticas públicas e aos programas específicos destinados a esses grupos, o ICMBio tem o importante papel de buscar soluções interinstitucionais efetivas, em articulação com lideranças, organizações representativas locais e movimentos sociais. Cabe ainda ao Instituto planejar, juntamente aos demais órgãos competentes, as estratégias para o atendimento desse objetivo, respeitando as especificidades das populações envolvidas.

Cabe assinalar que, a despeito dos desafios implicados, pode-se registrar, com relação ao ano de 2015, importantes iniciativas promovidas pelo ICMBio que se destacaram em função de seu caráter estruturante, cujas ações mostram-se especialmente relevantes porque concorrem para que, em longo prazo, seja propiciado um acesso mais abrangente das famílias extrativistas aos programas e às políticas públicas que estão voltados às comunidades tradicionais. Neste sentido, cumpre sublinhar as ações que foram viabilizadas a partir do cadastramento de beneficiários de unidades de conservação com populações tradicionais.

Políticas universais e específicas

Objetivando viabilizar a ampliação do acesso das comunidades tradicionais beneficiárias de unidades de conservação federais a diversas políticas universais (como as de saúde, educação e segurança, entre outras), o ICMBio priorizou, no ano de 2015, os esforços de cadastramento e as ações de diagnóstico produtivo e de políticas públicas nas 77 áreas protegidas que são foco dessa iniciativa, medidas por meio das quais se buscou alcançar a maioria das populações extrativistas reconhecidamente beneficiárias desses espaços.

Como resultado de tal esforço, destaca-se a promoção de direitos no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde – PBV),

do Programa Luz para Todos e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

Cadastramento de beneficiários das UCs com populações tradicionais

Nos anos de 2014 e 2015, foi finalizada a coleta de dados referentes às famílias que vivem em 77 unidades de conservação de uso sustentável ou que dependem dessas áreas protegidas para seu sustento e reprodução social. Esse trabalho contou com o apoio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e com a parceria com a Universidade Federal de Viçosa. Além dos dados relativos às famílias, também foram coletados dados sobre o acesso a serviços e políticas públicas, bem como dados referentes à produção e às ações para a conservação ambiental.

Para essa ação foram necessárias mais de 900 pessoas em campo, entre coordenadores de campo, entrevistadores e guias locais, e cerca de mil diárias de embarcações. Em razão da dificuldade de acesso a diversas unidades de conservação federais, foi necessária a utilização de praticamente todos os meios de transporte, como avião, camionete, carros, motos, mula e barcos. Em alguns casos, o entrevistador teve que caminhar oito horas para entrevistar uma única família, isolada.





Foram cadastradas cerca de 57 mil famílias, com informações sobre escolaridade e porte de documentos de aproximadamente 280 mil pessoas



Tabela 3. Número de famílias cadastradas por UC

UF	nº UCs	nº de Famílias	%
PA	25	27974	49,31
BA	4	8944	15,76
AC	8	3552	6,26
AM	16	3723	6,56
MA	5	2320	4,09
PI/MA	1	2193	3,86
AL	1	1716	3,02
RJ	1	1610	2,83
PB/PE	1	1438	2,53
RO	6	803	1,41
CE	2	621	1,09
TO	1	227	0,4
SC	1	88	0,15
AP	2	1413	2,49
GO	2	76	0,13
SP	1	22	0,03
Total	77	56.720	100,00

Os resultados dessa ação foram apresentados em seis seminários para os gestores das unidades e lideranças locais, a fim de corrigirem e validarem as informações coletadas nos seguintes eixos: a) Caracterização do Grupo Familiar; b) Caracterização da Área de Moradia e Uso; c) Educação e Saúde, Acesso a Serviços; d) Produção e Comercialização; e) Uso da Terra e Práticas de Conservação; f) Renda; g) Organização Social, Aspectos Ambientais; e h) Relação com a Gestão da Unidade.

Como resultado de tais esforços, diversas informações importantes foram geradas com vistas à definição de estratégias e ao subsídio da implementação de políticas públicas de maneira mais assertiva.

Para o gerenciamento dos dados relativos às famílias, o ICMBio desenvolveu um sistema chamado de Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais – Sisfamília. O sistema está em sua primeira versão e, entre outros aspectos, propicia a pesquisa de informações sobre o total de famílias por região e por unidade de conservação, podendo-se verificar a localização geográfica, em imagem de satélite, das respectivas moradias, além de se ter acesso às fotografias dessas famílias e de se poder gerar relatórios referentes, por exemplo, ao porte de documentos e à escolaridade.



Seminário para os gestores das unidades e lideranças locais

Ainda no que se refere à ação de cadastramento das famílias, cumpre ressaltar que, após a coleta de dados em campo e apresentação de resultados para validação, deve-se definir o perfil da família beneficiária e homologar a lista de famílias beneficiárias. Com efeito, os resultados obtidos a partir da ação de cadastramento servem de subsídio para a discussão posterior, que envolve, necessariamente, a realização de diversas oficinas comunitárias para a elaboração

de uma proposta apta a ser levada à apreciação do conselho da respectiva UC. Um exemplo claro de como esses subsídios podem ser úteis com vistas a se qualificar o processo de definição do perfil de família beneficiária de uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser observado à luz do caso da Resex Marinha de Soure, conforme ilustrado na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4. Subsídios resultantes do cadastramento que são utilizados no processo de definição do perfil de família beneficiária da Resex Marinha de Soure

Característica	Observações
Laços de ancestralidade	Os laços de ancestralidade são cruciais no que tange à transmissão do conhecimento necessário para a realização das atividades do dia-a-dia: quase 70% apontaram que aprenderam a desempenhar tais atividades através de seus ancestrais – avós e pais.
Principais atividades de ocupação	Em termos de ocupação, percebe-se que a pesca e os cuidados com as atividades da casa são as principais atividades realizadas pelos responsáveis familiares e seus respectivos cônjuges. Isto demonstra que parte significativa das famílias depende do acesso aos recursos da UC para sua sobrevivência.
Valorização da UC e do local onde vivem	Os dados apontam que 98,48% responderam que gostam do lugar onde vivem. Essas respostas estão associadas, principalmente, a questões referentes a laços de solidariedade, autonomia, contato com a natureza e segurança alimentar, dentre outros.

Além dos subsídios gerados a partir da referida ação de cadastramento, foi produzido um documento de orientação aos gestores das UCs para facilitar o desenvolvimento do processo de discussão e elaboração do perfil de família beneficiária.

Figura 7. Orientação para discussão do perfil das famílias beneficiárias



No final do ano de 2015, doze unidades definiram o seu perfil de família beneficiária.

Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde – PBV) é a base de uma ação estruturante de fortalecimento do extrativismo nas UCs. O PBV teve seu início no ano de 2011, com 4.170 beneficiários.

No ano de 2015, o PBV atingiu o número de 25.123 beneficiários em 68 unidades de conservação federais, propiciando melhores condições de vida a famílias em situação de extrema pobreza que exercem atividades de conservação dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

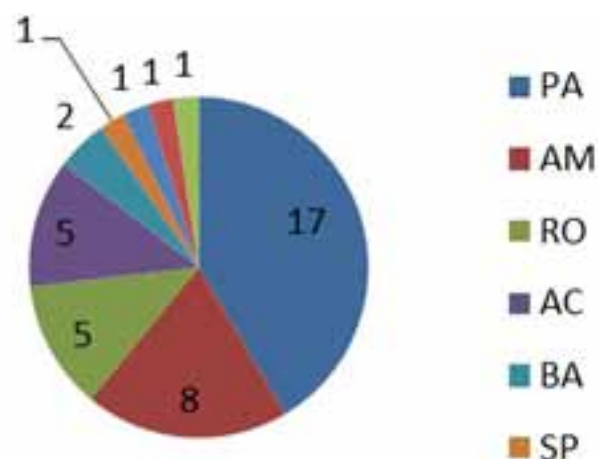
Contrato de Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU

A celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com as organizações representativas das comunidades beneficiárias de unidades de conservação de uso sustentável permite que essas coletividades obtenham o reconhecimento formal do seu direito de uso ao território tradicionalmente ocupado. Além de atender à reivindicação histórica das populações tradicionais contempladas por tais concessões, o reconhecimento formal do direito de ocupação e uso dos territórios protegidos é fundamental para se viabilizar o acesso às políticas públicas e aos programas sociais extensíveis às comunidades em questão. Neste sentido, até 2015 foram emitidas 41 concessões às famílias beneficiárias de UCs, distribuídas nos seguintes estados:

Tabela 5. Número de CCDRU por UF

UF	nº de CCDRU
PA	17
AM	8
RO	5
AC	5
BA	2
SP	1
SC	1
RJ	1
MA	1
Total	41

Gráfico 18. Número de CCDRU por UF



Luz para Todos

No ano de 2015, o ICMBio articulou com o Ministério de Minas e Energia – MME a inclusão de UCs no Programa Luz para Todos. Assim, foram elaboradas as curvas de cargas, tanto residenciais como de prédios públicos, para a Resex Verde para Sempre, no Pará. Com início da implantação em 2016, o Projeto de Referência da Resex Verde para Sempre tem o objetivo de atender às famílias que vivem naquela região, o que se dá por intermédio do Programa Luz para Todos, que leva a energia elétrica até suas residências a partir de geradores solares. Serão utilizados painéis fotovoltaicos com a conversão para corrente alternada. Essa solução já foi implantada no atendimento de comunidades ribeirinhas nos estados do Amazonas, Acre, Pará e Maranhão.

Pronatec

Assim como o Programa Bolsa Verde, o Pronatec foi criado no âmbito das discussões do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM. É parte da estratégia de inclusão produtiva e tem como público:

1. estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
2. trabalhadores (compreendidos aqui agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores); e
3. beneficiários dos programas federais de transferência de renda.

A qualificação e a capacitação tecnológicas são ferramentas poderosas para criar bases para o desenvolvimento das cadeias produtivas nas unidades de conservação.

Com efeito pode-se destacar, com base no diagnóstico socioprodutivo realizado pelo ICMBio em UCs de uso sustentável, que prevalece o cenário de um

grande leque de produtos disponíveis nesses territórios, mas baixa organização produtiva nas comunidades e pouquíssimo acesso a capacitações e assistência técnica. Neste sentido, o Pronatec é um programa que pode proporcionar uma mudança de realidade e uma abertura de horizontes por meio da qualificação profissional voltada às potencialidades locais.

Cabe ressaltar, não obstante, o desafio que envolve a implementação deste Programa em UCs: há um conjunto de etapas e articulações indispensáveis para que as ações previstas se tornem factíveis diante da dificuldade de acesso, do isolamento das comunidades, grandes distâncias e da agenda de trabalho cotidiana nas UCs.

No ano de 2015 foram abertos cursos para beneficiários em nove UCs com aproximadamente 800 vagas. Os cursos foram diversificados e buscaram atender às demandas de capacitação locais.

Produção e uso sustentável

Com o objetivo de fortalecer a gestão das áreas protegidas com foco na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento socioambiental, as ações do ICMBio pautam-se, no caso das Resex, Flonas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, pelo incentivo às estratégias promissoras de produção extrativista e de uso sustentável dos recursos naturais, bem como pelo subsídio à formulação e à implementação de políticas públicas universais e específicas voltadas às comunidades tradicionais beneficiárias das UCs. Tem-se, desta forma o uso sustentável de recursos naturais, assim como o próprio controle social nas áreas protegidas, como estratégia para a conservação da biodiversidade, para o alcance dos objetivos de criação das UCs e para o fortalecimento da gestão e do papel do ICMBio.

Neste sentido, as ações do ICMBio contemplam esforços ou têm interface orientada para:

- Fortalecimento da gestão das instituições das comunidades tradicionais para a organização produtiva;
- Assessoria técnica para manejo e beneficiamento dos produtos;
- Capacitação dos extrativistas nas ações de manejo;
- Intercâmbios entre experiências produtivas e cooperação técnica;
- Pesquisa e inovação tecnológica; e
- Estudo e mapeamento de arranjos produtivos.

A partir desses componentes, o ICMBio tem oferecido apoio à consolidação de cadeias produtivas; elaboração, execução e monitoramento de projetos de manejo da fauna, flora e de recursos pesqueiros; formulação e implementação de políticas que possibilitem o acesso das populações tradicionais em UCs às atividades de assistência técnica e aos mercados institucionais; articulação direta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Serviço Florestal Brasileiro – SFB, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e outras instituições com papel importante com vistas a se viabilizar o acesso das populações tradicionais das UCs às diferentes políticas governamentais afetas à questão produtiva.

Promoção do uso sustentável de recursos naturais em Resex, Flona e RDS

- **Manejo florestal madeireiro comunitário**

Até 2015 foram aprovados cinco Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS Comunitário na Amazônia brasileira. Esses Planos estão relacionados às seguintes áreas protegidas: Resex Chico Mendes/AC; Resex Ituxi/AM; Flona do Purus/AM; Flona do Tapajós/PA; e Resex Verde para Sempre/PA.

- **Manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*)**

O manejo do pirarucu em lagos vem sendo trabalhado nas Resex Ituxi, Rio Unini, do Rio Jutai, do Baixo Juruá, do Médio Purus, do Médio Juruá e Auatí-Paraná, todas no estado do Amazonas. Com o estabelecimento de cotas anuais pelo Ibama e, juntamente ao ICMBio, com envolvimento direto das comunidades no controle social, tem-se obtido ótimos resultados referentes à conservação da espécie.

- **Manejo de fauna (*Melanosuchus niger* e *Caiman crocodilus*)**

O manejo de crocodilianos é realizado na Resex do Lago do Cuniã/RO com envolvimento direto das 93 famílias beneficiárias dessa unidade de conservação. As cotas de abate anuais são estabelecidas pelo ICMBio seguindo as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 28, de 05/09/2012.

- **Iniciativas produtivas**

Dentre as diversas iniciativas de inclusão produtiva para UCs em que o ICMBio está diretamente envolvido, estão a produção de óleos (região do Bico do Papagaio); o manejo e boas práticas para beneficiamento da castanha do Brasil (baixo rio Negro, sul do estado do Amazonas e Amapá); a produção de borracha natural (sul do estado do Amazonas, região de Santarém e Acre); a produção, o beneficiamento e a comercialização de açaí (região do Marajó, médio Solimões, região de Santarém, Acre e Terra do Meio); e a pesca tradicional nas Resex Marinhas do Salgado Paraense.

Consolidação territorial

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC determina que as áreas particulares inseridas nos limites das UCs de posse e domínio públicos (especificadas na Tabela 6, por categoria de manejo) deverão ser desapropriadas, nos termos do que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 1941, ou a Lei nº 4.132, de 1962.

Tabela 6. Unidades de conservação federais de posse e domínio públicos

CATEGORIA	ÁREA (Milhões de ha)
Estação Ecológica	7,50
Floresta Nacional	16,40
Parque Nacional	25,30
Reserva Biológica	3,90
Reserva Extrativista	12,50
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0,10
Total	65,70

Regularização fundiária

As ações da Coordenação de Regularização Fundiária – COREG abrangem a transferência de domínio de terras públicas, desapropriação de imóveis e indenização de benfeitorias, compensação de reserva legal e apoio técnico à Procuradoria Federal Especializada nas desapropriações judiciais, além do controle da malha fundiária e a avaliação de imóveis rurais.

Foram emitidas, no ano de 2015, 49 certidões de habilitação para compensação de reserva legal, que totalizaram 127.847,00 hectares a serem doados ao ICMBio por meio do mecanismo da compensação de reserva legal. A relação de imóveis já habilitados foi disponibilizada aos interessados no *site* da autarquia (<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/compensacao-de-reserva-legal.html>).

Foram doados ao ICMBio, a título de compensação de reserva legal, 2.009,62 hectares, distribuídos nos Parques Nacionais de Ilha Grande, Grande Sertão Veredas, Serra da Canastra, Itatiaia, Araucárias e Serra da Bodoquena.

Em 2015 cinco unidades de conservação foram repassadas, totalizando 627 mil hectares regularizados no ano. De 2012 a 2015, 21 unidades de conservação receberam Certificado de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU no bioma Amazônia e dois no bioma Mata Atlântica, totalizando 23 unidades de conservação atendidas por CCDRU.

No que tange à indenização de imóveis privados, em 2015 foram desapropriados 2.486,27 hectares, distribuídos nos Parques Nacionais da Serra Geral/RS/SC, de Itatiaia/RJ, da Serra do Itajaí/SC, da Serra da Bodoquena/MS, da Chapada Diamantina/BA e das Araucárias/SC, Reservas Biológicas de Pedra Talhada/PE/AL, da Mata Escura/MG e de Una/BA; Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins BA/TO; e na Reserva Extrativista do Ciríaco/MA, perfazendo R\$ 4.149.920,95 em indenizações.

O resultado do Edital de Concorrência Pública nº 02/2015 possibilitou a emissão de ordens de serviço para execução de atividades de avaliação de imóveis e benfeitorias, certificação de imóveis rurais, elaboração

de cadeia dominial sucessória e instrução processual em 18 unidades de conservação (Reserva Biológica da Mata Escura/MG; Parques Nacionais da Serra da Canastra/MG, de São Joaquim/SC, da Serra do Itajaí, Serra de Itabaiana/SE, da Serra da Bocaina/RJ/SP, Restinga de Jurubatiba/RJ, da Chapada dos Guimarães/MT, da Serra da Bodoquena/MS, da Serra das Lontras/BA e do Catimbau/PE; Estações Ecológica da Serra Geral do Tocantins BA/TO, da Mata Preta e de Murici/AL).

No ano de 2015 foi lançado o Sistema de Informações sobre Consolidação Territorial de Unidades de Conservação Federais – Sigterra visando qualificar a gestão e o compartilhamento das informações que versam sobre consolidação territorial das unidades de conservação federais. O Sistema possibilitará ao ICMBio o acompanhamento, em tempo real, de processos administrativos e judiciais de obtenções de terras, de imóveis já adquiridos, de CCDRU e de demarcação e sinalização das UCs federais.

Para dinamizar os procedimentos de aquisição de imóveis inseridos em UCs, superar as deficiências operacionais e qualificar as informações acerca da situação fundiária das unidades de conservação, foram celebrados contratos de prestação dos serviços técnicos na área de engenharia consultiva. Esses serviços têm por escopo subsidiar a feitura de atos administrativos, conduzidos pelo ICMBio, no âmbito de suas políticas públicas de consolidação territorial.

Consolidação de limites

A Divisão de Consolidação de Limites – DCOL/CGTER é responsável pela verificação de limites, disponibilização dos arquivos vetoriais e produção do *layout* do mapa das UCs, pela sinalização especificamente dos limites oficiais (sinalização de perímetro) e pela demarcação das unidades.

Com relação ao ano de 2015, a Divisão de Consolidação de Limites realizou 19 verificações de limites, com revisão e refinamento das poligonais das seguintes UCs, a seguir discriminadas: três Áreas de Proteção Ambiental (Carste de Lagoa Santa/MG; do Igarapé Gelado/PA; Serra da

Tabatinga, MA/PI); três Estações Ecológicas (da Serra das Araras/MT; de Caracará/RR; Niquiá/RR); três Florestas Nacionais (de Açú/RN; de Brasília/DF; do Tapirapé-Aquiri/PA); quatro Parques Nacionais (da Serra do Cipó/MG; da Serra do Itajaí/SC; de Anavilhanas/AM; de Ilha Grande/MS/PR); quatro Reservas Biológicas (Bom Jesus/PR; da Mata Escura/MG; das Araucárias/PR; do Rio Trombetas/PA); duas Reservas Extrativistas (de Canaveiras/BA; Maracanã/PA).

As unidades de conservação federais cujos limites foram verificados em 2015 tiveram seus dados atualizados na base de dados oficial do ICMBio neste mesmo ano. Destaca-se que os dados geoespaciais relacionados aos limites das UCs, como tabelas de áreas e o mapa oficial das unidades de conservação federais, estão intrinsecamente ligados à verificação de limites e também foram atualizados. Por sua vez, a atualização das informações geoespaciais de limites das UCs é uma ação realizada trimestralmente, e sua disponibilização é feita de forma contínua no *site* do ICMBio e no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. O trabalho envolve atualização de tabelas, dos *shapefiles*, do Keyhole Markup Language – KML, geração de novo mapa das unidades, entre outras providências.

O serviço especializado de demarcação necessita de profissional habilitado e exige conhecimento técnico aprofundado em geoprocessamento e georreferenciamento de imóveis rurais. Assim, este processo é, em geral, objeto de contratação. A elaboração do termo de referência, o acompanhamento e a fiscalização de todas as etapas demarcatórias e a correção das peças técnicas são executadas na divisão de consolidação de limites, com apoio dos gestores das UCs.

Em 2015 a Divisão de Consolidação de Limites acompanhou a execução dos contratos que tratam da demarcação de limites das Florestas Nacionais de Itaituba I/PA, de Itaituba II/PA, de Altamira/PA, do Crepori/PA, do Amaná/PA, do Trairão/PA, de Jacundá/RO, do Jatuarana/AM, do Macauã/AC e de São Francisco/AC. Os contratos estão em vigência e as atividades estão sendo desenvolvidas.

Essas demarcações têm apoio do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KFW. Ademais, em 2015 foi executada a demarcação da Reserva Biológica do Guaporé, estando as peças técnicas finais em análise.

A Divisão também acompanhou a sinalização de 11 unidades de conservação federais: Florestas Nacionais de Itaituba I, de Itaituba II, de Altamira, do Crepori, do Amaná, de Altamira, do Trairão, de Jacundá, do Jatuarana, do Macauã e de São Francisco. Estão vigentes os contratos nºs 52/2014, 53/2014, 54/2014, 55/2014 e 56/2014, que também tratam da sinalização de perímetro das unidades de conservação, com suas atividades sendo desenvolvidas mediante apoio do Projeto KFW.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A gestão socioambiental constitui-se como área de interface entre diferentes linhas de ação do ICMBio, contribuindo para a elaboração, implementação, avaliação e revisão de instrumentos de gestão pública da biodiversidade. Visa promover a conservação e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das UCs e dos centros nacionais de pesquisa e conservação. Sua atuação é pautada pela valorização da participação social, pelo diálogo interinstitucional e pelo desenvolvimento de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade.

Divisão de Gestão Participativa – DGPAR

O objetivo da gestão participativa é estimular o envolvimento da sociedade civil na gestão dos espaços especialmente protegidos, para que colabore com os processos de tomada de decisão de forma qualificada, promovendo o fortalecimento das resoluções institucionais, em especial junto aos conselhos das UCs.

Conselhos de unidades de conservação federais

Os conselhos das UCs constituem importante instrumento com vistas à efetividade das ações de conservação ambiental, contribuindo para o envolvimento e a participação da sociedade no estabelecimento de diretrizes e ações para a gestão dessas áreas protegidas. Sua implementação é prevista na Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC, bem como no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – Pnap, instituído através do Decreto nº 5.758/2006.

Ao longo de 2014 foram criados onze conselhos gestores de unidades de conservação federais, e em 2015 foram instituídos outros oito, o que, perfazendo um total de 271 conselhos criados, conduziu à marca de 84,7% de unidades de conservação federais com esses fóruns participativos já estabelecidos. A este respeito, e com relação ao biênio 2014–15, a listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição está especificada a seguir:

Tabela 7. Listagem dos conselhos criados e das correspondentes Portarias de instituição

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PORTARIA ICMBIO (Nº)
Parna dos Lençóis Maranhenses	Portaria 16/2014
Esec do Jari	Portaria 20/2014
Rebio da Mata Escura	Portaria 60/2014
Flona de Caçador	Portaria 67/2014
APA do Igarapé Gelado	Portaria 73/2014
Rebio da Contagem	Portaria 90/2014
Esec Raso da Catarina	Portaria 105/2014
APA da Bacia do Rio Descoberto	Portaria 133/2014
Arie Mata de Santa Genebra	Portaria 135/2014
Flona do Bom Futuro	Portaria 138/2014
Parna das Nascentes do Rio Parnaíba	Portaria 142/2014
Rebio de Santa Isabel	Portaria 12/2015
Mona do Rio São Francisco	Portaria 29/2015
Arie Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	Portaria 37/2015
Flona do Ibura	Portaria 38/2015
Revis de Boa Nova	Portaria 39/2015
Parna de Boa Nova	Portaria 40/2015
Parna de Ilha Grande	Portaria 44/2015
Arie Serra da Abelha/ Rio da Prata	Portaria 50/2015

Em termos percentuais, 90% das unidades de conservação federais que contam com equipes gestoras já possuem seus conselhos constituídos, 2% estão com tais conselhos em processo de formação e outros 8% não possuem procedimentos iniciados para a sua constituição.

Cabe ressaltar que, em janeiro de 2016, existem cinco unidades de conservação federais desenvolvendo atividades para a criação dos seus respectivos conselhos gestores:

- Parna da Furna Feia;
- RDS Nascentes Geraizeiras;
- Parna do Jamaxim;
- Flona do Rio Preto; e
- Revis da Ilha dos Lobos.

Com a ampliação do número de conselhos gestores e o consequente alcance da marca de quase 85% das UCs com esses fóruns participativos já instituídos, o ICMBio passa a direcionar esforços para qualificar e dar efetivo funcionamento à atuação dessas instâncias de diálogo com a sociedade, de modo que tais fóruns possam ampliar sua contribuição para a gestão das áreas protegidas e para a conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, o Instituto Chico Mendes editou a Instrução Normativa nº 09/2014, sobre conselhos gestores de UCs, que, dentre seus avanços, unifica as diretrizes institucionais para a formação, implementação, monitoramento e avaliação dos conselhos deliberativos e consultivos, a partir de uma abordagem territorial; amplia a legitimidade na composição e representação dos setores que se relacionam com os usos do território de influência das UCs.

Além disso, fortalece o papel das coordenações regionais, que passaram a acompanhar a agenda de criação e emitir portarias de modificação na composição dos conselhos, homologando administrativamente o quantitativo de vagas e a lista das instituições representativas dos setores.

Por fim, a Instrução Normativa introduz o conceito de planejamento, monitoramento e a avaliação de efetividade dos conselhos como ferramenta de gestão desses espaços.

Associada à nova Instrução Normativa, foi lançada a publicação intitulada Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: um guia para gestores e conselheiros (Figura 8), que constitui um esforço institucional inédito na orientação à formação, implementação, monitoramento e avaliação dos conselhos deliberativos e consultivos.

Figura 8. Capa do Guia dos Conselhos Gestores



O Guia dos Conselhos está disponível em meio digital no site do ICMBio, podendo ser acessado através do link: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>.

Comunidade de Gestão Participativa

Foi criada, em parceria com o World Wildlife Fund – WWF, a comunidade de gestão participativa em Áreas Protegidas, que atua como uma rede de estudos da qual participam servidores de órgãos ambientais, lideranças comunitárias, consultores e acadêmicos.

O resultado dos trabalhos foi debatido e sistematizado em uma publicação com previsão de lançamento em 2016. Outros temas relacionados à gestão participativa de unidades de conservação serão abordados no âmbito dessa iniciativa, com o objetivo de apresentar análises e proposições para os órgãos gestores de UCs e para a sociedade envolvida.

Ciclo de capacitação em gestão participativa

Desde 2010 a Divisão de Gestão Participativa – DGPAR oferece uma formação para gestores públicos, o Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa, que tem como objetivo principal capacitar para o aprimoramento da gestão ambiental por meio da participação social. O curso visa contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio, ao qualificar a interação das equipes gestoras com os diversos segmentos da sociedade em busca da efetividade da conservação e do uso sustentável da biodiversidade.

Ao longo do curso são elaborados e executados projetos ligados aos mais diversos temas de gestão junto às unidades de conservação, coordenações regionais e centros de pesquisa do Instituto.

Entre os anos de 2014 e 2015 foram concluídas a 4ª e 5ª edições do Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa e a 6ª edição foi iniciada, com previsão de conclusão para o 2º semestre de 2016. O Ciclo é voltado tanto para servidores do ICMBio quanto para representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, envolvendo até hoje mais de 150 técnicos e gestores públicos, conforme a Tabela 8.

Segundo dados da Coordenação-geral de Gestão de Pessoas, a formação em gestão participativa é uma das maiores demandas do quadro técnico à Educação Corporativa do Instituto, e dispõe da melhor avaliação pedagógica e de impacto local.

Tabela 8. Servidores capacitados em gestão participativa

Edição/ano	Servidores ICMBIO	Servidores OEMAs/MMA/IBAMA
1º Ciclo (2010)	36	5
2º Ciclo (2011)	26	4
3º Ciclo (2012)	28	4
4º Ciclo (2013)	26	3
5º Ciclo (2014)	20	5
TOTAL	136	21

Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – COEDU

Uma das competências do ICMBio é implementar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – Pnea e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – Encea nas UCs e nos centros de pesquisa para conservação. Para tanto, busca-se fortalecer de ações institucionais finalísticas por meio de processos educativos que promovam a cidadania ambiental, a sociobiodiversidade e a conservação da biodiversidade.

Mais especificamente, as ações de educação ambiental contribuem para o aperfeiçoamento dos instrumentos e processos de gestão do ICMBio na medida em que promovem e qualificam a atuação da sociedade na gestão pública da biodiversidade, particularmente que no que se refere às UCs. Para a implementação de tais ações, a Coordenação de Educação Ambiental conta com as seguintes estratégias:

- Formação de educadores ambientais;
- Promoção da educação ambiental nas UCs e centros de pesquisa para conservação;
- Comunicação e produção de materiais pedagógicos; e

- Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação.

Formação de educadores ambientais

Desde 2011 a COEDU promove um curso de formação em educação ambiental, que em 2014 passou a compor o Curso de Gestão Socioambiental por intermédio da linha temática “Educação ambiental na gestão pública da biodiversidade”. Essa linha temática é aberta para a participação de servidores do ICMBio, de representantes da sociedade civil no interior e entorno das unidades de conservação e de representantes de outros órgãos do Sisnama. Em 2015 foi concluída a 3ª edição do curso e iniciada sua 4ª edição.

A formação em educação ambiental tem sido um importante catalisador na formulação e implementação de ações e projetos estruturados de educação ambiental no âmbito das unidades descentralizadas do ICMBio. Essa formação tem apresentado uma das melhores avaliações no âmbito da educação corporativa, em especial no quesito relativo à avaliação das chefias quanto à melhora na atuação profissional do cursista após a conclusão do curso.

Tabela 9. Número de pessoas capacitadas em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Edição/ano	Servidores ICMBIO	Parceiros do ICMBio
1ª Edição (2011)	28	15
2ª Edição (2011)	18	14
3ª Edição (2011)	14	9
4ª Edição (2011)	12	15
Subtotal	72	53
TOTAL	125	

Tabela 10. Número de projetos elaborados na formação em educação ambiental na gestão pública da biodiversidade

Edição/ano	Número de cursistas	Número de projetos elaborados
1ª Edição (2011)	43	09
2ª Edição (2012)	32	09
3ª Edição (2014)	23	20
TOTAL	98	38

Promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e nos centros de pesquisa para conservação

Em 2015 a COEDU apoiou 68 ações/projetos de educação ambiental implementados em unidades de conservação e centros de pesquisa, atingindo em torno de 4.619 pessoas. Foram programas, projetos estruturados, ações continuadas e ações pontuais de educação ambiental.

Essas ações e projetos de educação ambiental envolveram diversos sujeitos, tais como comunidades em geral, jovens em unidades de conservação, pescadores tradicionais, comunidades escolares, gestores, produtores rurais, conselheiros, lideranças comunitárias, mulheres extrativistas e extrativistas em geral.

Em 2015 foram capacitados 1.041 jovens em unidades de conservação, o que representa quase 25% do total de pessoas capacitadas em processos apoiados ou coordenados pela COEDU. Também foi expressiva a capacitação de pescadores tradicionais (12%) e comunidade escolar (11%).

Comunicação e produção de materiais pedagógicos

Em 2015 a COEDU continuou a desenvolver ações para a implementação da Encea por meio da manutenção de seus canais de comunicação, da produção de material educativo audiovisual e da divulgação das ações de educação ambiental. A COEDU possui três canais de comunicação e divulgação de informações sobre educação ambiental:

- o site da COEDU, hospedado no portal do ICMBio (<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/>);
- o canal Educachico (www.youtube.com/user/educachico); e
- a página no Facebook (www.facebook.com/educachico?fref=ts).

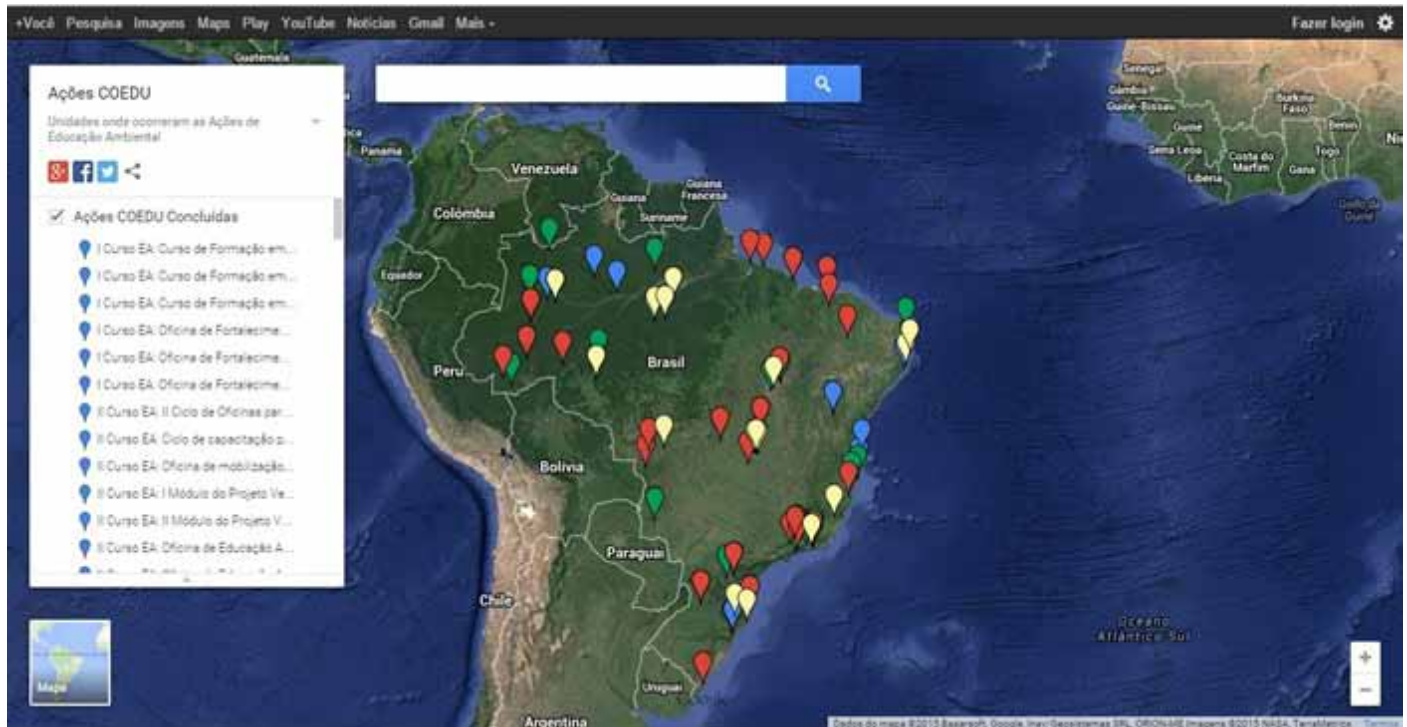
Além disso, em 2015 a COEDU continuou a sistematizar informações sobre ações e projetos de educação ambiental desenvolvidos pelo ICMBio, a serem inseridos no mapa de ações de educação ambiental, disponível no site da COEDU (<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/acoes.html>).

Também em 2015, foram lançadas sete publicações:

- Guia de diretrizes e orientações para elaboração de ações, projetos e programas de educação ambiental em UCs;
- Cinco cadernos da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em UCs; e
- Guia de diretrizes e orientações para ações de educação ambiental em comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade.

A COEDU também realiza a análise das demandas das unidades descentralizadas do ICMBio quanto à sua inclusão no Programa de Voluntariado do ICMBio, regido pela Instrução Normativa nº 03, de 02/09/2009, na linha temática gestão socioambiental. Em 2015 foram analisadas e aprovadas as demandas de 13 UCs, ampliando assim em quase 50% o número de unidades

Figura 9. Unidades onde ocorrem ações de educação ambiental



com ação do voluntariado nessa temática em relação ao ano de 2014.

Gestão de conflitos

Conflitos territoriais são consequência de divergências de interesses e de necessidades que surgem com a criação e a gestão de unidades de conservação, de qualquer grupo e categoria.

A partir de uma gestão qualificada sobre as formas de conflitos existentes, são estabelecidas estratégias de interação, presenciais ou não, para se gerar um diálogo adequado com as partes interessadas, de modo que se possa reduzir a polarização e ampliar as possibilidades de construção de soluções, minimizando o impacto ou pressão ambiental sobre as UCs, com justiça social.

À luz da Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4 de julho de 2012, e especificamente em relação ao estabelecimento formal de instrumentos de gestão territorial com povos e comunidades tradicionais,

em 2014 e 2015 foram celebrados ou renovados tais instrumentos conforme a relação abaixo:

- 1) Parna do Jaú/AM – Ribeirinhos;
- 2) Parna do Juruena/MT-AM – Ribeirinhos;
- 3) Rebio do Rio Trombetas/PA – Castanheiros (Renovação de três Termos de Compromisso – TC com Associações de Coletores de Castanha-do-Brasil);
- 4) Esec Serra Geral do Tocantins/BA/TO – Quilombolas (Renovação de TC com a Associação das Comunidades Quilombolas do Rio Novo, Rio Preto e Riachão); e
- 5) Parna do Cabo Orange/AP – Pescadores (Renovação de TC com a Colônia de Pescadores de Oiapoque).

Complementarmente, outros instrumentos de gestão territorial com populações tradicionais estão em finalização. São eles: Esec da Terra do Meio/PA – ribeirinhos, Parna da Serra do Pardo/PA – ribeirinhos, Esec Serra Geral do Tocantins/TO – agricultores familiares e Rebio do Guaporé/RO – quilombolas.

3º Curso de Gestão de Conflitos

O Curso de Gestão de Conflitos tem como principal objetivo contribuir com a ampliação da capacidade institucional para lidar com as múltiplas dimensões de conflitos relacionados à gestão das UCs e à execução das políticas de conservação da biodiversidade, possibilitando melhor desempenho das atividades inerentes à atribuição do Instituto.

Em 2014 foi realizado na ACADEBio, Iperó/SP, o 3º Curso de Gestão de Conflitos, cuja fase presencial ocorreu no período de 02 a 11 de dezembro de 2014, envolvendo 20 cursistas, entre gestores de unidades de conservação federais e estaduais, bem como servidores das coordenações regionais. O curso contou também com etapa a distância em ambiente virtual, totalizando 28 horas/aula. Com apoio da GIZ/GOPA e do Programa Arpa, o curso foi concluído em 2015.

Em 2015 teve início a 4ª edição do Curso de Gestão de Conflitos, agora integrada ao 2º Curso de Gestão Socioambiental, também na ACADEBio, envolvendo 20 cursistas gestores de UCs, num total de 80 horas/aula, tanto presenciais quanto a distância. No componente curricular do curso, quatro temas específicos foram abordados: contexto e conceitos da gestão de conflitos, elementos do conflito, interação estratégica em conflitos socioambientais e construção de propostas de intervenção.

Sistema de Informações sobre Interfaces Territoriais com Unidades de Conservação – SIT

O SIT é um banco de dados que reúne e sistematiza informações das UCs com relação à existência de populações tradicionais, grupos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária ou agricultores familiares que fazem usos de recursos naturais no interior das unidades de conservação federais em desacordo com a categoria ou instrumentos de gestão previstos pela Lei nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC.

O objetivo do SIT é disponibilizar aos gestores das unidades de conservação, às coordenações regionais e à direção do ICMBio dados atualizados e sistematizados sobre as interfaces territoriais identificadas, sejam elas

apenas reivindicações de um grupo social específico ou demandas territoriais em fases mais adiantadas de reconhecimento pelas instituições públicas competentes. Considerando as especificidades das unidades de conservação federais, o ordenamento jurídico vigente e o contexto socioambiental regional, o gerenciamento de informações que o Sistema propicia para cada caso favorece a qualificação da gestão e dos processos de tomada de decisão, contribuindo para o cumprimento da missão institucional do ICMBio.

O levantamento realizado com as equipes gestoras, concluído em 2014, apontou a existência de interfaces territoriais com povos e comunidades tradicionais em cerca de 43% das UCs.

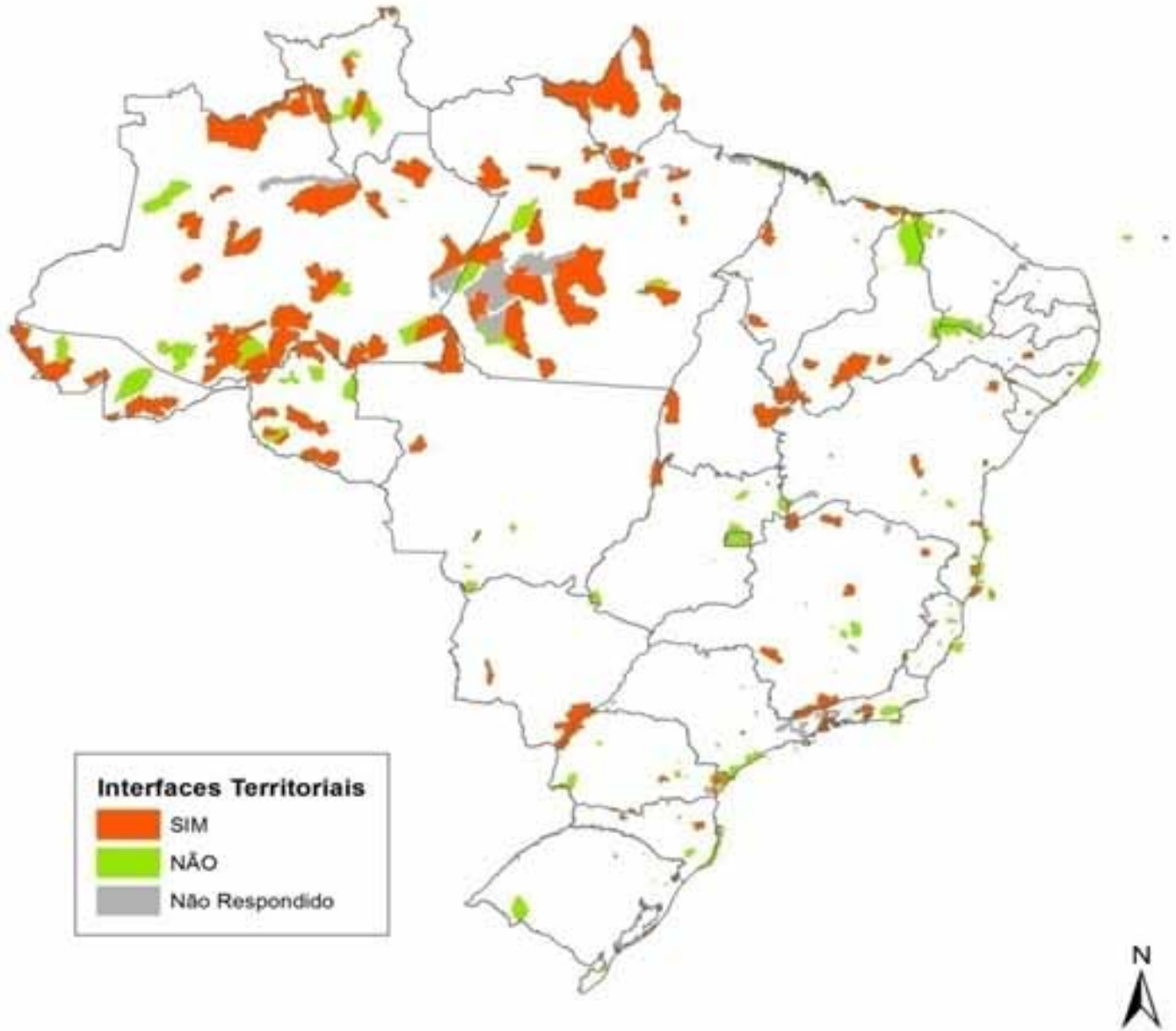
Mapa das UCs federais e a existência de interfaces territoriais

Ações vinculadas à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati

No âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati (Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012), e particularmente em relação aos territórios onde unidades de conservação apresentam forte interação com as terras indígenas, a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio – Funai, tem desenvolvido as seguintes atividades:

- 1) apoio e execução do Curso de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati, Bioma Mata Atlântica Sul/Sudeste;
- 2) apoio na participação de servidores do ICMBio em formações na Pngati implementadas por outras instituições;
- 3) apoio na participação de servidores do ICMBio em agendas de gestão territorial nas áreas de interfaces entre UCs e terras indígenas; e
- 4) apoio à participação de servidores do ICMBio nas etapas regionais da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

Figura 10. Mapa das UCs e suas interfaces territoriais





CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Criação de unidades de conservação

Os processos de criação de unidades de conservação vêm se consolidando de forma adequada a cada ano. Além disso, tem havido um fortalecimento da relação institucional com as unidades de conservação particulares (RPPN), favorecendo a sua criação e a sua gestão.

Em 2015 foi realizada a consulta pública e a finalização da instrução dos processos de criação do conjunto de unidades do sul do estado do Amazonas: Parque Nacional do Acari, APA Campos de Manicoré, Reserva Biológica Manicoré, Reserva Extrativista Guaribas, Florestas Nacionais Aripuanã, Sumauma e Urupadi.

Também foram finalizados os processos de ampliação dos Parques Nacionais dos Campos Amazônicos, do Juruena e da Floresta Nacional do Amaná. Essas propostas representam um incremento de 3.908.027 hectares.

Foi realizada a consulta pública para ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO e finalizados os processos de revisão de limites da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná/PR e da Reserva Biológica de Santa Izabel/SE.

Por fim, em 2015 foram criadas quatro RPPNs e realizadas 27 consultas sobre a criação de novas reservas particulares.

Tabela 11. RPPNs criadas em 2015

Nome da RPPN	Estado	Área ha
Posse dos Franciosi	RS	268,52
Heinz Bahr	SC	85,20
Santuário Ecológico Olhos d'Água	GO	11,98
Fazenda Catadupa	SP	38,18
Área total		403,88

Elaboração de planos de manejo

O esforço para aperfeiçoar o processo de elaboração e revisão de planos de manejo é contínuo. A busca pela dinamização dos processos, sem perder a qualidade do produto, é um desafio constante e tem apresentado bons resultados.

Entre as estratégias utilizadas para qualificar o planejamento, atendendo melhor a realidade das unidades de conservação, está a adoção dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. A aplicação do método tem sido aprimorada a cada experiência, aproximando a técnica às exigências legais e às especificidades do sistema federal. As experiências estão relatadas a seguir.

Experiência 1

Elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica da Serra das Araras

Plano de manejo integralmente elaborado pela equipe da unidade de conservação com o apoio e orientação técnica do ICMBio. Adotou-se como premissa que a caracterização e o diagnóstico da UC fossem elaborados a partir de dados pré-existentes nas pesquisas e avaliações realizadas na unidade de conservação, sem a necessidade de contratação de novos levantamentos de dados.

O protagonismo da equipe fortaleceu muito o processo decisório sobre o planejamento e diminuiu os custos das atividades, já que não houve nenhuma contratação, e as ações previstas foram realizadas com recursos orçamentários. O processo adotou as bases conceituais e metodológicas dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, sendo um dos pontos-chave para o método o desenvolvimento de um modelo conceitual para o sistema a ser planejado, priorizando claramente os alvos de conservação – espécies, ecossistemas ou processos ecológicos. Foram incluídos os indicadores de sucesso para o alcance dos objetivos de conservação estabelecidos para cada alvo, bem como as ameaças e os fatores contribuintes mais significativos que orientam estratégias melhor direcionadas aos mesmos.

Outro aspecto positivo do método é o estabelecimento de objetivos mensuráveis, realísticos, limitados no tempo e voltados ao impacto desejado na conservação do alvo. Esse passo promove a priorização das estratégias a serem adotadas e a possibilidade de repetidas avaliações e priorizações baseadas nas medidas dos resultados, imprimindo os conceitos da participação adaptativa explicitamente nos Padrões Abertos.

Outra estratégia é o processo integrado de elaboração do planejamento, com o objetivo de potencializar o uso de recursos humanos e financeiros que, além de resultar

em melhor nivelamento de informações, propicia um melhor ordenamento territorial e em maior escala (experiência 2).

Experiência 2

Processo Integrado de Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira

A área de influência da rodovia BR-319 é chamada de Região do Interflúvio Purus-Madeira e abrange 11 UCs no âmbito federal, que totalizam cerca de 7,6 milhões de hectares. A elaboração dos planos de manejo dessas UCs, de forma integrada, foi um compromisso assumido pelo ICMBio para, especialmente, prevenir os impactos derivados da repavimentação da rodovia em questão.

Para realizar o diagnóstico ambiental desse extenso território, compreendendo estudos do meio físico, meio biótico e uso público, foi estabelecido o uso de unidades de paisagem natural como base para os levantamentos de campo, visando a possibilidade de extrapolação de dados georreferenciados, maximizando o alcance dos resultados obtidos, o conhecimento dos padrões ambientais da região e o delineamento dos locais de amostragens.

O levantamento de dados primários do diagnóstico ambiental foi realizado em duas etapas e, posteriormente, os dados foram consolidados na Oficina de Consolidação do Diagnóstico, com base nos preceitos dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, já fornecendo subsídios ao planejamento das UCs envolvidas.

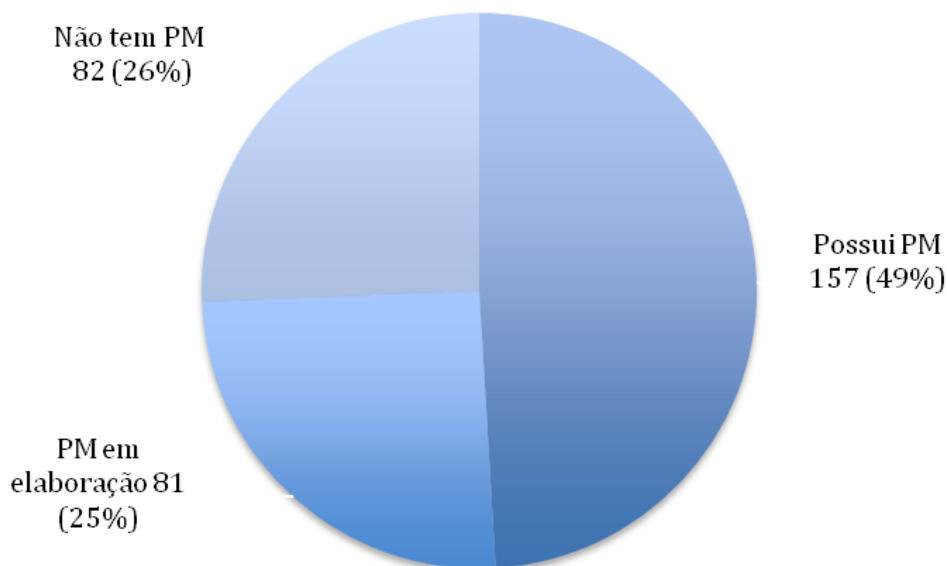
Além de mais uma oportunidade para amadurecer a aplicação do método, observou-se claramente a importância da aproximação e complementação de informações entre as áreas e os gestores, sendo possível enxergar uma caracterização e análise de todo o território do Interflúvio e os principais papéis de cada UC na gestão do mesmo. No entanto, avaliou-se também que a dimensão do projeto, considerando o contexto da gestão pública, acarretou em uma complexidade para a execução e supervisão do processo que, por sua vez, levou a um atraso indesejável e à mudança de estratégia para a próxima etapa de planejamento, quando o mesmo será trabalhado em grupos de três ou quatro UCs por vez.

Sendo assim, considera-se que a inovação do planejamento de UCs, de forma integrada e em maior escala territorial, traz bons resultados no que diz respeito à otimização de recursos humanos e financeiros, no processo de elaboração dos documentos e, possivelmente, na gestão das áreas, sem perda de qualidade. No entanto, a abrangência da atuação deve ser melhor dimensionada, ao menos até que haja melhor estrutura institucional para a gestão de projetos em maior escala.

Observando essas premissas, 81 planos de manejo estão sendo elaborados e 34 estão sendo revisados, totalizando 115 unidades de conservação com processos em andamento. Atualmente, 157 unidades de conservação possuem o instrumento de gestão, sendo

123 sem demanda de revisão registrada. Restam, pois, 82 áreas com o passivo de elaboração do documento (Gráfico 19). Destaca-se também a existência de 69 planos de manejo de Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Gráfico 19. Situação atual dos planos de manejo



Em 2015 foram publicados 17 planos de manejo, sendo 6 de UCs de domínio público e 11 de unidades de conservação de domínio privado (APA e RPPN), conforme tabela 12. O Gráfico 20 apresenta a distribuição do total de planos de

manejo já publicados, por categoria de UC, e o Gráfico 21, a evolução do número de unidades dotadas com o plano de manejo.

Tabela 12. Planos de manejo publicados em 2015

Nome da RPPN	Portaria
Esec de Maracá	Portaria nº 11, de 03/02/15
Resex Barreiro das Antas	Portaria nº 13, de 03/02/15
Flona de Silvânia	Portaria nº 21, de 01/04/15
APA do Planalto Central	Portaria nº 28, de 17/04/15
Parna de Caparaó (revisão)	Portaria nº 59, de 22/12/15
Parna da Serra do Pardo	Portaria nº 60, de 22/12/15
Esec da Terra do Meio	Portaria nº 61, de 23/12/15
RPPN Mata do Sossego	Portaria nº 01, de 07/01/15
RPPN Fazenda Bom Retiro	Portaria nº 17, de 09/03/15
RPPN Comodato Reserva do Peti	Portaria nº 18, de 09/03/15
RPPN Curucaca 3	Portaria nº 19, de 27/03/15
RPPN Reserva Ecológica do Panga	Portaria nº 23, de 07/04/15
RPPN Fazenda Almas	Portaria nº 36, de 02/07/15
RPPN Galheiro	Portaria nº 58, de 22/12/15
RPPN Ouro Verde	Portaria nº 63, de 30/12/15
RPPN O Bosque	Portaria nº 64, de 30/12/15
RPPN Barra Mansa	Portaria nº 65, de 30/12/15

Gráfico 20. Distribuição de planos de manejo publicados por categoria de unidade de conservação

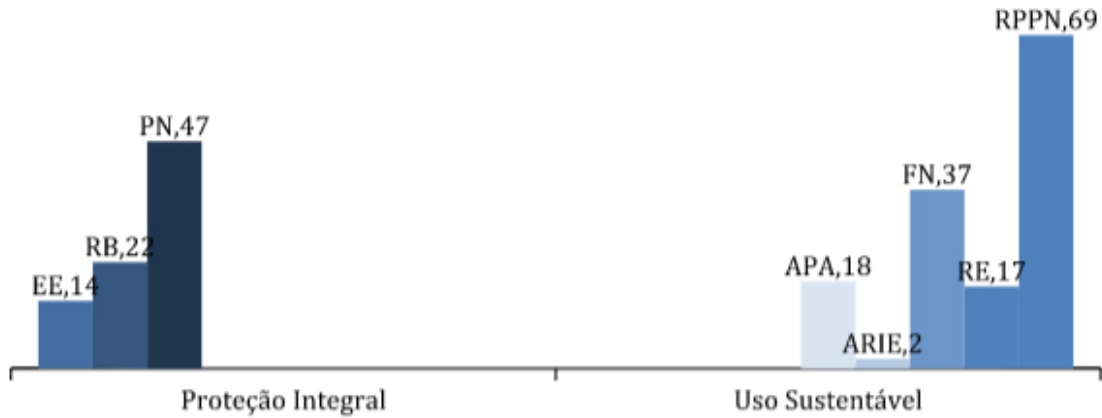
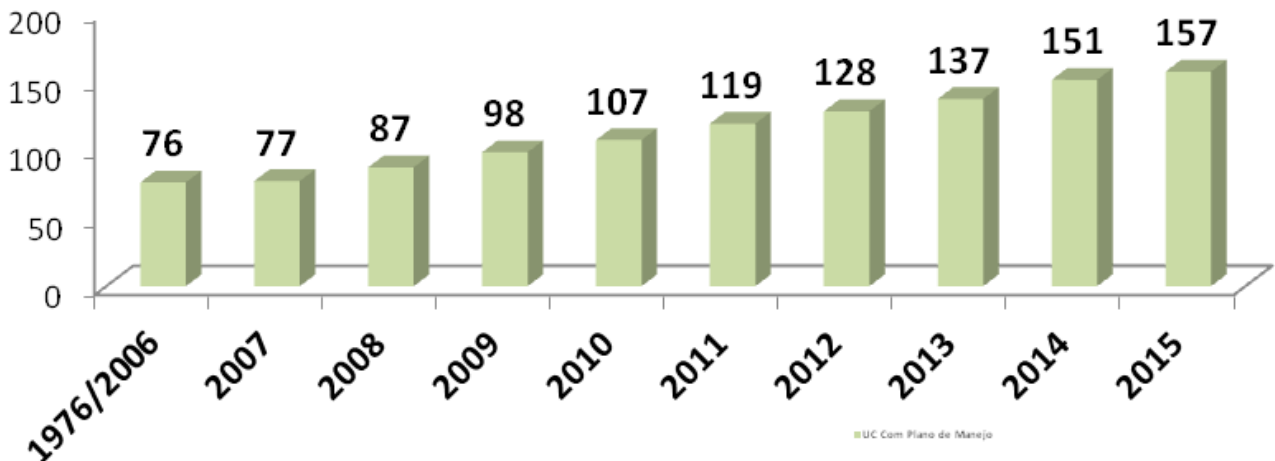


Gráfico 21. Evolução do número de unidades de conservação com plano de manejo



Monitoramento e avaliação de gestão de unidades de conservação

No ano de 2015, foi concluída a versão do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe, com aplicação nas UCs de âmbito federal da Amazônia Brasileira. Também foi aplicado o terceiro ciclo da ferramenta Rappam – Rapid Assessment Priorization of Protected Areas Management para essas unidades, ficando as demais para o primeiro trimestre de 2016.

O SAMGe foi discutido internamente, apresentado para o Ministério do Meio Ambiente, parceiros e para a sociedade

civil. Depois de sua validação foram capacitados pontos focais, tanto para sua aplicação, quanto para a aplicação do método Rappam. Além disso, houve a divulgação de sua importância e aplicabilidade, aumentando o alcance e o número de participantes.

Das 119 unidades de conservação federais consideradas como Amazônia Brasileira, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, 97 responderam a caracterização avaliativa do SAMGe; 79 responderam a espacialização do SAMGe e 96 responderam ao Rappam.

Projetos especiais

Os projetos especiais voltados para a criação e consolidação de unidades de conservação também obtiveram avanços.

Tabela 13. Avanços obtidos junto aos projetos especiais

Projeto	Ações
Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa	a) Houve a melhoria da execução do Programa Arpa (Planejamento Operativo 2014/15) em 37%, em relação ao período anterior (Planejamento Operativo 2012/13), elevando a média de execução de 37% para 51% dos recursos disponíveis. Essa melhoria reflete o processo de revisão e reforma dos procedimentos adotados pelo próprio Programa, bem como o alinhamento estratégico do planejamento/implementação do Arpa com as instâncias superiores do ICMBio. Além disso, mais 12 unidades de conservação federais entraram no Programa.
Projeto Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas – GEF-Mar	a) Ocorreu a finalização do planejamento e o início da execução efetiva do Projeto com apoio às atividades de 11 UCs e cinco centros de pesquisa, bem como apoio à criação de novas áreas protegidas, conforme metas do projeto, garantindo o aporte de recursos na ordem de U\$ 80 milhões para os próximos cinco anos.
Projeto de Consolidação do SNUC – <i>LifeWeb</i>	a) Foi dado apoio à realização do 3º Curso de Capacitação em Gestão para Resultados – GPR; b) Realizou-se a contratação de consultoria para consolidar as duas últimas etapas das diretrizes para o planejamento de UCs (planejamento e monitoramento) no âmbito da comunidade de ensino e aprendizagem que discute temas referentes ao plano de manejo de UCs; c) Realizou-se a revisão do planejamento operativo do Projeto, subsídio para a contratação de gestor financeiro, a fim de liberar o recurso financeiro para execução.
Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica	a) Realização do planejamento operativo.
Projeto de Consolidação do SNUC e Ampliação da Proteção da Fauna e Flora – GEF-Terrestre	a) Definição das áreas de atuação, com indicação de UCs a serem envolvidas e elaboração do documento final do projeto a ser aprovado pelo doador.
Projeto Conservação de Recursos Biológicos na Amazônia	a) Elaboração do documento geral do Projeto e encaminhamento ao MMA para consolidação e envio para assinatura entre os governos dos países envolvidos.

Uso público e negócios

Uma das premissas para o alcance da missão do ICMBio – “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental” – é o fortalecimento e a qualificação da visitação nas UCs. A visitação é uma ferramenta estratégica de sensibilização para a conservação e o estímulo ao desenvolvimento de um sentimento de pertencimento da sociedade em relação a essas áreas.

Para qualificar as ações institucionais relacionadas à visitação nas UCs, de forma continuada, tem-se priorizado o investimento em ações estruturantes, tais como a capacitação de servidores, o estabelecimento de diretrizes e normas gerais, a delegação de serviços de apoio à visitação e a atuação em conjunto com instituições parceiras. Desta forma, com orientações técnicas estabelecidas, as experiências adquiridas são multiplicadas regionalmente, diminuindo os custos e levando à implantação de atividades de uso público com maior agilidade, maior ou menor grau de complexidade e em diferentes categorias de unidades de conservação.

Visitantes registrados

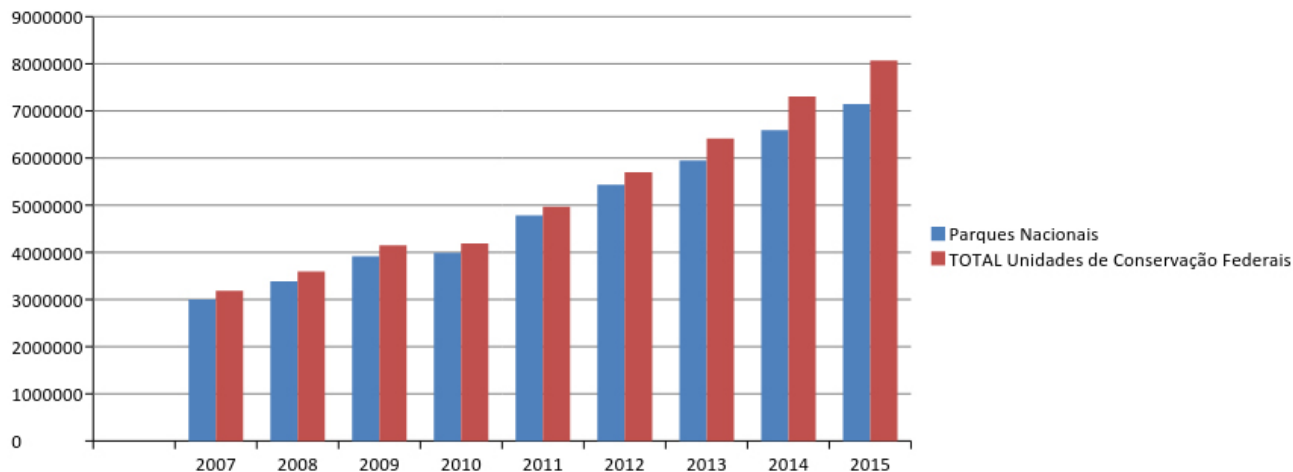
O aprimoramento das formas de registro do número de visitantes é um dos desafios prioritários para o ICMBio, especialmente nas UCs onde há várias formas de acesso, como as áreas costeiras e em áreas remotas. Assim, considera-se que o total de visitantes registrados representa uma parcela daqueles que usufruem dos benefícios do contato com a natureza, história e cultura protegidas nas UCs.

Em 2014, ano de Copa do Mundo, foram registrados 7.305.178 visitantes em 54 unidades de conservação federais, representando um incremento de 13,93% em relação ao ano anterior. Em 2015, esse número teve um aumento de 10,43%, totalizando 8.067.017 visitantes registrados em 64 unidades de conservação. Destaca-se o crescimento da visitação em algumas unidades, como o Parque Nacional do Iguaçu /PR, que recebeu 1.642.093 visitantes em 2015, representando um crescimento de 5,90% em relação a 2014. Outros que tiveram aumento significativo da visitação foram o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO, com 44%; o Parque Nacional de Ilha Grande/PR/MS, com 30%; o Parque Nacional de Brasília/DF, com crescimento de 29%; e o Parque Nacional de Caparaó/MG, com 26%.

Tabela 14. Número de visitantes em UCs, de 2007 a 2015

	Parques Nacionais	Florestas Nacionais	Outras categorias	TOTAL UCs	% Crescimento UCs
2007	2.997.450	184.367	...	3.181.817	...
2008	3.383.794	207.826	...	3.591.620	12,88%
2009	3.914.709	236.132	...	4.150.841	15,57%
2010	3.990.658	195.715	1.078	4.187.451	0,88%
2011	4.781.139	183.661	864	4.965.664	18,58%
2012	5.431.319	270.989	1.398	5.703.706	14,86%
2013	5.951.642	324.051	136.177	6.411.870	12,42%
2014	6.594.870	364.294	346.014	7.305.178	13,93%
2015	7.149.112	371.339	550.567	8.071.018	10,48%
TOTAL	44.194.693	2.338.374	312.524	47.569.165	

Gráfico 22. Comparativo de visitação em UCs do âmbito federal e parques nacionais



A cobrança de ingressos para acesso às UCs e demais serviços e atividades de uso público é realizada em 13 unidades de conservação, e com a atualização anual de valores.

Maior atenção à região Amazônica

É reconhecido o potencial da região norte do País para desenvolvimento dos segmentos turísticos “de natureza” e “cultural”. A Amazônia, entretanto, exige uma atuação diferenciada, tanto por suas características particulares, como pelo perfil do público – em grande parte distinto dos turistas do restante do País – quanto por apresentar grandes desafios para a estruturação e ordenamento da visitação nas extensas áreas das UCs.

Para preparar adequadamente as unidades situadas naquela região, o ICMBio priorizou, a partir de 2014, um processo intenso de capacitação de pessoal, por meio de cooperação técnica com o Serviço Florestal Americano e apoio financeiro da Usaid, dentro do programa de Parcerias para Conservação da Biodiversidade na Amazônia, estabelecido entre o governo brasileiro e o governo norte-americano.

O trabalho em parceria direciona esforços para unidades de conservação que funcionam como áreas demonstrativas: áreas piloto onde experiências de

excelência em gestão da visitação são discutidas, implementadas e avaliadas, podendo ser adaptadas em UCs com desafios de gestão semelhantes. Uma característica importante desta forma de atuação é o envolvimento e a contratação de pessoal e empreendedores locais. A Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Nacional de Anavilhanas são as duas áreas demonstrativas atualmente trabalhadas pelo ICMBio e instituições parceiras na região Amazônica.

Floresta Nacional do Tapajós

Localizada às margens do rio Tapajós, no estado do Pará, esta unidade de conservação de uso sustentável registrou 31.492 visitantes em 2015. O trabalho de qualificação da visitação iniciado em 2014 resultou, até o momento, na avaliação das condições de diversas trilhas, inclusive uma interpretativa; na sinalização de parte dos acessos e dos pequenos núcleos populacionais inseridos na UC; e na capacitação de 18 moradores das comunidades, que atuam no atendimento e condução dos visitantes. As atividades incluem, ainda, um estudo do perfil dos visitantes, tendo já sido aplicados 2.304 questionários. Os resultados desta pesquisa vêm orientando o planejamento e aprimoramento das atividades e estruturas de visitação.

O envolvimento das comunidades e instituições locais levou à ampliação do trabalho, resultando na recuperação das instalações do Centro de Atendimento ao Turista – CAT em Alter do Chão, distrito do município de Santarém, estado do Pará, e montagem de uma exposição sobre as áreas protegidas daquela região do

Tapajós. Além de informações sobre o rio Tapajós e a Floresta Amazônica, no CAT são divulgados os atrativos e produtos artesanais confeccionados pelas comunidades da Floresta Nacional do Tapajós e da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, ambas unidades de conservação de uso sustentável situadas na região.



Trilha interpretativa Terra Rica, implantada na Flona do Tapajós
Fotos: Acervo da Flona do Tapajós/ICMBio



Centro de Atendimento ao Turista em Alter do Chão, Santarém, Pará
Fotos: Ryan Finchum – CSU-USA



Visitação no Parna de Anavilhanas
Foto: Daniel Castro

Parque Nacional de Anavilhanas

Localizada no rio Negro, estado do Amazonas, esta UC registrou 10.684 visitantes em 2015. O trabalho de qualificação da visitação, iniciado no último ano, contribuiu de forma preponderante para o planejamento do uso público com base nas experiências a serem proporcionadas aos visitantes.

Para atender aos diversos perfis de público, estão previstas desde atividades recreativas até aquelas de aventura, observação e contemplação da natureza, em diferentes regiões do Parque. A disponibilização dos serviços turísticos prioriza a capacitação e o envolvimento dos empreendedores locais – o que, além de fortalecer a atividade turística como geradora de renda, enriquece

a experiência dos visitantes pelo contato com a cultura e modo de vida da região. O trabalho também inclui um estudo do perfil dos visitantes, tendo já sido aplicados 2.295 questionários.

Parcerias

Na gestão e implementação do uso público, o ICMBio trabalha em parceria com diversas instituições, comunidades locais e com um importante e dedicado conjunto de voluntários.

A cooperação interinstitucional ocorre tanto na esfera internacional como nacional, regional e local. Dentre os parceiros internacionais estão incluídos os

governos dos Estados Unidos e Itália que, por meio de agências governamentais e instituições acadêmicas, realizam intenso intercâmbio técnico que contribui para fortalecimento e qualificação das ações de uso público.

Como resultados de curto prazo destacam-se:

- atividades na Floresta Nacional do Tapajós realizadas em parceria com o Serviço Florestal Americano, descrita anteriormente; e
- infraestrutura para visitação no Parque Nacional da Serra das Confusões/PI. O programa de cooperação intitulado Brasil Próximo, entre os governos brasileiro e italiano, possibilitou a construção do Centro de Visitantes, dotado de equipamentos e exposição interpretativa, implantação de duas trilhas e construção dos museus da Farinha e do Homem do Sertão, melhorias nas vias internas e de acesso ao Parque, além de amplo trabalho de sensibilização da população do entorno do Parque e capacitação de condutores de visitantes e de outros prestadores de serviços turísticos.

Em âmbito nacional, encontra-se a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, pela qual são desenvolvidas ações voltadas à aproximação de um conjunto de UCs ao empresariado local, com o objetivo de aprimorar e incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas em consonância com a conservação ambiental e com o fortalecimento da economia local e regional. Salienta-se o trabalho do Sebrae do Rio de Janeiro junto aos Parques Nacionais da Tijuca, da Restinga de Jurubatiba, da Serra dos Órgãos e de Itatiaia e à Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo; e do Sebrae de Minas Gerais na capacitação de condutores de visitantes que atuam no Parque Nacional de Caparaó.

Um Termo de Cooperação Técnica assinado com o Ministério do Turismo em anos anteriores viabilizou, em 2015, a construção da Trilha das Corredeiras, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO, uma trilha inclusiva, preparada para possibilitar o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção.

Trilha inclusiva no Parna da Chapada dos Veadeiros/GO

Foto: Ion David



Inúmeras outras parcerias são estabelecidas com governos municipais e estaduais, organizações não governamentais de atuação internacional ou nacional e entidades locais, as quais se revestem de grande importância para o fortalecimento da visitação em UCs de todo o território nacional.

Também merece destaque o trabalho de voluntários que contribuem, de forma significativa, para as ações relacionadas ao uso público, orientando e informando os visitantes, na manutenção, conservação e sinalização de trilhas e tantas outras atividades fundamentais para o funcionamento da visitação em unidades de todo o País. Desde as unidades mais estruturadas, como os Parques Nacionais da Tijuca e da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e da Serra do Cipó, em Minas Gerais, até outras em estágios iniciais de implantação, como os Parques Nacionais da Serra da Bocaina, entre São Paulo e Rio de Janeiro e Cavernas do Peruaçu, em Minas Gerais, muitas são as áreas que contam com o trabalho de voluntários.



Voluntários atuando na sinalização do Parna da Chapada dos Veadeiros
Foto: Luis Henrique Neves/ICMBio



Grupo de voluntários no Parna da Chapada dos Veadeiros
Foto: Carla Guaitanele/ICMBio

Capacitações

Como ação estruturante, priorizou-se a realização e participação em cursos e seminários técnicos de servidores lotados em diferentes regiões do País, de forma que as experiências adquiridas fossem capilarizadas regionalmente. Os temas abordados foram o planejamento de uso público, monitoramento de impactos da visitação, interpretação ambiental e técnicas de excelência ao visitante e gestão do turismo em áreas protegidas da Amazônia. Em 2015 foram capacitados aproximadamente 100 servidores, dos quais 19 por meio de visitas técnicas e seminários internacionais e 83 em eventos realizados no Brasil.

Além dos servidores, também se investiu em cursos de capacitação para condutores de visitantes, parceiros estratégicos na aproximação das unidades de conservação com a sociedade. O curso de capacitação em interpretação ambiental e excelência no atendimento ao visitante, realizado para os condutores de visitantes na Floresta Nacional do Tapajós, foi piloto no desenvolvimento de um módulo específico sobre interpretação ambiental.

Delegação de serviços de apoio à visitação

O ICMBio vem se estruturando no sentido de alavancar as delegações de serviços de uso público em UCs e aprofundando temas como as Parcerias Público-Privadas – PPP à luz da Lei nº 11.079/2004 e da Lei Geral de Concessões de Permissões nº 13.097, publicada em 20/01/2015. O principal objetivo na busca de alternativas de parcerias com o setor privado, com a finalidade de exploração econômica dos atrativos das UCs para potencialização do uso público, visa melhorar a experiência do visitante e a promoção da conservação nessas áreas.

Atualmente quatro parques nacionais possuem contrato de concessão de uso, estabelecidos com o setor privado para prestação de serviços de maior dimensão e complexidade: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE, Parques Nacionais do

Iguaçu/PR, da Tijuca e da Serra dos Órgãos, ambos no Rio de Janeiro. Além desses, outras unidades oferecem diversos serviços de menor escala, delegados por meio de autorizações e permissões de uso.

O ordenamento das atividades turísticas em UCs tem sido feito por meio de portarias de ordenamento. Esses documentos estabelecem regras e requisitos para que uma

atividade, como condução de visitantes, por exemplo, seja oferecida aos visitantes de maneira uniforme, segura e de acordo com diretrizes institucionais.

Essas portarias são de extrema importância por ordenar serviços oferecidos pelas comunidades locais aos visitantes e por oferecerem uma alternativa de geração de renda para essas populações.

Tabela 15. Portarias de ordenamento das atividades turísticas em UCs

Unidade de conservação	Objeto da Portaria
<p>Parna de Ilha Grande</p> <p>Estabelece normas para o ordenamento de atividades náuticas de lazer na lagoa Xambrê, interior do Parque Nacional de Ilha Grande</p> <p>Portaria nº 20, de 30 de março de 2015</p>	Atividades náuticas de lazer
<p>Resex Marinha do Arraial do Cabo</p> <p>Renova os prazos de validade dos termos de autorização concedidos pela Portaria nº 119/2014 e define critérios e procedimentos para a concessão de novas autorizações precárias referentes ao surgimento das vagas residuais para o verão 2015/2016. Processo nº 02126.000113/2012-66</p> <p>Portaria nº 57, de 21 de dezembro de 2015</p>	Ordenamento do Turismo Náutico para o verão 2015/2016
<p>Parna Cavernas do Peruaçu</p> <p>Estabelece normas e procedimentos para o ordenamento da visitação e para o credenciamento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Processo nº 02167.000004/2015-13</p> <p>Portaria nº 62, de 23 de dezembro de 2015</p>	Condução de visitantes

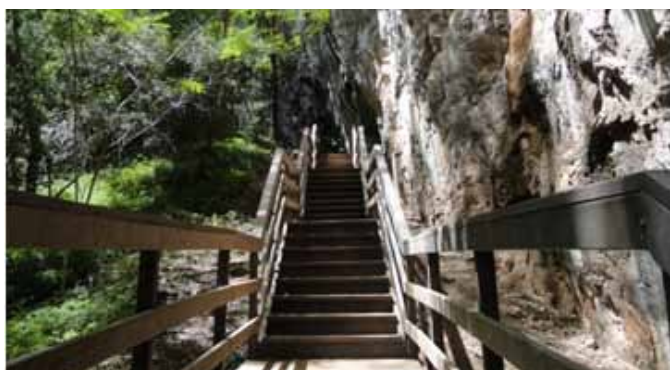
Implementação de infraestrutura de uso público

Estruturar a visitação em UC é um desafio institucional e também uma meta a ser alcançada. Com administração eficiente e comunicação adequada, a visitação ocorre de forma qualificada e com bom padrão qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

Fruto de um processo de planejamento e ordenamento do uso público, em que são definidos critérios para a implementação de infraestruturas em áreas de

visitação, tem-se priorizado a estruturação de áreas que proporcionem, além de experiências positivas, o acesso democrático a diferentes perfis de público, como a oferta de trilhas inclusivas, trilhas para ciclismo ou mesmo trilhas de longo curso.

Destaca-se a estruturação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em que foram definidos parâmetros técnicos para execução de infraestruturas em ambientes de cavernas, garantindo a proteção do patrimônio espeleológico e arqueológico.



Estruturas com tamanhos e materiais diferentes, adequadas aos ambientes de fora e de dentro da Gruta do Janelão, no Parna Cavernas do Peruaçu
Foto: Beatriz Gomes/Acervo CGEUP/ICMBio

Tabela 16. Ações de estruturação nas UCs

Unidade de conservação	Ações de estruturação
Rebio União	Trilha inclusiva
Parna do Viruá	Trilha inclusiva
Parna do Pau Brasil	Trilha inclusiva
Parna da Chapada dos Veadeiros	Trilha inclusiva
Flona do Tapajós	Trilha interpretativa
Parna das Araucárias	Trilha interpretativa
Parna da Serra das Confusões	Centro de visitantes, guaritas de acesso, melhorias dos acessos internos e implementação de exposição interpretativa para o centro de visitantes
Parna Grande Sertão Veredas	Trilha interpretativa
Parna Cavernas do Peruaçu	Trilhas interpretativas, passarelas e centro de visitantes
Parna da Serra do Cipó	Trilha de longo curso
Parna de Brasília	Trilha para passeio de bicicleta
Parna da Restinga de Jurubatiba	Centro de visitantes, ciclovia, torre de observação, estacionamento e guarita

Serviços ambientais

O ICMBio formalizou, em 2015, o processo de valoração de duas unidades de conservação: Parques Nacionais de Brasília e da Chapada dos Veadeiros. Esse trabalho faz parte de um projeto-piloto para definição de metodologias que poderão ser replicadas em outras unidades de conservação federais. A ideia é focar no uso da água no Parque Nacional de Brasília, para dar início a uma tratativa de negociação da cobrança pelo uso da água. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, objetiva-se criar elementos favoráveis de valoração da unidade de conservação, como subsídios para favorecer o processo de ampliação da unidade. Além disso, foi elaborada uma capacitação para o desenvolvimento da visão ecossistêmica na elaboração do plano de manejo das UCs.

Negócios florestais

Em 2015 novos estudos e propostas foram trabalhados para aprimorar o aproveitamento das áreas ocupadas com plantios florestais nas florestas nacionais, não tendo sido lançados novos editais.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Com a missão de proteger as unidades de conservação no âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade estrategicamente planeja

operações de fiscalização, executa ações de prevenção e combate a incêndios florestais, dentre outras atividades.

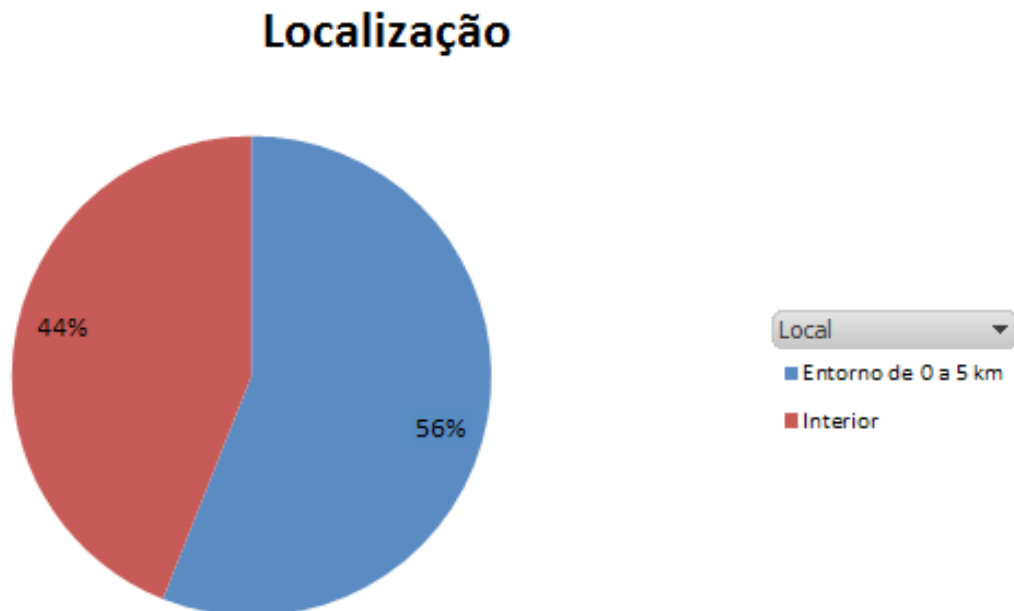
Ações de combate ao desmatamento

Foram recebidos e processados os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, pelo Programa DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real e do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES e elaborados os mapas para as unidades de conservação atingidas.

Os resultados das análises do desmatamento DETER, quando considerados valores do interior e entorno das unidades de conservação, confirmam o pressuposto, amplamente divulgado na literatura, de que as unidades de conservação funcionam como barreiras ao avanço do desmatamento.

No ano de 2015, por exemplo, o DETER mapeou alertas em 25 unidades de conservação. Desse total, 316 polígonos de desmatamento, o que corresponde a 44% (25.794,87 ha), estão situados no interior das áreas protegidas, enquanto para o entorno de 0 a 5 quilômetros são 501 polígonos, que respondem por 56% (32.889,12 ha) do total (Gráfico 24). Para toda a Amazônia, o valor total medido pelo DETER foi de 489.870 hectares. Traduzindo em porcentagens, aproximadamente 5% dos desmatamentos DETER estão dentro das unidades de conservação.

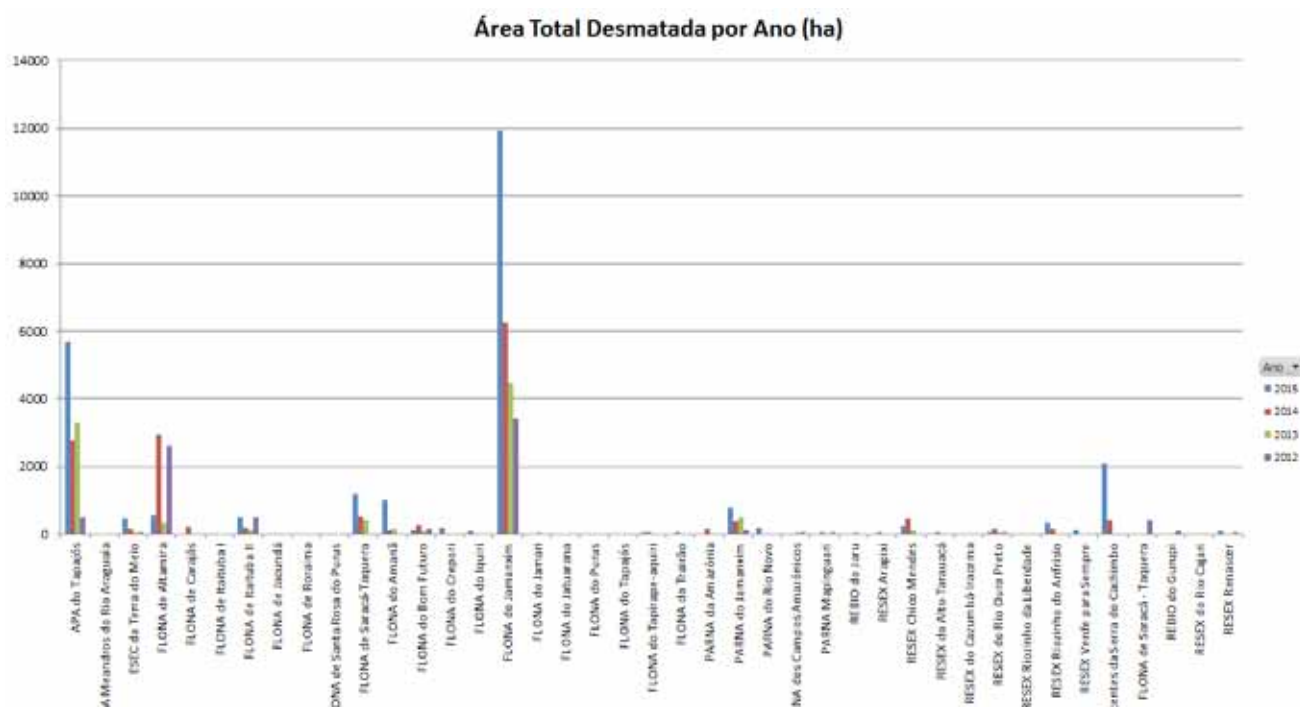
Gráfico 23. Percentual de polígonos de desmatamento DETER com relação à localização (interior e entorno de UC)



Do valor total DETER (25.794,87), em 2015, a Flona do Jamanxim (11.950,39 ha) teve maior contribuição em relação às demais unidades de conservação, mantendo-

se no topo da lista, seguida da APA do Tapajós (5.700,90 ha) e Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo (2.059,07 ha).

Gráfico 24. Total desmatado (DETER) por UC – Comparativo anual

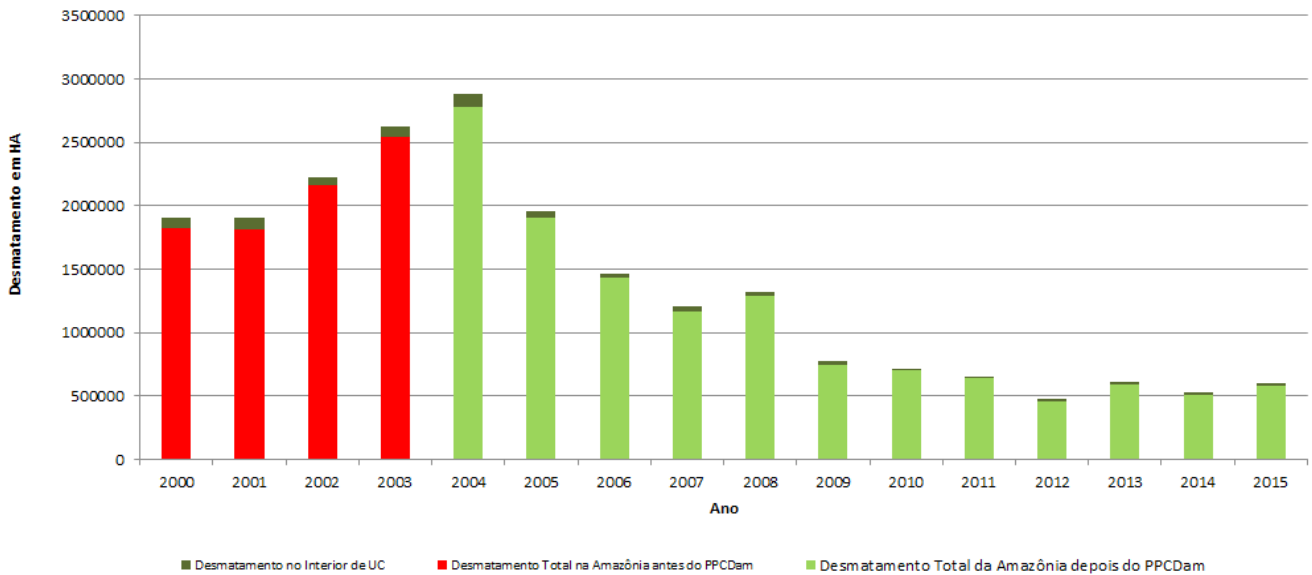


No caso do PRODES, foram elaborados mapas para 49 unidades de conservação. Essas unidades de conservação responderam por parcela mínima (19.609,71 ha) do total desmatado na Amazônia (583.100 ha), permanecendo menor que 4% sua contribuição (Gráfico 25).

Tabela 17. Desmatamento PRODES das 18 unidades de conservação com maiores valores de desmatamento

Nome UC	2015	2014	2013	2012	2011	2010
FLONA do Jamanxim	9.052,49	4.922,49	6.462,44	2.975,89	1.301,28	1.186,74
APA do Tapajós	2.609,15	2.843,12	3.170,22	2.267,56	1.356,14	854,34
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	1.936,14	422,11	31,12	32,28	295,14	573,60
RESEX Chico Mendes	1.827,00	2.170,57	1.047,24	1.226,33	1.187,01	630,23
PARNA do Jamanxim	578,87	203,60	518,69	179,59	101,09	180,07
REBIO do Gurupi	539,97	49,96	669,91	839,74	696,58	1.170,53
RESEX Verde para Sempre	465,34	743,52	242,56	242,59	817,28	1.300,63
ESEC da Terra do Meio	325,33	124,62	57,45	406,84	63,29	501,88
RESEX Renascer	282,00	126,44	229,88	69,48	201,77	455,19
FLONA de Itaituba II	269,25	281,34	416,06	818,41	444,35	167,01
RESEX do Rio Ouro Preto	229,06	245,21	428,69	126,67	137,02	96,03
RESEX Riozinho do Anfrísio	191,51	226,86	0,00	111,82	104,21	106,94
FLONA do Tapirape-Aquiri	180,67	126,83	100,34	6,32	51,84	91,02
FLONA de Carajás	116,82	108,52	19,88	142,54	31,86	58,48
PARNA do Rio Novo	102,71	74,96	64,10	11,39	75,73	126,42
RESEX do Cazumbá-Iracema	92,71	170,21	177,07	187,23	275,72	230,10
FLONA do Bom Futuro	92,36	141,33	435,38	108,87	219,84	157,80
FLONA do Iquiri	70,80	14,14	139,18	61,57	308,04	52,96
RESEX Tapajós-Arapiuns	53,78	370,73	67,11	14,10	228,44	388,99
Soma Total	19.609,71	19.830,78	20.401,78	19.161,22	13.675,33	17.689,51

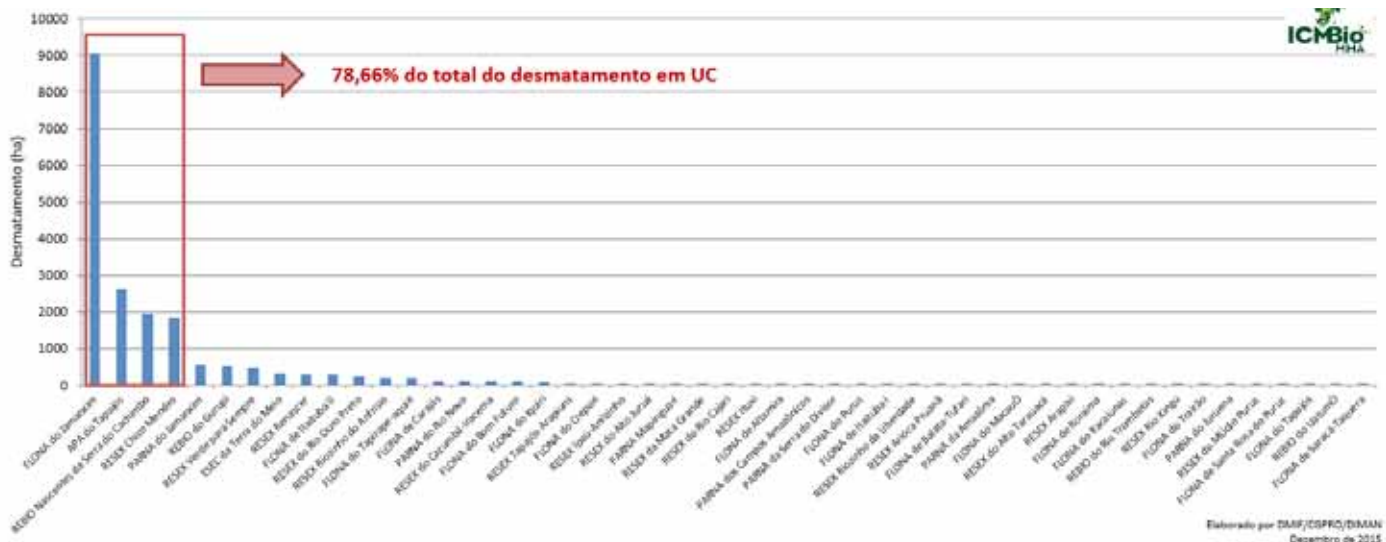
Gráfico 25. Desmatamento PRODES (total e dentro de UCs): antes e depois do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam)



No arco do desflorestamento ou arco do povoamento adensado, onde estão localizadas as unidades de conservação com maiores percentuais de áreas desmatadas, quatro unidades de conservação

responderam por quase 80% do desmatamento bruto em áreas protegidas, a saber: Flona do Jamanxim, APA do Tapajós, Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo e Resex Chico Mendes (Gráfico 26).

Gráfico 26. Desmatamento PRODES – Quatro unidades de conservação respondem por quase 80% do desmatamento total em UCs



Elaborado por DMF/CSFRO/DSMAN
 Dezembro de 2015

Ações de combate à navegação em área proibida por embarcação de pesca industrial

Os dados do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS têm fornecido informações periódicas sobre estatística de acessos e permanências de embarcações nas unidades de conservação costeiro-marinhas (Figura 11). Os dados são processados todos os dias e geram alertas que são encaminhados para os gestores de unidades de conservação.

Figura 11. Alertas PREPS enviados aos chefes das unidades



Além disso, expandiu-se o número de servidores com acesso ao PREPS e também a eficiência das ações de fiscalização, traduzidas no incremento de autuações com o uso do Programa. Para essa ação, no ano de 2015 foram processados e gerados mais de 18.615 alertas para 39 UCs.

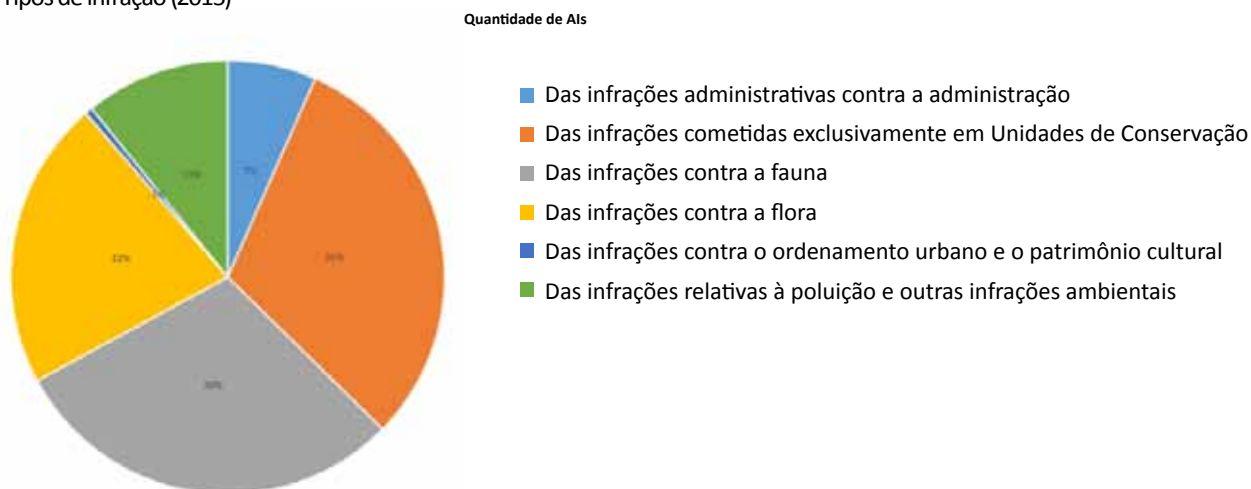
Banco de dados de autos de infração e áreas embargadas

Desenvolveu-se um banco de dados para sistematizar as informações dos autos de infração do ICMBio e das áreas embargadas. O banco de dados conta, até o momento, com 13.750 autos de infração e 4.000 áreas embargadas.

Em relação às pressões sofridas pelas unidades de conservação federais em 2015, destacam-se as infrações cometidas exclusivamente em unidades de conservação, com 31% dos autos de infração, e as infrações contra a fauna, com 30% dos autos. As infrações contra a flora correspondem a 21% das autuações em 2015 (Gráfico 27).



Gráfico 27. Tipos de infração (2015)



Programa de voluntariado

Foi desenvolvido e implantado o Sistema de Cadastro Nacional de Voluntariados do ICMBio. Além do cadastro, diversas funcionalidades foram implementadas, otimizando e padronizando rotinas de trabalho como emissão de certificados, tabelas e dados dos voluntários, dentre outros (Figura 12).

O Sistema está em fase de inserção de dados. Até o momento, 144 voluntários de 11 unidades de

conservação estão cadastrados. Além disso, foram recebidas e encaminhadas, para análise, previsões anuais de voluntariado de 24 UCs. O Programa conta com uma página no Facebook, onde são postadas notícias de editais, práticas divulgadas pelas unidades do ICMBio. Além de ser uma ferramenta de publicidade do voluntariado e comunicação com o público, também possibilita a identificação preliminar do público atingido pelo Programa de Voluntariado por meio de análise de perfil.

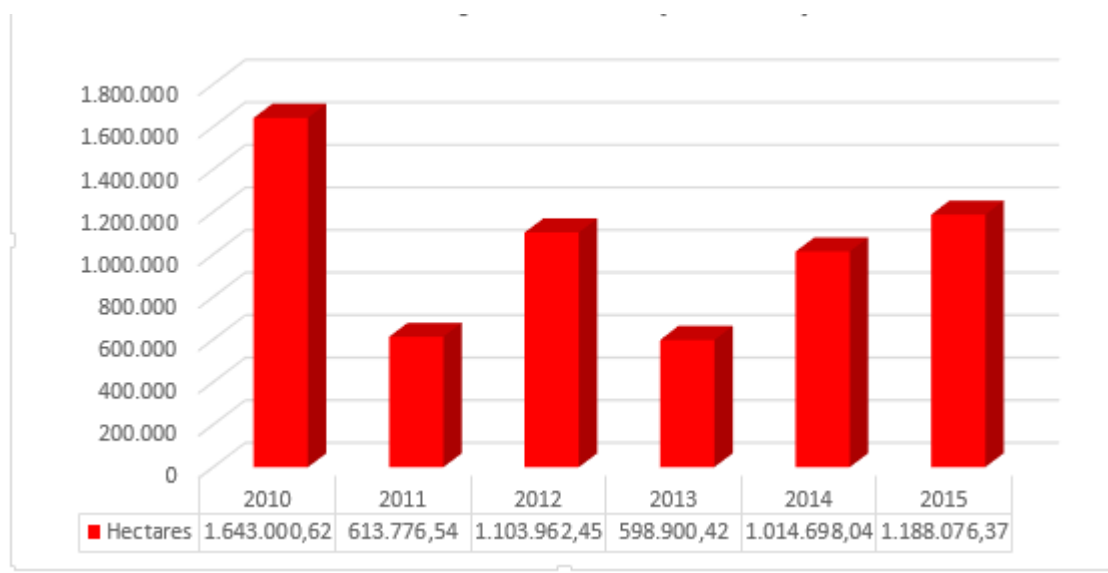
Figura 12. Sistema de Voluntariado acessível pela Intranet

Ações de prevenção e combate aos incêndios florestais

O planejamento de enfrentamento dos incêndios florestais entre 2010 e 2015, com melhorias na capacitação e na relação com as comunidades, aquisição de equipamentos e início da implementação de ações

de Manejo Integrado do Fogo – MIF, incluindo algumas queimas prescritas, ainda que experimentais, resultaram na redução da área atingida por incêndios nas UCs. Tal conclusão é por comparação a 2010, quando se registrou a maior área atingida por incêndios em UCs, desde que o ICMBio assumiu a gestão desse processo (Gráfico 28).

Gráfico 28. Área atingida por incêndios em unidades de conservação federais desde 2010

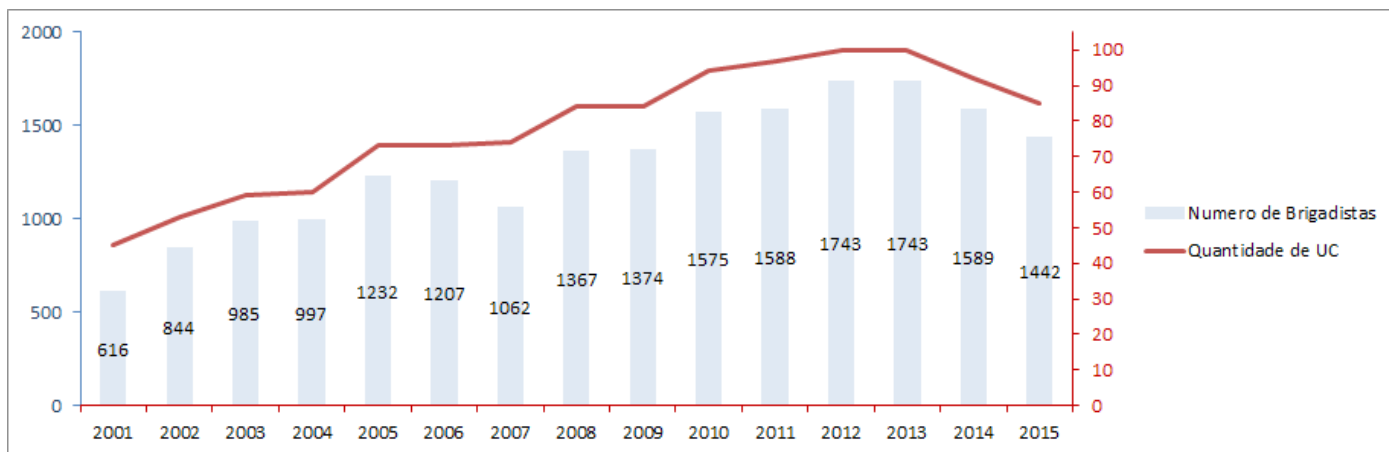


Em 2015 ocorreu o fenômeno El Niño mais forte da história, trazendo chuvas abaixo do normal para o Centro-oeste, Norte e Nordeste, além de temperaturas mais elevadas, propiciando a ocorrência de incêndios, muitos de origem criminosa.

Brigadas de combate a incêndios florestais

Foram contratados 1.442 brigadistas, atendendo a 85 UCs e realizados 16 cursos para formação de novos brigadistas.

Gráfico 29. Número de brigadistas contratados em unidades de conservação

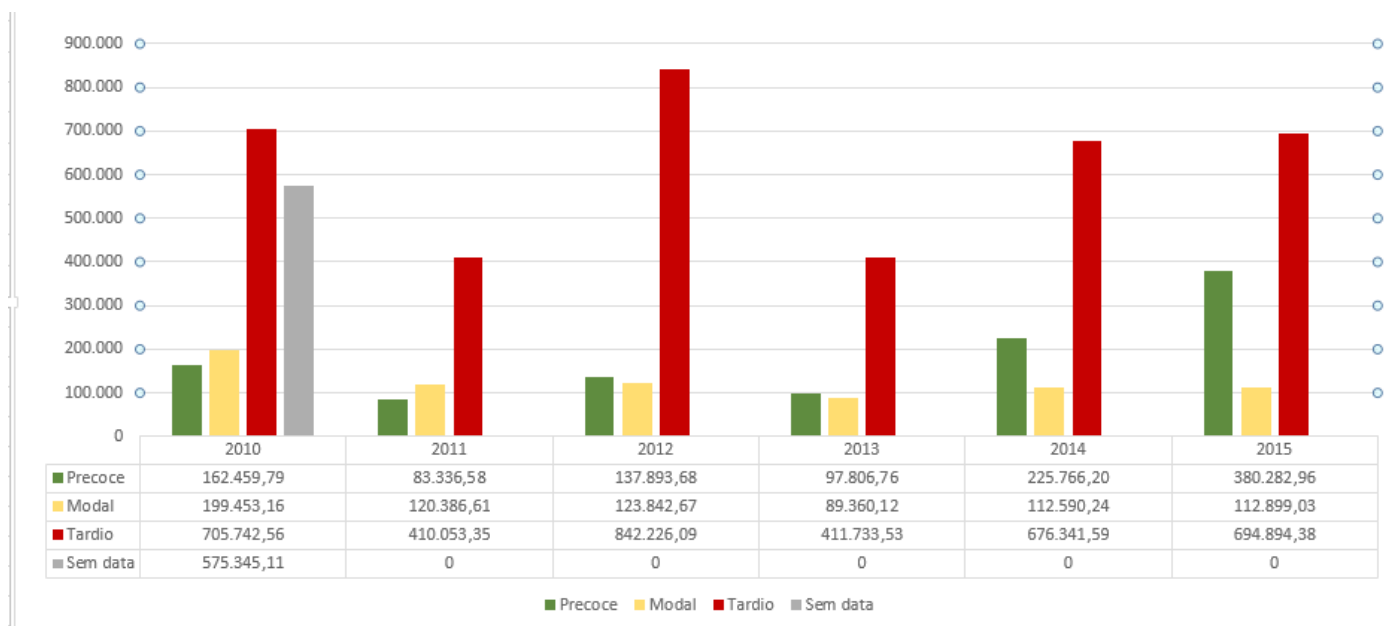


Manejo integrado do fogo

Ações de manejo integrado do fogo ocorreram em cinco unidades de conservação: Parques Nacionais da Chapada das Mesas/MA, das Sempre Vivas/MG, da Serra do Cipó/MG, do Araguaia/TO e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/TO.

Ainda que em caráter experimental, alguns resultados já foram observados, como a redução do tamanho de cada evento de incêndio e tendência a mudança de ocorrências na época de maior severidade (usualmente de meados de agosto a meados de outubro, no cerrado). Esforços de manejo resultaram no incremento da queima precoce (Gráfico 30).

Gráfico 30. Período de ocorrência de incêndios

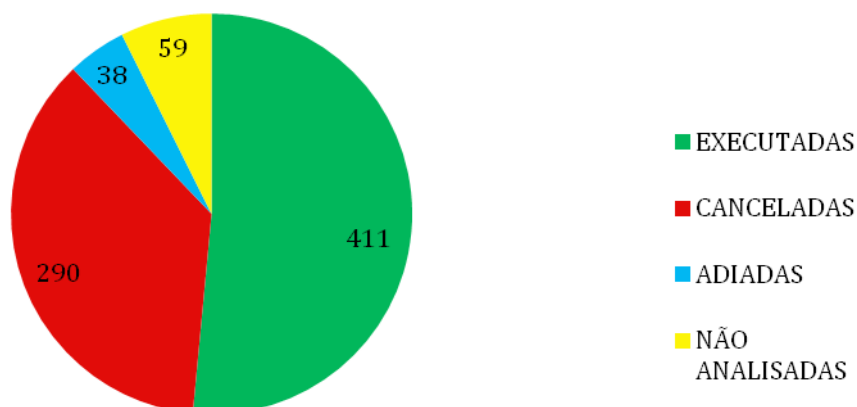


Parcerias interinstitucionais

Além de recursos do Programa Arpa e GEF-Cerrado, foram utilizados recursos de compensação ambiental e de projetos especiais, destacando-se o Projeto Cerrado Jalapão (Brasil-Alemanha) e Usaid (Brasil-EUA).

Esses projetos auxiliaram na aquisição de equipamentos, contratação de consultores, atividades de prevenção, como queimas prescritas, capacitações nacionais e internacionais e produção de material educativo.

Gráfico 31. Distribuição total de ações de fiscalização autorizadas em 2015



Fonte: PLANAF 2015

Fiscalização ambiental

Em 2015 foram planejadas 1.125 ações de fiscalização nas unidades de conservação federais; das quais 798 foram aprovadas e 411 executadas.

As equipes do ICMBio estiveram em campo efetuando fiscalização nas UCs, por tempo total equivalente a 1.934 dias, considerando a concomitância entre atividades.

Houve um total de 803 participações de servidores do ICMBio em campo.

Ações de fiscalização permanentes

Quatro atividades de fiscalização ocorrem de forma permanente e são consideradas prioritárias para execução pelo Instituto Chico Mendes: Unidades de Conservação na área de influência da BR-163, Reservas Biológicas do Gurupi e do Abufari e Floresta Nacional do Bom Futuro.

BR-163

As ações de fiscalização nas unidades de conservação na área de influência do eixo da BR-163, que juntas somam cerca de 15 milhões de hectares, foram ininterruptas a partir de março, sendo realizadas em 13 etapas, envolvendo um efetivo de 153 servidores do Instituto.



GESTÃO DE PESSOAS

ACADEBio – Centro de Formação

A ACADEBio faz parte da estratégia criada pelo ICMBio para propiciar formação e capacitação continuada ao quadro de servidores. Além disso, é o local adequado para execução de outros eventos de curta e longa duração, tanto para o Instituto como para parceiros, possibilitando qualidade e baixo custo.

A unidade tem como missão “promover a construção e difusão de conhecimentos para a conservação da biodiversidade por meio de processos educacionais” e como visão de futuro “ser referência nacional, com reconhecimento internacional, em capacitação para conservação da sociobiodiversidade”.

A ACADEBio completou seis anos em setembro de 2015 e neste período tornou-se destaque como boa prática de gestão. Em 2015 foram executados 42 eventos envolvendo um total de 2.478 participantes (em 33 eventos do ICMBio e 9 eventos de outras instituições).

Entre 2009 e 2015, executou 342 eventos, totalizando cerca de 13.000 participantes, e apoiou uma série de outros realizados em unidades do ICMBio. Entre os eventos realizados na unidade nesses anos, destacam-se 191 cursos previstos nos Planos Anuais de Capacitação – PAC do ICMBio e outros 151 eventos, tais como oficinas de planejamento de cursos, reuniões institucionais, oficinas para a elaboração de planos de ação nacional para conservação de espécies ameaçadas de extinção e para a avaliação do estado de conservação de espécies ameaçadas, bem como eventos de outras instituições.

Para atender sua missão, a ACADEBio conta com ampla estrutura física, que é dividida em dois grandes blocos: o bloco administrativo/pedagógico, espaço destinado às atividades administrativas, logísticas e pedagógicas, onde ocorrem o planejamento e a execução dos cursos e demais eventos. Nesse bloco, localizam-se as salas de aula e de reuniões, os escritórios, o auditório e os demais espaços para as atividades educacionais, além de um local para lazer e realização de atividades físicas; e o bloco do alojamento, espaço destinado aos serviços de recepção, hospedagem, alimentação e lavanderia.

Mudanças ocorridas

Entre as mudanças ocorridas em 2015, destacam-se: elaboração e encaminhamento de termo de referência para contratação de estudo de viabilidade econômica para exploração comercial; alteração no contrato de alimentação com redução nos valores das refeições; e redução do contrato de veículos com motoristas. Também houve um avanço na prospecção de parcerias institucionais.

Enfatiza-se ainda a decisão de incorporação da Coordenação de Educação Corporativa à ACADEBio, centralizando as ações de capacitação da Instituição. Essa mudança é uma estratégia de fortalecimento da ACADEBio como Escola de Governo e de otimização da estrutura e serviços de capacitação do ICMBio.

Principais ações de capacitação

A cada ano, o Instituto Chico Mendes elabora, aprova e publica o Plano Anual de Capacitação, alinhado a seu planejamento estratégico. O PAC/2015 está balizado pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e pela Portaria Normativa/ICMBio nº 106, de 30 de dezembro de 2008, que institui a Política de Desenvolvimento de Pessoas, por se tratarem de documentos orientadores da ação educacional corporativa e cujas finalidades são o desenvolvimento profissional e gerencial permanente, contínuo e sistêmico dos servidores.

A primeira etapa de construção do PAC foi a elaboração e disponibilização da Avaliação de Necessidades de Capacitação – ANC para todos os servidores. A partir das respostas ao formulário da ANC, o Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP construiu a proposta do PAC/2015, que foi aprovada pelo Comitê Gestor do ICMBio. Em 18 de dezembro de 2014, por meio da Portaria nº 140, o PAC/2015 foi publicado no DOU nº 246, de 19 de dezembro de 2014.

O PAC foi dividido em quatro eixos: Formação Técnica, Formação Gerencial, Formação Específica e Formação Inicial, com a seguinte subdivisão dentro dos eixos:

Administrativo, Conservação e Manejo da Biodiversidade, Consolidação Territorial, Formação de Instrutores, Geoprocessamento, Gestão de UC, Uso Público, Gestão Participativa e Educação Ambiental, Monitoramento da Biodiversidade, Proteção, Comunicação e Licenciamento.

O PAC dialoga com o planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes e busca o alcance do objetivo estratégico de “Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto”. Possui como indicador o “Percentual de servidores que passaram por, pelo menos, uma capacitação prevista no PAC no período 2012–2015”.

O ICMBio realizou, em 2015, 1.052 capacitações. Do total, 652 diferentes servidores passaram por diferentes ações de capacitação. Esse número é o que alimenta o indicador acima descrito.

Segundo a Tabela 18, é possível perceber que a meta de 75% de servidores capacitados foi ultrapassada e atingiu um índice de 83%. Com relação à capacitação dos servidores detentores de cargo comissionado ou função gratificada, 99 servidores passaram por capacitação do ciclo de formação gerencial. A meta era capacitar 20% de gestores em formação gerencial. Segundo dados acima, é possível perceber que a meta foi alcançada, pois se obteve 21% de índice, considerando o quantitativo de 464 gestores.

Outra ação importante prevista no PAC era o apoio à participação de servidores em programas de pós-graduação. A Portaria nº 160, de 10 de abril de 2015, instituiu critérios e quantitativo de vagas relativos à participação de servidores do ICMBio em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, com afastamento, nos exercícios de 2015-2016. Participaram desses programas 65 servidores em 2015, incluindo graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Vale destacar, também, a participação dos servidores no Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras – Biolíngua, 3ª e 4ª edições. O Programa é normatizado pela Portaria nº 76, de 07 de março de

Tabela 18. Quantitativo total de servidores capacitados: 1.591

2012	326
2013	121
2014	492
2015	652
TOTAL	1.591

2014, e os editais são abertos semestralmente. Em 2015, 67 servidores alcançaram os resultados esperados no 1º semestre, e 66 no 2º, totalizando 133 bolsas semestrais e alcançando 81 servidores no acumulado dos dois semestres.

Por fim, em 2015 o PAC previu executar 90% dos eventos de capacitação do Plano, capacitar 20% dos gestores do ICMBio e ampliar em 100% os cursos na modalidade a distância. O orçamento inicial de R\$ 3 milhões sofreu cortes orçamentários, passando a R\$ 2 milhões, o que ocasionou o replanejamento no meio do ano. Desta forma, e seguindo o novo plano, o ICMBio ultrapassou a meta e executou 92% dos cursos planejados. A meta de capacitação de gestores também foi atingida, assim como a meta para educação a distância. Parte do sucesso de alcance das metas do PAC se deve ao apoio de diversos parceiros e à utilização de recursos advindos de projetos nacionais e internacionais, que financiaram cerca de 30% dos custos dos cursos realizados, inclusive custos para o desenvolvimento da plataforma EaD do ICMBio e de diversos cursos semipresenciais e a distância. Destacam-se alguns dos principais parceiros e projetos desenvolvidos: Arpa, PNUD, Serviço Florestal Americano, ANA, TCU, GIZ, GEF e Life-WEB.

Educação a distância

A estruturação da Educação a Distância – EaD no Instituto avançou com a customização da nova Plataforma Moodle, em 2014, e sua migração para o servidor do ICMBio finalizada em 2015, que já pode ser acessada pelo endereço: www.icmbio.gov.br/ava.

Durante os meses de fevereiro e março, foram realizados diversos testes na nova plataforma, e ações de construção de conteúdo EaD foram iniciadas. Nesse período, foi criada a Comunidade “Manifestação para Licenciamento Ambiental”, coordenada pela DIBIO, com o objetivo de envolver os conteudistas responsáveis pela produção do material didático do curso presencial em um canal aberto para troca de informações.

Entre o fim de março e abril, outras duas comunidades foram criadas: EaD para Instrutores do Curso de Gestão Socioambiental (DISAT/Educação Ambiental/Gestão Participativa) e Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – também da DIBIO, esta última contando com a participação de mais de 70 usuários.

Os cursos “Plano de Proteção, Introdução ao Combate de Incêndios Florestais e Regularização Fundiária” foram desenvolvidos durante março e abril pela empresa Avante Brasil e entregues para análise das áreas técnicas.

Em novembro, mais uma comunidade de aprendizagem foi criada: Programa para Gestão de Resultados, Ciclo IV, pela Coordenação de Planejamento – COPLAN.

Tabela 19. EaD: Relação dos cursos prontos e em desenvolvimento

Cursos prontos	Cursos em desenvolvimento
Geoprocessamento com QGIS, Turma III/2015	Curso de Formação de Instrutores (Pré-CFI)
Curso de Gestão Socioambiental	Fundamentos de Cartografia e Geoprocessamento
Introdução ao Combate de Incêndios Florestais	Procedimentos do Arpa
Elaboração do Plano de Proteção	Educação Corporativa
Regularização Fundiária	Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental
Curso em EaD: conteúdo, tutoria e administração da plataforma Moodle	

Tabela 20. Relação das comunidades de pesquisa

Comunidades de pesquisa
Sisbio – Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade
Comunidade do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade
Regime Jurídico das Áreas Protegidas no Direito Estrangeiro
EaD para Instrutores do Curso de Gestão Socioambiental
Manifestação para o Licenciamento Ambiental
Programa para Gestão de Resultados, Ciclo IV

Aposentadoria

Tabela 21. Aposentadorias até 2015

Desde a criação do Instituto até 2015		No exercício de 2015	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	83	Analista ambiental	19
Analista administrativo	34	Analista administrativo	8
Assistente administrativo	1	Assistente administrativo	1
Auxiliar administrativo	16	Auxiliar administrativo	3
Técnico administrativo	136	Técnico administrativo	28
Técnico ambiental	74	Técnico ambiental	15
Total	344	Total	74

Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020

Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020			
2015		2016	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	17	Analista ambiental	14
Analista administrativo	5	Analista administrativo	1
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	4	Auxiliar administrativo	3
Técnico administrativo	25	Técnico administrativo	25
Técnico ambiental	22	Técnico ambiental	15
Total	73	Total	58

Tabela 22. Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020 (continuação)

Previsões de aposentadorias de 2015 a 2020			
2017		2018	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	19	Analista ambiental	17
Analista administrativo	10	Analista administrativo	6
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	6	Auxiliar administrativo	7
Técnico administrativo	28	Técnico administrativo	27
Técnico ambiental	6	Técnico ambiental	10
Total	69	Total	67
2019		2020	
Cargo	Quant.	Cargo	Quant.
Analista ambiental	12	Analista ambiental	10
Analista administrativo	0	Analista administrativo	5
Assistente administrativo	0	Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	3	Auxiliar administrativo	10
Técnico administrativo	30	Técnico administrativo	33
Técnico ambiental	13	Técnico ambiental	19
Total	58	Total	77

Brigadistas

Tabela 23. Contratações e desligamentos de brigadistas em 2015

Data de ingresso	Quantitativo	Data de exclusão	Quantitativo
Janeiro	0	Janeiro	225
Fevereiro	14	Fevereiro	141
Março	0	Março	36
Abril	7	Abril	63
Maio	123	Maio	147
Junho	438	Junho	54
Julho	114	Julho	13
Agosto	361	Agosto	28
Setembro	103	Setembro	26
Outubro	57	Outubro	38
Novembro	93	Novembro	162
Dezembro	65	Dezembro	461
Total de Ingressos	1375	Total de desligamentos	1394
Total geral do cadastro de brigadistas (ingressos e desligamentos)			2769

Concurso público

Tabela 24. Servidores do quadro efetivo por cargo

Cargo	Total
Analista administrativo	61
Analista ambiental	1091
Assistente administrativo	0
Auxiliar administrativo	54
Técnico administrativo	457
Técnico ambiental	218
Total de Ingressos	1881

Em 2015 foram publicadas quatro Portarias de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2014:

- Portaria nº 47, de 21 de janeiro de 2015, publicada no DOU em 23/01/2015;
- Portaria nº 131, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 27/03/2015;
- Portaria nº 289, de 22 de junho de 2015, publicada no DOU em 23/06/2015; e
- Portaria nº 489, de 10 de novembro de 2015, publicada no DOU em 11/11/2015.

Em decorrência dessas nomeações, 45 (quarenta e cinco) cargos efetivos foram ocupados em 2015, conforme tabela abaixo:

Tabela 25. Nomeações por cargo

Cargo	Total
Analista administrativo	1
Técnico administrativo	36
Técnico ambiental	8
Total	45



PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

Planejamento operacional

Revisão do modelo de gestão

Foi realizado um estudo de caracterização e proposição de arranjos institucionais e modelos de gestão integrada para as UCs. Os trabalhos foram conduzidos pela The Nature Conservancy Brasil – TNC, por meio do Acordo de Cooperação assinado entre a TNC e o Ministério do Meio Ambiente, o qual designou o ICMBio para coordenar essa parte dos trabalhos. Foi a continuação de um esforço iniciado em 2012, no âmbito do ICMBio, visando aprimorar a gestão das unidades descentralizadas.

O estudo tomou como base a experiência de gestão integrada das UCs das regiões de Itaituba e de Altamira. Tais iniciativas, implementadas no final de 2014, visam a união, numa mesma sede, de uma equipe que fica responsável pela gestão de um conjunto de unidades da região. Também foram levantadas outras formas de arranjos de gestão envolvendo mais de uma UC.

Essas experiências balizaram propostas tanto de modelos de gestão integrada quanto de arranjos institucionais, quando apenas alguns processos comuns às UCs são integrados. O estudo ainda previa a existência de UCs agindo de forma individualizada. Essas propostas tinham como objetivo promover ganho de eficiência na gestão das unidades do ICMBio.

Planejamento estratégico

Desde 2011 o ICMBio realizava seu planejamento estratégico para períodos de dois anos. No ano de 2014, iniciou a revisão do planejamento que vigeu para 2013–2014.

Foi feita uma alteração e o novo horizonte considera o período compreendido entre os anos de 2015 a 2018.

Isso permitiu que o escopo de atuação pudesse ser totalmente revisto, considerando-se todas as finalidades previstas no ato de criação do ICMBio (Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

Essa revisão de escopo propiciou que o planejamento do Instituto deixasse de ter uma carga maior no nível tático e se voltasse para o nível estratégico, buscando, inclusive, referenciais comparativos e o alinhamento institucional com o Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBio ainda carece de maior maturidade no que tange à aplicação integral do planejamento estratégico, seus desdobramentos até o nível operacional, a execução anual e a relação direta com as atividades desenvolvidas, mesmo que estas estejam alinhadas às finalidades previstas na sua Lei de criação.

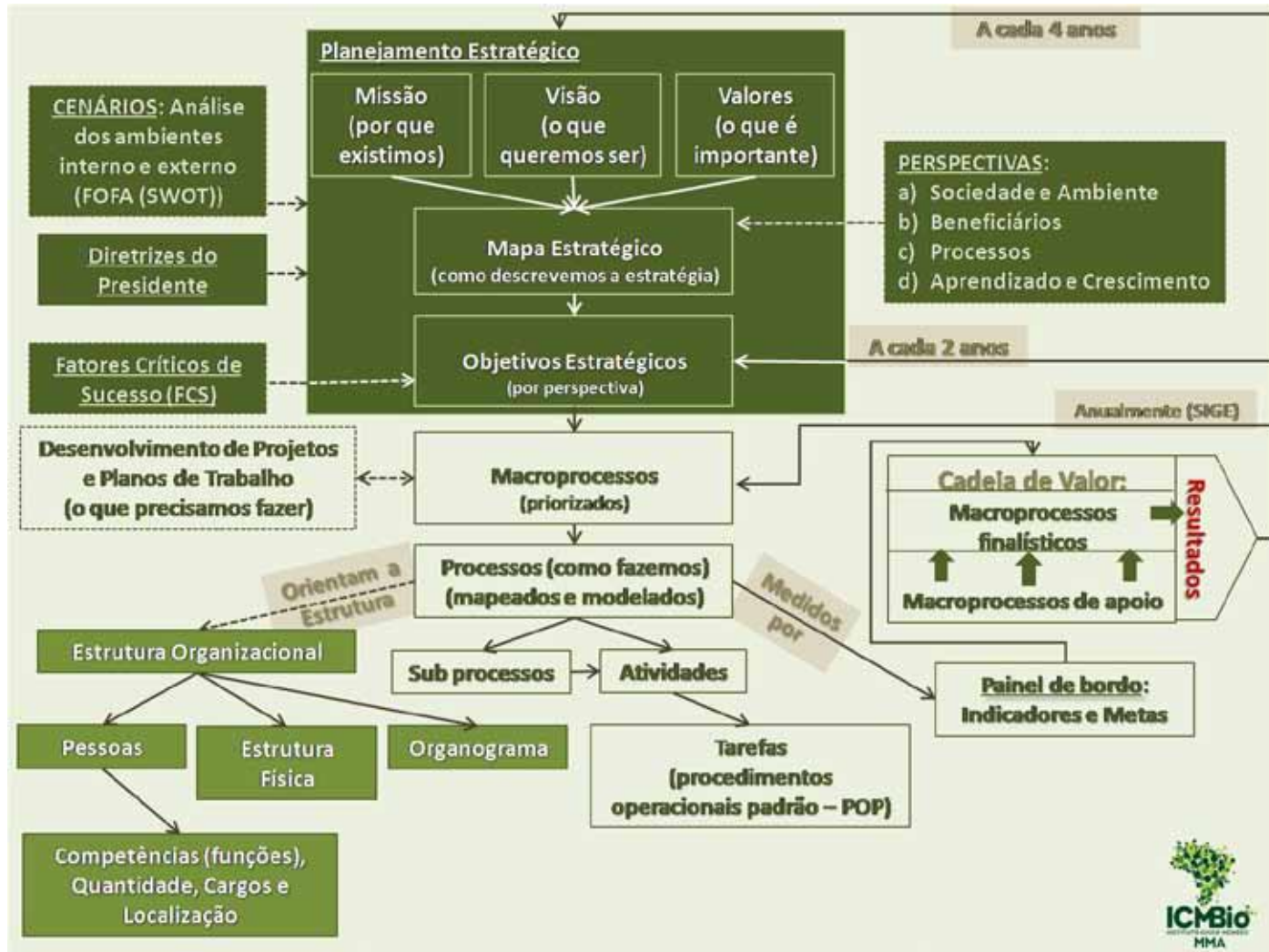
O Instituto dispõe de um sistema informatizado para a gestão da estratégia, que permite o acompanhamento e controle do planejamento estratégico do ICMBio, possibilitando a emissão de relatórios periódicos e subsidiando os dirigentes para tomadas de decisão.

Os indicadores seguem padrão histórico e desde 2014 são mantidas as mesmas métricas. Isso se dá de forma a atender os fundamentos da constância de propósitos do GesPública, programa de modernização da Administração Pública.

Paralelamente a isso, o ICMBio está realizando o mapeamento e a modelagem dos processos.

Assim, é ponto forte assinalar o Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE, a revisão periódica do planejamento estratégico, associada à prática de gestão de indicadores para as atividades. Por outro lado, o ICMBio ainda necessita de aplicação mais efetiva do seu planejamento estratégico, de forma a mensurar melhor os impactos produzidos no cumprimento da sua missão institucional.

Figura 13. Mapa estratégico

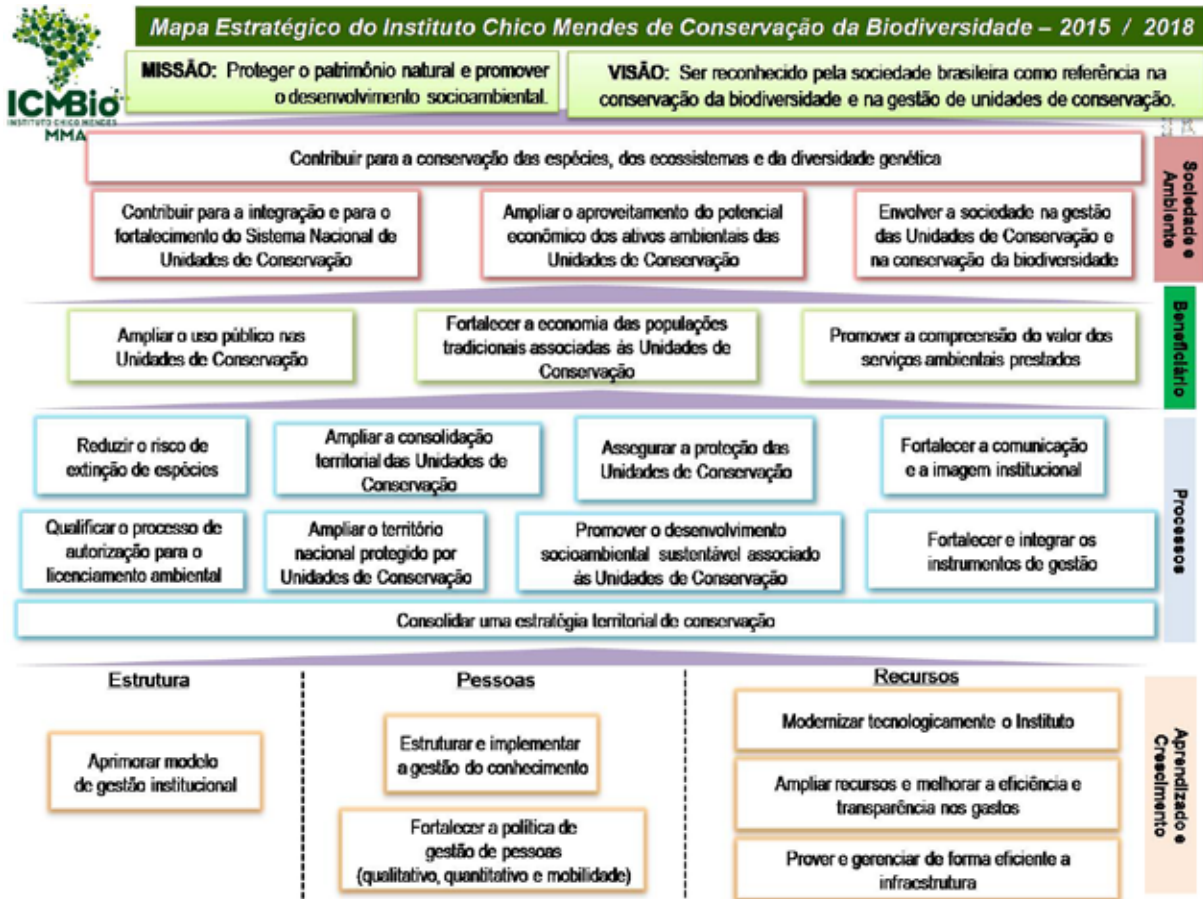


PDCA: Planejar, Executar (do termo em inglês, Do), Checar (ou Monitorar) e Avaliar são as etapas do planejamento estratégico. Ao final do ciclo, promove-se uma avaliação da execução no período, a qual servirá de subsídio para planejar as metas e ações para o próximo período. Em referência a esse reinício do ciclo do planejamento estratégico, usa-se a expressão “girar o PDCA”.

No mapa estratégico do ICMBio para o período de 2015–2018, estão presentes, direta ou indiretamente, os demais fundamentos do GesPública. Suas perspectivas foram aprimoradas, totalizando quatro, a saber: Sociedade e Ambiente, Beneficiários, Processos e Aprendizado, e Crescimento. Os objetivos estratégicos foram alterados, mas não em sua

totalidade, e introduzidos novos. Com base nesse novo mapa, no segundo semestre de 2015 teve início o giro do PDCA, considerando não apenas os novos objetivos estratégicos, mas também as diretrizes do novo presidente do Instituto, que tomou posse em 21 de maio de 2015.

Figura 14. Mapa estratégico



Recentemente diversas unidades do ICMBio vêm tomando a iniciativa de realizar seu próprio planejamento estratégico, sempre em consonância com a estratégia do Instituto como um todo. Neste aspecto vale ressaltar o planejamento da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, que contou com as etapas de análise ambiental e formulação da estratégia, desdobramento da estratégia, e alinhamento.

Plano Plurianual 2016–2019

Por meio de orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi elaborado o Plano Plurianual 2016–2019 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, tendo como subsídios o planejamento estratégico e as articulações com as áreas finalísticas.

A partir desse processo, houve alterações em relação ao PPA 2012–2015 de forma a melhor destacar as agendas prioritárias do ICMBio e a tornar a atuação do órgão mais organizada e inteligível à sociedade. Assim, ocorreram adequações nas ações orçamentárias para melhor aderência à missão do Órgão.

Mapeamento de processos

Em 2014 houve uma integração direta e participativa dos servidores para o mapeamento dos processos do Instituto, através da qual foram escolhidos alguns processos prioritários a serem mapeados. Dentre os 39 macroprocessos existentes, foram selecionados dez, conforme o quadro:

Tabela 26. Macroprocessos selecionados para o mapeamento

Unidade responsável	Macroprocesso
Gabinete do Presidente	Comunicação
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN	Fiscalização
	Elaboração e revisão de planos de manejo
	Uso público e negócios
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO	Autorização para licenciamento
	Monitoramento da biodiversidade
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT	Regularização fundiária
	Produção e uso sustentável
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN	Licitações e contratos
	Concessões

Foi utilizada a metodologia *Business Process Modeling* – BPM, por meio de *software* gratuito. O trabalho contou com o apoio de consultoria que o realizou parcialmente. Há esforços em andamento para retomar o mapeamento já iniciado pelo Órgão.

Ressalta-se que o mapeamento e a modelagem de processos institucionais são primordiais para o bom funcionamento da organização, sem os quais as rotinas de trabalho, a cadeia de valor e o atendimento aos cidadãos não são otimizados. Além disso, o mapeamento contribui para o autoconhecimento institucional, o entendimento das lacunas e a formulação de melhorias nos processos de trabalho. Dar continuidade e ênfase no mapeamento de processos é urgente e imperativo, principalmente no momento de mudança organizacional que o ICMBio enfrenta desde outubro de 2015.

Programa de gestão por resultado

O ICMBio, considerando a melhoria constante de seus processos, adota a Gestão para Resultados como uma das suas metodologias de trabalho. Para tanto, um dos seus principais expoentes é o Programa de Gestão por Resultados – PGR, em sua quarta edição.

O Programa conta com mais de 60 formados, subdivididos entre servidores da União e dos estados. Atualmente, é desenvolvido o IV Ciclo, para o qual há 21 partícipes, também nesta lógica. Recentemente o

Programa foi redesenhado e, hoje, está dividido em três módulos presenciais e dois a distância. O PGR está previsto no Plano Anual de Capacitação para todos os servidores com cargos gerenciais do ICMBio, especialmente os de UCs, que devem cursá-lo para que estejam ainda mais aptos a realizar a gestão das suas unidades organizacionais.

Orçamento

A Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.115, de 2015, foi publicada em 20/04/2015 com um total de R\$ 601.932.068,00 destinados ao ICMBio, porém, R\$ 120.228.587,00 a menos do que o destinado na LOA de 2014, ou seja, houve uma redução de, aproximadamente, 16,6% em um período em que a economia brasileira atravessa uma de suas piores crises com altas taxas de inflação, desemprego e estagnação.

Além da redução orçamentária de um ano para o outro, houve contingenciamento determinado pelos Decretos nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e nº 8.496, de 30 de julho de 2015, resultando em um corte total de 23,46% nas ações discricionárias.

Este contingenciamento afetou diretamente a prestação de serviços básicos essenciais ao cumprimento da missão institucional do ICMBio, como a contratação de serviços e a concessão de diárias e passagens.

A maior parte do orçamento discricionário do Instituto é destinado a despesas de custeio dos meios para provimento de serviços básicos e de manutenção de suas atividades (serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza, material de consumo, fornecimento de energia elétrica, entre outros). Assim, houve redução

de postos de trabalho como vigilância e limpeza, reajustes contratuais e redução de emissão de diárias e passagens. A fim de se compensarem essas perdas, foram solicitados créditos adicionais no total de R\$ 111.077.014,00, sendo aprovada a quantia de R\$ 86.077.014,00, o que atendeu parcialmente às demandas da Instituição.



FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Compensação ambiental

Durante o exercício de 2015, os procedimentos relativos à compensação ambiental foram baseados na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2014, publicada em 08 de dezembro de 2014. A referida norma retomou a possibilidade de cumprimento da compensação ambiental na modalidade de execução indireta, permitindo o depósito dos recursos pelos empreendedores em contas escriturais junto à Caixa Econômica Federal, considerando o efeito suspensivo do Acórdão nº 1.853/2013 – TCU.

Desta forma, o ICMBio retomou as tratativas com os empreendedores para celebração dos Termos de Compromisso para o Cumprimento da Compensação Ambiental – TCCA, disponibilizando as modalidades de execução direta e indireta dos recursos.

Assim, em 2015 foram assinados 20 TCCAs e um Termo Aditivo, dos quais apenas cinco TCCAs e o Termo Aditivo tiveram efeito financeiro no referido ano, tendo em vista que os demais TCCAs foram assinados em dezembro de 2015, e, portanto, com efeito financeiro apenas em 2016. Ressalta-se que o saldo depositado em 2015 foi acrescido da 7ª parcela do Termo de Compromisso do empreendimento Usina Hidrelétrica Itapebi, assinado em 2010.

Conforme detalhado na Tabela 27, no exercício de 2015 foi aportado nas contas escriturais abertas na Caixa Econômica Federal o valor total de R\$ 27.628.840,71 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta reais e setenta e um centavos), referente à compensação ambiental dos seguintes empreendimentos: Sistema de Produção de Petróleo e Gás no Campo Parque das Conchas – Bacia de Campos (Bloco BC-10); Atividade de Aquisição de Dados Sísmicos Marítimos na Bacia do Jequitinhonha (Blocos BM-J-01 e BM-J-02); Segmento III do Trecho Alto Araguaia/MT – Rondonópolis/MT; Rodovia MG-050 Trecho Juatuba a São Sebastião do Paraíso; Estrada Municipal CS-012 (do km 3+300 ao km 14+480); Linha de Transmissão Ibiúna-Batéias (Termo Aditivo); 7ª parcela do TCCA/2010 do empreendimento UHE Itapebi.

Tabela 27. Evolução dos valores depositados na Caixa Econômica Federal

ANO	DEPÓSITO ANUAL (R\$)
2009	41.779.783,07
2010	88.945.359,94
2011	32.247.648,88
2012	35.307.206,77
2013	19.319.953,70
2014	308.911,44
2015	27.628.840,71
TOTAL	245.537.704,51

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN

Evolução da execução dos recursos de compensação ambiental

Comparativamente em relação ao ano anterior, a execução de compensação ambiental no exercício de 2015 apresentou um aumento de cerca de 30%, conforme demonstrado na Tabela 28.

Tabela 28. Execução anual de compensação ambiental

ANO	EXECUÇÃO ANUAL (R\$)
2009	158.917,45
2010	5.725.860,74
2011	16.144.080,05
2012	15.434.818,09
2013	21.538.139,69
2014	15.638.782,67
2015	20.197.222,86
TOTAL	94.837.821,55

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN

Tabela 29. Evolução da execução por ação no período de 2009 a 2015

AÇÃO	EXECUÇÃO							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Regularização fundiária e demarcação de terras	0,00	1.419.051,40	3.337.679,81	5.527.466,80	10.321.811,48	4.924.965,61	3.296.952,22	28.827.780,16
Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo	0,00	0,00	58.842,70	155.229,69	147.241,55	307.050,36	124.341,64	792.705,94
Aquisição de bens e serviços	158.917,45	4.306.809,34	9.080.057,54	9.752.121,60	10.862.848,90	10.220.896,28	16.762.560,90	61.142.808,54
Estudos para criação de UC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento de pesquisas	0,00	0,00	3.667.500,00	0,00	206.237,76	185.870,42	13.368,10	4.074.526,92
TOTAL	158.917,45	5.725.860,74	16.144.080,05	15.434.818,09	21.538.139,69	15.638.782,67	20.197.222,86	94.837.821,55

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN

Fazendo uma análise detalhada da execução por ação, constata-se que:

- Em 2015 a execução das ações de “Regularização fundiária e demarcação de terras”, “Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo” e “Desenvolvimento de pesquisa” apresentou decréscimo em relação ao ano anterior.
- Na ação “Aquisições de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade”, o valor executado em 2015 apresentou crescimento de 64% quando comparado com a execução

do ano anterior. Destaca-se que a utilização dos recursos para custear os contratos de manutenção das unidades de conservação beneficiadas com compensação ambiental contribuiu para tal resultado.

- Ressalta-se, por fim, que a ação de regularização fundiária, responsável pelo maior aporte de recursos, apresentou em 2015 um decréscimo de 33% de execução em relação a 2014, impactando a execução total da compensação ambiental no exercício.

Arrecadação de receitas

Conforme demonstrado na Tabela 30, destaca-se a elevação da arrecadação no exercício de 2014, quando comparada aos demais exercícios. Tal acréscimo deve-se, principalmente, aos aumentos dos licenciamentos concedidos para supressão de vegetação nas Flonas de Carajás, do Tapirapé-Aquiri, do Jamari, e de Saracá-Taquera.

Em decorrência, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF fez uma superestimativa da arrecadação voltada para as receitas com licenciamento para supressão vegetal, contribuindo para o valor estimado em R\$ 1,3 milhão em 2015.

Tabela 30. Demonstrativo da estimativa e arrecadação das receitas próprias do ICMBio

Ano	Valor estimado ¹ R\$	Valor arrecadado ² R\$	% Arrecadado/previsto	% Arrecadado /arrecadado no ano anterior
2011	43.317.472,00	50.598.371,37	116,81%	
2012	45.432.901,00	72.313.001,79	159,16%	142,92%
2013	64.810.293,00	78.215.761,64	120,68%	108,16%
2014	73.604.182,00	146.018.546,37	198,38%	186,69%
2015	131.711.907,00	95.601.294,37	72,58%	65,47%
Total	358.876.755,00	442.746.975,54	123,37%	

Fonte: ¹SIOP – ²SIAFI

Tabela 31. Análise da evolução da arrecadação no período de 2011 a 2015 por tipo de receita

TIPO	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Visitação	24.377.889,48	26.755.547,38	26.272.779,89	34.174.737,13	56.621.388,82	168.202.342,70
Arrendamento/ concessão uso	11.425.534,47	12.122.629,15	20.593.771,28	30.608.409,30	14.461.022,43	89.211.366,63
Licenciamento	13.405.452,41	32.091.229,39	26.691.145,29	77.449.048,73	19.131.714,78	168.768.590,60
Venda florestal/ outras receitas	1.389.495,01	1.343.595,87	4.658.065,18	3.786.351,21	5.387.168,34	16.564.675,61
TOTAL	50.598.371,37	72.313.001,79	78.215.761,64	146.018.546,37	95.601.294,37	442.746.975,54

FONTES: SIAFI

A Tabela anterior detalha a evolução das receitas próprias por tipo de receita, em que se observa o seguinte comportamento:

- No item “Visitação”, em 2015 houve um aumento de R\$ 22.446.651,69 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos) em relação ao ano de 2014, em pontos percentuais de 39,64%. Além da arrecadação real, em 2015 houve alteração no código de recolhimento das Guias de Recolhimento da União – GRU pelas Concessionárias, gerando elevação dessa modalidade de receita e redução no item “Arrendamento”, conforme constatação comentada a seguir.
- Dessa forma, no item “Arrendamento” verificou-se uma redução no exercício de 2015 em torno de R\$ 16.147.386,87 (dezesseis milhões, cento e quarenta e

sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), ou seja, de 52,75% em relação a 2014.

- No item “Licenciamento” ocorreu uma redução de R\$ 58.317.333,95 (cinquenta e oito milhões, trezentos e dezessete mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos) em 2015, ou seja, de 75,30% em relação a 2014. Os fatores determinantes foram:

- elevação dos licenciamentos concedidos para supressão de vegetação nas Flonas de Carajás, do Tapirapé-Aquiri, do Jamari, e de Saracá-Taquera no exercício de 2014;
- em 2015, redução das demandas relativas aos pedidos de licenciamento pelas empresas interessadas; e
- restrições orçamentárias para pagamento de diárias e passagens para realização dos trabalhos em campo.

Evolução das principais receitas de arrecadação

Gráfico 32. Visitação – Acumulado de R\$ 168.202.342,70, entre 2011 a 2015

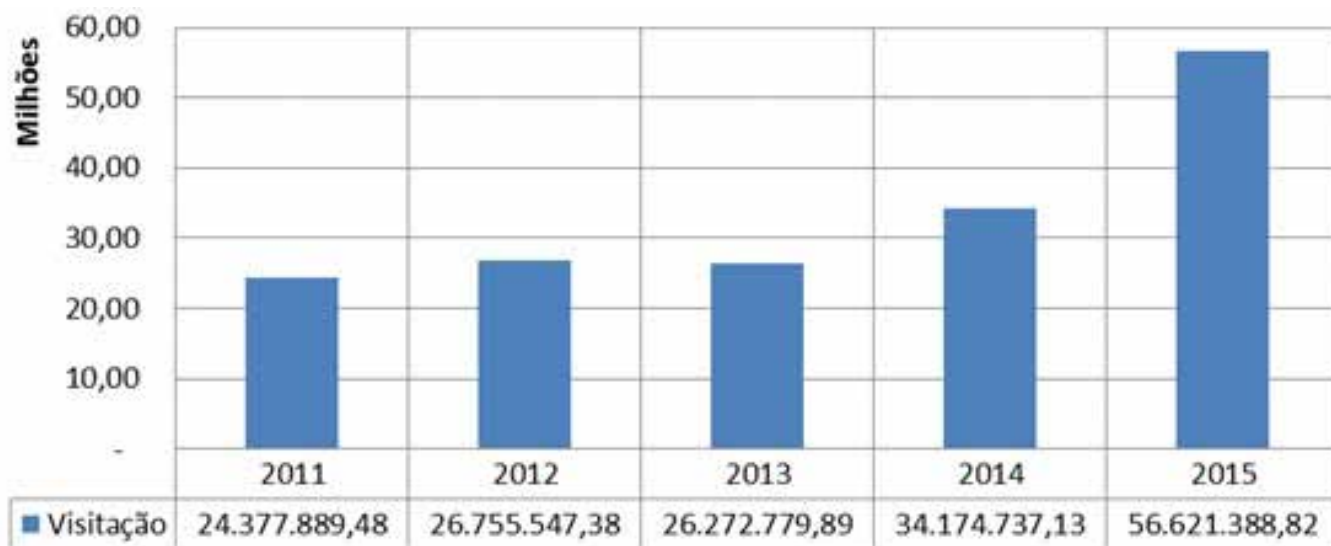


Gráfico 33. Arrendamento – Acumulado de R\$ 89.211.366,63, entre 2011 a 2015

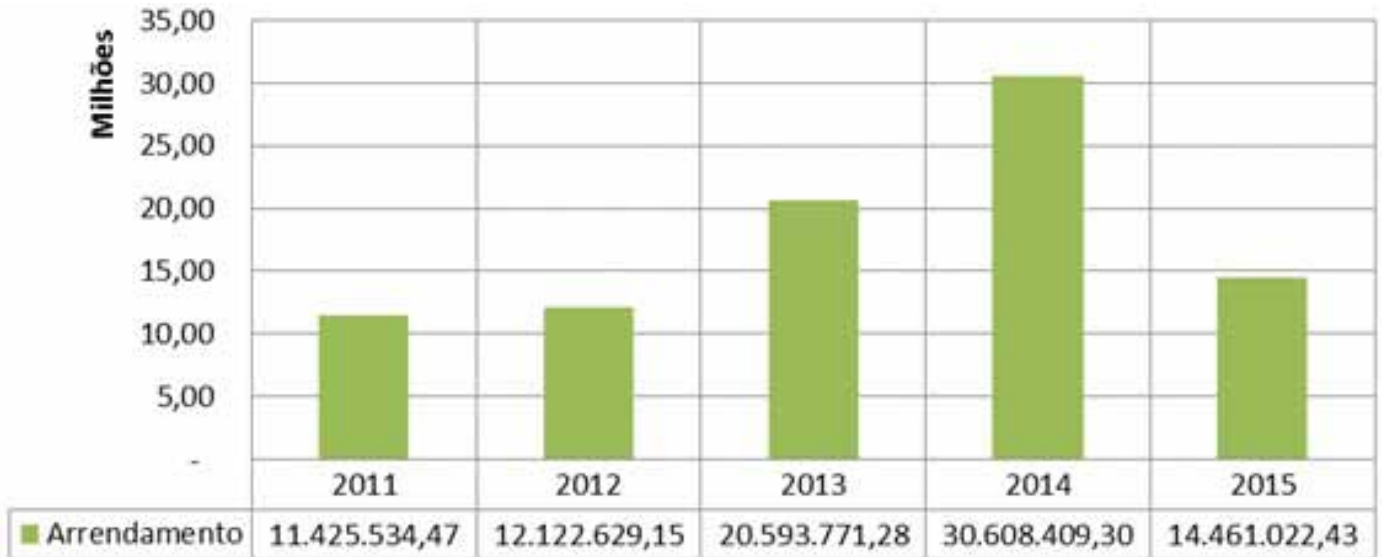
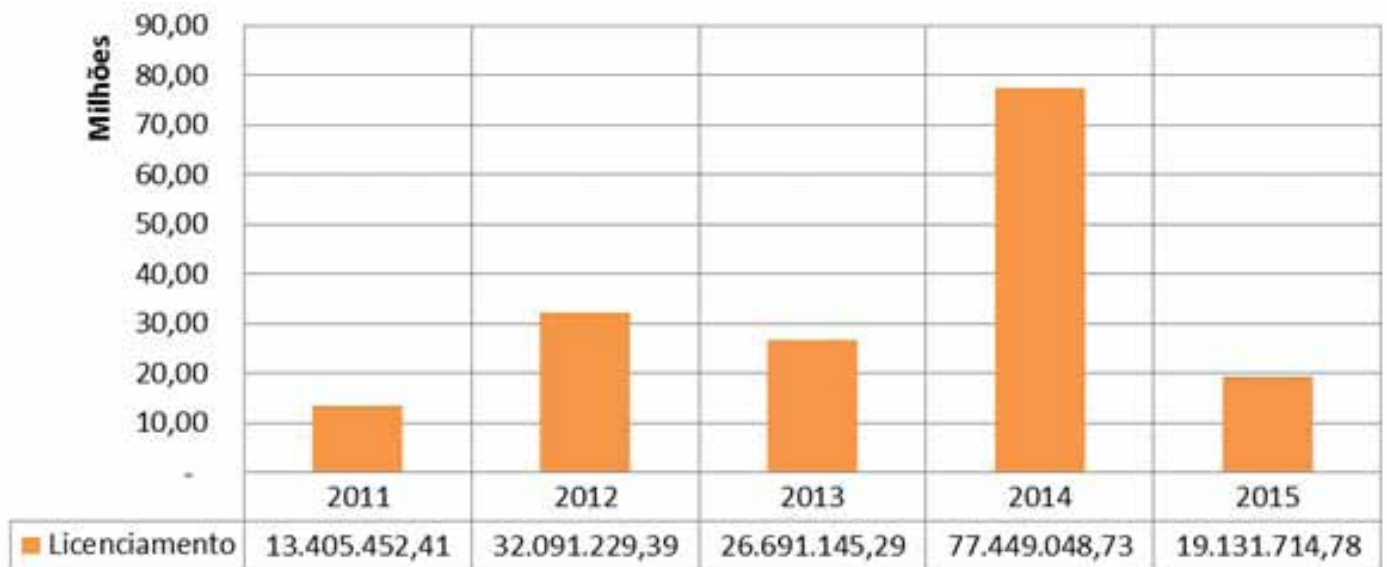


Gráfico 34. Licenciamento – Acumulado de R\$ 168.768.590,60, entre 2011 a 2015





ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contratos

Para suportar as ações finalísticas desenvolvidas pelas UCs do ICMBio, bem como a infraestrutura necessária ao funcionamento do Instituto, foram realizados, em 2015, 227 novos contratos, entre aquisições de bens e de serviços.

A operacionalização dos contratos ocorre por meio das Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAFs, que são responsáveis pela contratação, gestão e fiscalização dos contratos de sua região de atuação.

Está em andamento a reestruturação do Instituto Chico Mendes iniciada no fim do segundo semestre de 2015, tendo como base a reforma administrativa implementada pelo Governo Federal, que visa à uniformidade dos procedimentos adotados em todas as unidades do Órgão para tornar o processo mais célere e dar maior transparência. Para isso, estão sendo elaborados *check lists* para os procedimentos de formalização de contrato, de liberação de garantia contratual, de prorrogação contratual, de aplicação de penalidade, de repactuação e de orientação para pagamento.

Resultado da reestruturação iniciada é a gestão centralizada dos processos, para a uniformização destes; como exemplo, as contratações nacionais, cuja estimativa gerar economia de escala e maior eficiência na fiscalização dos contratos.

Para os próximos anos, o Instituto, com vistas à melhoria contínua, buscará aprimorar a padronização nos procedimentos de contratação (englobando os documentos que compõem os processos), atualizar dos fluxogramas existentes (devido à reformulação do ICMBio) e melhorar o planejamento na contratação.

Licitações

As UAAFs, de acordo com a estrutura regimental, possuem competência administrativa como unidades gestoras para realizarem licitações desde a sua fase inicial até a efetiva execução financeira e patrimonial.

De forma geral, em 2015 os processos que foram finalizados sofreram um aumento em relação ao ano

de 2014, mesmo com o contingenciamento de gastos imposto pelo Governo Federal. Um dos motivos foi a necessidade de novas licitações para contratar serviços e fornecimento de bens essenciais ao funcionamento do ICMBio que tiveram seus contratos finalizados. Entretanto, alguns procedimentos licitatórios foram cancelados em razão do referido corte orçamentário.

No ano de 2015, dentro dos procedimentos licitatórios, o ICMBio realizou, em sua maioria, aquisições e contratações consideradas como “bens ou serviços comuns”, conforme parágrafo único do art 1º da Lei nº 10.520/2002.

Grande parte do elevado número de dispensas realizadas refere-se a cursos de capacitação para os servidores, contratação de serviços de monopólio público, como fornecimento de energia elétrica, e contratações para atender demandas pontuais dos centros de pesquisas, como Projeto Tamar, além de compra de alimentos para os peixes-boi. Já as inexigibilidades, na maioria, se referem à contratação de serviços de entes públicos, como fornecimento de água potável e tratamento de esgoto.

Devido à reestruturação institucional, parte dos processos licitatórios começaram a ser centralizados e realizados em âmbito nacional para atender às demandas de todas as unidades descentralizadas, respeitando as respectivas especificidades, com o intuito de observar os princípios da economicidade e eficiência por meio da redução dos custos licitatórios e celebração de contratos com menores preços (economia de escala).

Por exemplo, foram iniciados dois processos, paralelamente, um para contratação de serviço de vigilância e outro para contratação de serviço de porteiro e vigia, ambos para atender todas as unidades descentralizadas do ICMBio. Esses processos objetivam, além da economia de escala, uma redução dos custos, sem a perda de qualidade, na segurança patrimonial, porque haverá uma substituição gradual dos postos de vigilância armada em lugares que não necessitam de tamanha especialização por postos de porteiro/vigia com qualificações e custos menores.

Seguindo determinações dos Órgãos de Controle e da própria Presidência do Instituto, conforme dispõe a Portaria nº 199, de 26 de junho de 2013 do ICMBio, os procedimentos de aquisições e contratações seguem as minutas-padrão da Advocacia-Geral da União – AGU. E antes da remessa dos autos à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio são incluídos nos processos os *check lists* disponíveis pela AGU.

Um aspecto importante, na transição entre os anos de 2014 e 2015, foi o impacto positivo do ingresso de servidores (em um total de seis lotados no Serviço de Licitações e Compras – SELIC) em substituição aos terceirizados. Junto a essa substituição e a capacitação desses servidores, que ainda precisa ser intensificada, obteve-se melhoria nas instruções processuais.

Terceirização

Observa-se que, de uma maneira geral, em 2015 os contratos de terceirização sofreram redução significativa em relação ao ano de 2014. Um dos motivos da redução foi o contingenciamento de gastos imposto pelo Governo Federal e a substituição de terceirizados por servidores, resultado da autorização do Ministério do Planejamento para a execução de concurso público para provimento de vagas do quadro pessoal efetivo do ICMBio, desde que realizasse a total substituição dos trabalhadores terceirizados.

Após a publicação da Portaria, e em conformidade com as informações preambulares, o Instituto, entre os dias 16/09/2014 a 15/10/2014, deu posse à primeira turma de novos servidores. Esclarece-se que, além dessa, publicaram-se no Diário Oficial da União outros períodos de nomeações, fato que fez com que o Instituto, em janeiro de 2015, atingisse a soma de 241 servidores nomeados. Diante de tais fatos, os contratos que contemplavam atividades exercidas por colaboradores terceirizados foram extintos, não existindo, atualmente, no âmbito do Instituto, ajustes cujas atribuições estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997.

No entanto, alguns serviços do Instituto demandam a contratação de mão-de-obra terceirizada, tais como: atividades de conservação, limpeza, informática,

copeiragem, recepção, segurança, transportes. Essas contratações estão em conformidade com a legislação vigente.

Há, ainda, profissões específicas que atendem às unidades descentralizadas, as quais existem somente em alguns estados, não abrangendo todas as unidades existentes, tais como: camareira, bombeiro hidráulico, guia florestal, eletricitista, guardião de piscina, monitor ambiental em área marinha, operador de máquinas, piloto fluvial, salva-vidas, tratorista, tratador de animal, dentre outros. A contratação desses serviços decorre da necessidade de conceder à Administração Pública prestação de serviços que garantam que a ação estatal apresente resultados significativos e coerentes, permitindo ao ICMBio ampliar sua capacidade de funcionamento.

A terceirização desses serviços é de caráter eminentemente acessório e não ligada diretamente à atividade-fim do Instituto. Objetiva a contratação de equipe de apoio para assegurar a continuidade da prestação dos serviços que se fazem essenciais à Administração Pública no cumprimento das ações finalísticas, à medida que seja necessária a execução das atividades de nível operacional técnico.

Encontra-se em andamento também processo para licitação nacional de contratação dos serviços terceirizados de limpeza e conservação, dentre outros.

Patrimônio mobiliário e imobiliário

Ao Serviço de Controle de Bens – SECOB compete gerir os bens patrimoniais móveis, imóveis e os materiais de consumo.

Com o intuito de melhorar o desempenho das atividades que lhe são atribuídas, o Instituto vem buscando consolidar parcerias com outros órgãos da administração direta e indireta para a utilização de imóveis. O principal instrumento utilizado tem sido a formalização de termos de cessão em suas diversas modalidades; com isso, a Instituição tenta maximizar os recursos previstos em seu orçamento.

No início do ano de 2014, foi realizado inventário geral para controle de materiais no Almoxarifado, com o objetivo de controlar o estoque, os procedimentos e as rotinas operacionais de modo a incorporar os interesses da administração quanto a um controle eficaz, permitindo um melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público. De acordo com a atualização realizada, tornou-se possível o acompanhamento do estoque mínimo, momento em que devem ser realizadas novas compras para reabastecer o estoque.

Ainda nesse ano, foi dada continuidade à implantação de um novo sistema, inicialmente com o apoio da empresa LinkData, que acompanhava os trabalhos realizados pela equipe do SECOB. Ao mesmo tempo, foram realizadas correções que eram necessárias, como a incorporação de bens que não possuíam tombamento.

Posteriormente, foram inseridos no sistema os bens adquiridos com recursos de compensação ambiental, dos projetos especiais e recebidos por doação; foram também transferidos para a unidade de conservação a qual pertenciam e emitidos os seus devidos termos de transferência interna e então encaminhados por memorando.

Já no ano de 2015, o inventário geral foi atualizado. No mesmo ano, a equipe fez o treinamento do sistema ASI para dar início ao processo de inserção de dados do inventário que havia sido realizado.

Tecnologia da informação

As mudanças de gestão ocorridas no âmbito do ICMBio durante o exercício de 2015 contribuíram fortemente para a mudança no direcionamento da gestão da Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEC. Assim, em 2015, foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo setor de tecnologia:

Elaboração do PDTI

O ICMBio possuía o Plano de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado em 2011, relativo ao período de 2011–2013. Com a mudança de gestão, foi iniciada, imediatamente, a elaboração de novo PDTI,

objetivando definir as bases estratégicas para atuação da COTEC. Neste sentido, foram analisadas as necessidades das áreas de negócio, bem como as demandas da própria coordenação nas áreas de sistemas, de infraestrutura e de gestão. Os estudos para elaboração do referido documento se encerraram em dezembro de 2015.

A partir disso, foi iniciado o processo de elaboração dos documentos, contemplando todos seus artefatos essenciais, a ser aprovado até o segundo semestre de 2016.

Análise da infraestrutura de TI

De forma a melhorar a gestão da infraestrutura de TI do Instituto Chico Mendes e modernizar o parque ora instalado, elaborou-se estudo técnico de inventário dos equipamentos e *softwares* a serem adquiridos ou substituídos. O estudo também apresentou estimativa de recursos necessários para operacionalizar as aquisições. O trabalho foi consolidado e utilizado na elaboração do PDTI.

Proposta orçamentária da área de TI

Com base no inventário de necessidades de TI, a COTEC fez constar no PDTI intenção de investimento ao longo do período de vigência do Plano, que poderá ser utilizada para elaboração da proposta orçamentária de TI para o biênio 2016–2017.

Tal proposta tem por objetivo sensibilizar a alta gestão do Instituto quanto à importância do fortalecimento da Tecnologia da Informação na Instituição, tendo em vista o caráter altamente descentralizado do Instituto e os potenciais avanços que investimentos nesta área poderão trazer.

Estratégia de contratações de TI

Para melhorar o processo de planejamento e de contratações de TI, foi alocado um servidor do quadro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da carreira de analista em tecnologia da informação, para realizar a gestão das contratações de TI no âmbito do Instituto.

O objetivo foi otimizar as contratações de TI, além de garantir a aderência das contratações à Instrução Normativa nº 04/2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP e demais normas aplicáveis vigentes.

Definição do procedimento de fiscalização de contratos de TI

Buscando a excelência dos processos de fiscalização dos contratos de TI, foram definidos, revisados e melhorados os procedimentos de fiscalização, de acordo com as recomendações da citada IN. Para tanto, estão sendo tomadas as seguintes providências:

- as ordens de serviço foram reestruturadas para contemplar os requisitos essenciais para à sua abertura;
- a fiscalização dos contratos é realizada de forma mais criteriosa, verificando se ocorreu o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os níveis de serviço contratados, por meio de *check list*, quando aplicável;
- para todos os serviços foram elaborados os procedimentos operacionais de fiscalização, bem como os artefatos de recebimento provisório e definitivo, de acordo com a legislação vigente; e
- estabeleceu-se procedimento para participação das áreas de negócio no recebimento dos serviços de TI.

Comitês de Governança de TI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC são os mecanismos de deliberação acerca dos principais assuntos tratados pelo setor.

O CGTIC retomou seus trabalhos no quarto trimestre de 2015 com a análise da proposta de Política de Geoinformação do Instituto e caminha em 2016 para análise e aprovação do PDTI.

O CSIC iniciou seus trabalhos em 2016 revendo sua

estrutura e ratificando seus participantes, por meio da indicação dos diretores do ICMBio. Foi pautada a análise para atualização de sua Política de Segurança e para elaboração de seus planos complementares.

Aumento do quadro dos servidores na COTEC

Em 2015 a COTEC conseguiu ampliar seu quadro de servidores, chegando ao número de oito. Esse aumento no quantitativo representou um grande avanço para o setor.

Análise das unidades

O Instituto possuía informações fragmentadas do parque de TI das unidades e também sobre suas necessidades de aquisição. Para solucionar o problema e levantar adequadamente as demandas das unidades, tendo em vista a presença do Instituto em diversos pontos descentralizados do território nacional, foram desenvolvidas as ferramentas abaixo:

Sistema de Gerenciamento de Demandas – SGD

Visa prover os gestores das unidades de um instrumento para apresentar suas demandas ao órgão central do ICMBio. Cabe destacar que este Sistema não se resume a demandas de TI. Tal ferramenta foi desenvolvida no ano de 2015 e pretende-se que seja utilizada por todas as unidades até o segundo semestre de 2016.

Formulário de Inventário de TI das Unidades – FIU

Busca reunir informações detalhadas em relação à infraestrutura implantada em todas as unidades. Com esse Sistema será possível a construção de um panorama da TI no Instituto, favorecendo as ações em âmbito nacional, o ganho de escala nas aquisições e a padronização dos recursos nas unidades. Tal ferramenta foi desenvolvida no ano de 2015 e pretende-se que sua utilização por todas as unidades se dê até o segundo semestre de 2016.

Cabe destacar que essas duas ferramentas são complementares, uma vez que a primeira apresenta as demandas das unidades e a segunda permite ao gestor realizar análise qualitativa e quantitativa das demandas de TI.

Sistema Eletrônico de Informações – SEI

O SEI faz parte do Processo Eletrônico Nacional – PEN, que visa à implantação de infraestrutura de processo administrativo eletrônico. A implantação do SEI obedece ao Decreto Presidencial nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Pelo decreto, os órgãos têm até dois anos para concluir a estruturação de sistemas eletrônicos para tramitação de documentos e processos.

Neste sentido, a COTEC realizou a implantação técnica do serviço em sua infraestrutura, reservando para 2016 a finalização dos preparativos para o Sistema.

Sistema de inventário

Foi implantado, a pedido do setor de patrimônio, a Solução CITSMART, *software* de inventário disponível no Portal de Software Público Federal (www.softwarepublico.gov.br).

A solução foi implantada para reduzir os custos com utilização de *software* proprietário.

Aquisições

A COTEC vem empreendendo esforços para viabilizar contratações em âmbito nacional objetivando garantir o ganho em escala, a padronização dos equipamentos e serviços. Além da melhoria na eficiência e eficácia dos contratos, tem buscado se adequar à limitação orçamentária vivida pelo Governo Federal.

Foram adquiridos de três equipamentos para expansão do *storage* para armazenamento de dados dos equipamentos do Centro de Dados do ICMBio, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 60/2013 do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Empresa Contratada: COMPWIRE INFORMÁTICA S/A.

Adquiriram-se dois equipamentos de *nobreak* para garantir o fornecimento de energia elétrica para o Centro de Dados do ICMBio, por meio de adesão à Ata

de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 027/2013, do Ministério da Defesa/Gabinete do Comando do Exército. Empresa Contratada: GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.

Também foi contratada de empresa especializada para prestação do serviço contínuo de manutenção preventiva de quatro *nobreaks* e quatro banco de baterias na Sede do ICMBio, por meio do Pregão nº 03/2015. Empresa Contratada: JK Energia Ltda.

Por fim, contratou-se empresa especializada em *outsourcing* de impressão, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 80/2013 do IFB. Empresa Contratada: TYPE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.

A Coordenação de Tecnologia da Informação, a partir da reestruturação da DIPLAN, vem empreendendo diversas ações para a melhoria na gestão de TI no Instituto.

O processo ainda se encontra em fase inicial, mas já apresenta resultados significativos. Além disso, vislumbra-se cenário propício ao desenvolvimento planejado da área TI objetivando maximizar recursos e alterar o cenário ora implantado.

OUVIDORIA

Foram recebidas em 2015, no âmbito da Auditoria Interna, por meio eletrônico, 1712 manifestações referentes a assuntos de ouvidoria, das quais foram atendidas 1194, (representando 69,74%), as 518 restantes (30,26%), encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2015, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 32. Resultados da Ouvidoria em 2015

Manifestações	Recebidas	Atendidas	Resultados
Denúncias	281	172	61,21%
Solicitações	16	12	75%
Reclamações	115	63	54,78%
Consultas	1215	862	70,94%
Sugestões	56	56	100%
Elogios	29	29	100%
Total	1712	1194	

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Informações solicitadas com base na Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011:

Tabela 33. Resultados do SIC em 2014

DESCRIÇÃO	2014												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Pedidos recebidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Pedidos atendidos	11	22	26	27	16	20	20	15	27	13	18	19	234
Pedidos reencaminhados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 34. Resultados do SIC em 2015

DESCRIÇÃO	2015												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Pedidos recebidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Pedidos atendidos	12	21	22	30	22	20	25	35	25	30	25	15	282
Pedidos reencaminhados	3	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	0	11





